

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEONARDO DAVID MICHELETO

A CONSTRUÇÃO DO PARANÁ “EUROPEU”: IDEOLOGIA E TRAJETÓRIAS

CURITIBA

2018

LEONARDO DAVID MICHELETO

A CONSTRUÇÃO DO PARANÁ “EUROPEU”: IDEOLOGIA E TRAJETÓRIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA

2018

Catálogo na publicação
Biblioteca de Ciências Humanas - UFPR
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985

Micheleto, Leonardo David

A construção do Parana "Europeu": ideologia e trajetórias /
Leonardo David Micheleto. – Curitiba, 2018.

104 f.

Orientador: Prof.Dr. Ricardo Costa de Oliveira

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências
Humanas, Universidade Federal do Paraná.

1. Paraná - Colonização - Imigrantes - Europa. 2. Paraná - Colo-
nização - Ideologia. 3. Parana - Elite política. 4. Vitor, Nestor, 1868-
1932 - Crítica e interpretação. Martins, Wilson, 1921-2010 - Crítica e
intepretação. I. Título.

CDD 325.3098162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LEONARDO DAVID MICHELETO** intitulada: **A CONSTRUÇÃO DO PARANÁ "EUROPEU": IDEOLOGIA E TRAJETÓRIAS**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 02 de Abril de 2018.

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

HILTON COSTA

Avaliador Externo (UEM)

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Avaliador Externo (UFPR)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a meus pais, José e Adaelena, e seus esforços para que eu chegasse até aqui. Agradeço a todos os meus familiares, os que vieram antes dos meus pais, os que ainda estão por vir. Minha irmã Mariana, que sempre esteve por perto me apoiando.

Agradeço minha companheira Ana Karla, pela parceria nos momentos finais da defesa da dissertação e por todo o apoio.

Agradeço a meu professor orientador Ricardo, pelo acolhimento no momento em que precisei mudar totalmente a pesquisa e começar do zero, e pelos incentivos que resultaram na presente pesquisa. Agradeço também à Mônica e ao Hilton, pela contribuição valiosa nos momentos de qualificação e defesa.

Agradeço a todos os amigos, em especial os que pude conhecer durante meus anos na Reitoria, tanto de História como de Ciências Sociais. Obrigado a todos que compareceram à defesa da dissertação, pessoas importantes que puderam chegar. Obrigado ao Fernando pela ajuda final. Obrigado aos irmãos de Brasília, os abençoados Pedro e Matheus. Obrigado ao pessoal do Gracejo FC, companheiros de bola, compartilhando alegrias e tristezas. Obrigado às pessoas do Firula e Raça, Douglas, Matheus e Vágner, campeões do mundo, dando alegria ao nosso povo. E todos os parceiros que conheci nas quadras de ogrobol. Desculpa as canetinhas pra quem tomou.

Obrigado a Aroldo, pela atenção e ajuda, obrigado Eduardo W. pela entrevista.

Obrigado às pessoas que conheci do Movimento Negro, pelos ensinamentos e paciência, por ajudarem a me libertar de uma alienação que aflige boa parte da sociedade, especialmente a brasileira, especialmente a paranaense. Para mim, esse trabalho buscou ser uma pequena retribuição e contribuição, que não vai parar por aí. Combater o racismo sem ser protagonista, combater as desigualdades para que possamos construir um lugar melhor.

Obrigado a Deus por tudo, por possibilitar tudo isso e me dar forças para seguir em frente. Obrigado à Umbanda e à Espiritualidade em geral, livre. Obrigado pelas orações dos familiares e pessoas à minha volta.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná, espero que possa ser cada dia mais inclusiva, com cotas no Mestrado e acesso à bolsa primariamente por critérios de renda, não de classificação.

RESUMO

Esse trabalho consiste no estudo da construção do pensamento de que o Paraná é um estado “europeu”, pensamento este que muitas vezes se passa como realidade para parte da população paranaense, título até ostentado com orgulho para alguns. Mas como é construída essa realidade? Quem a constrói? Para responder a essas questões, o estudo buscou quem são os literatos intelectuais e os interesses por detrás dessa ideia. Os dois principais literatos analisados são Nestor Vítor e Wilson Martins. Pesquisamos suas biografias e suas famílias, suas relações com os governantes e com a elite político-econômica em cada momento histórico, de modo a desvelar a que grupo social pertencem, para relacionarmos com o estilo de pensamento que perpretram. Esse pensamento é analisado como uma ideologia, ligada à emancipação do Paraná, em momentos de forjar um pertencimento ao estado e uma identidade do paranaense, em consonância com a política de “embranquecimento” do país, começada oficialmente em meados do século XIX.

Palavras-chave: Paraná; europeu; ideologia.

ABSTRACT

This work consists in the study of the construction of the thought that Paraná is an european state. This thought goes by a reality for many people, some of those showing a lot of pride in it. But how this reality is built? Who built it? In order to answer these questions, this research went after the intellectuals and the interests behind this ideia. The two main intellectuals analysed are Nestor Vítor and Wilson Martins. We researched their biographies and theis familys, their relationships with the governors and with the political-economic elite in each historical moment, to reveal at which social group they belong, to relate with the kind of thought they spread. This thought is analyzed as an ideology, linked to the Paraná emancipation, in moments of forging a belonging to the state and an identity of the paranaense, in line with the “whitening” politics of the country, oficialy started in the XIX century.

Key-words: Paraná; european, ideology.

LISTA DE SIGLAS

- AIB – Ação Integralista Brasileira
- ALN – Ação Libertadora Nacional
- CLT – Consolidações das Leis do Trabalho
- PDC – Partido da Democracia Cristã
- PRP – Partido Republicano Progressista
- PSD – Partido Social Democrático
- PSN – Partido da Solidariedade Nacional
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- UDN – União Democrática Nacional
- UFPR – Universidade Federal do Paraná
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: Nestor Vitor	6
1.1. TRAJETÓRIA.....	6
1.2. ABOLICIONISMO E CONTEXTO SOCIAL.....	10
1.3. CONTEXTO CULTURAL E TERRA DO FUTURO.....	30
CAPÍTULO 2. Wilson Martins	41
2.1. TRAJETÓRIA.....	41
2.2. CONTEXTO SOCIAL.....	46
2.3. UM BRASIL DIFERENTE	59
CAPÍTULO 3. Análise Sociológica.....	71
3.1. A QUESTÃO DA IDEOLOGIA.....	80
3.2. COLONIZAÇÃO	88
3.3. FAMÍLIA E CLASSE.....	92
4. CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS	102

. INTRODUÇÃO

Assim como em outros estados e como no próprio Brasil enquanto nação, o Paraná tem seus mitos e ideologias formados em seu entorno, constituindo símbolos e identidades supostamente válidos para toda a sua população. Muitas destas questões já foram desconstruídas nas universidades de forma geral, mas ainda têm grande alcance quando se pensa na sociedade como um todo.

O Paraná tem, em seu imaginário, a construção de que é um Estado “europeu”, ou seja, que os imigrantes europeus que vieram para este Estado são os principais pilares e a principal parte da população, constituindo a maioria esmagadora da população, a influência cultural do Estado, os seus principais construtores. Isso como algo natural. Vieram, se adaptaram facilmente, principalmente por causa do clima, de sua flexibilidade e o seu bom recebimento, sendo um processo de assimilação tranquilo.

A partir dessa caracterização, a continuidade é o pensamento de que, por isso, o Paraná é um Estado mais civilizado do que as outras regiões do país. Esse pensamento reverbera tanto dentro quanto fora do Paraná.

Um pensamento que foi construído dentro de um longo processo, mas que ainda hoje se encontra como uma ideologia que permeia as relações sociais, políticas e culturais, no Paraná e no Brasil como um todo. Temos como principal exemplo disso o fato de que Rafael Greca de Macedo é o atual prefeito da cidade de Curitiba, com uma campanha vitoriosa com o slogan “Volta Curitiba”, apelando a um passado conservador, uma suposta sociedade mais ordeira e pacífica, onde essa ideologia de Estado “europeu” realmente funcionava. Rafael Greca de Macedo vem de uma genealogia de uma família tradicional da classe dominante dos tempos coloniais paranaenses, a família Borges de Macedo. Greca acaba de lançar um livro *Curitiba: Luz dos Pinhais*, em que trata de resgatar o “Brasil Diferente” de Wilson Martins¹, um dos autores analisados no presente trabalho, para os dias atuais.

Também temos Curitiba como o centro da mais badalada articulação política do país: a Operação Lava Jato. Todo o jogo midiático em torno dessa operação levou à criação de slogan usado em alguns lugares da capital: “República de Curitiba: aqui onde a lei é cumprida”.

¹ MACEDO, Rafael Greca de. Revista Consciência Política. Edição nº 4, dezembro de 2016.

Curitiba já ganhou também os rótulos de “cidade modelo”, “cidade ecológica”, “cidade sorriso” e “capital europeia”.

Com esse quadro, buscamos com o atual trabalho as origens da construção dessa ideia de Paraná “europeu”, de onde surgiu, como surgiu e quem foram os principais atores sociais nessa construção. Com o respaldo da História do Paraná, centramos a análise em dois autores fundamentais nessa concepção: Nestor Vítor dos Santos e Wilson Martins, ambos literatos de grande renome na história paranaense. O primeiro como sendo um dos principais críticos simbolistas do Brasil, atuando também como agente político, o qual analisaremos a obra *A Terra do Futuro*, e o segundo sendo um dos principais críticos literários do país, trabalhando também nos governos de Manoel Ribas e de Bento Munhoz da Rocha Neto. De Martins, analisaremos a obra *Um Brasil Diferente*.

O estudo dos intelectuais é importante, pois “são responsáveis por construir visões de mundo, ganham a vida mobilizando sentimentos e sentidos, construindo uma série de representações sem que nós necessariamente tenhamos lido suas obras, constituindo assim o senso comum.” (COSTA, 2007).

Com auxílio da historiografia da colonização do Paraná, assim ficou constituída a dissertação: no primeiro capítulo, trataremos da trajetória de Nestor Vítor, desde breve genealogia da sua família, passando pelas principais realizações que fez em vida, de forma a tentar descobrir rastros do que o levou a escrever tais ideias, para tal discorreremos sobre o contexto social no qual estava inserido, com a ajuda principalmente da obra de Octavio Ianni, *Metamorfoses do Escravo*, contexto esse marcado pelo abolicionismo, republicanismo, imigração, e uma sociedade em transição, culminando com a descrição dos pontos mais importantes de sua obra para a análise sociológica aqui pretendida; no segundo capítulo, trataremos de Wilson Martins, sua trajetória, suas ligações familiares, seu contexto social, a partir da revolução de 1930, até o momento de publicação da obra estudada, no governo de seu amigo Bento Munhoz da Rocha Neto, na década de 1950, utilizando para isso principalmente a obra *A Construção do Paraná Moderno*, de organização de Ricardo Costa de Oliveira, culminando também com a descrição dos pontos principais da obra *Um Brasil Diferente*; nesse primeiro momento optamos por apenas descrever as obras para que, no terceiro capítulo, possamos analisá-las sociologicamente a partir das matrizes que julgamos mais adequadas, discutindo os conceitos de identidade, diferença, ideologia e colonização, a partir do aporte teórico de Stuart Hall e Karl Mannheim. Com Stuart Hall, estudaremos

como a construção de um discurso de “nação”, mas nesse caso adaptado para um discurso regional, influencia na construção identitária de toda uma população; discutiremos como essas construções serviram ao processo de colonização, e, a partir desse conceito, discutir o que há de continuidades e rupturas a partir da ideologia de um Paraná “europeu”. Com Karl Mannheim, debateremos a relação da ideologia de um Paraná “europeu” com o pensamento conservador. A partir disso, elucidaremos o eurocentrismo do discurso, que permeia diversas instâncias da vida social paranaense.

Apesar de centrarmos a análise na figura de homens de notoriedade da história paranaense, não estamos aqui para respaldar a história oficial, nem para fazer um discurso que enaltece os “grandes nomes” da história. Acreditamos, assim como os outros estudos do Núcleo de Estudos Paranaenses, que por trás da história oficial dos grandes homens se esconde uma história real que fora escondida nesses discursos, uma história que pode ser utilizada por diferentes matrizes sociológicas para a elucidação das relações sociais e políticas. Essa análise tem como base metodológica empírica o desvendamento da genealogia das elites políticas, com isso elucidando as redes políticas e sociais que envolvem tais atores e suas práticas.

Portanto, em alguns momentos dessa dissertação falamos em “elites”, com “elite política” ou “elite tradicional”, indicando as pessoas que estão no poder, uma “minoridade politicamente ativa que controla os processos de tomada de decisão política” (OLIVEIRA, 2001, p.21), monopolizando os mecanismos de poder. Porém, de maneira geral, não podemos deixar de falar em “classes dominantes”, na medida em que a pesquisa empírica de longa duração demonstra uma evidente continuidade histórica de famílias tradicionais na elite política. A classe dominante seria, então, a elite política de poucas famílias que controlam a sociedade, aparentadas entre si (mas não exclusivamente, com transformações, entradas e saídas da classe).

A estruturação dessa classe dominante paranaense sempre fora a partir de suas bases locais e regional, comprometidas com a unidade nacional brasileira, e da posse da terra, legitimada pela Coroa em forma de sesmarias. Consequência do modo de produção escravista colonial. Desde sesmarias de Curitiba do século XVII até o momento da publicação da obra de Ricardo Costa, se passaram cerca de dez gerações, como por exemplo, “de Baltazar Carrasco dos Reis, um antigo bandeirante e senhor de sesmaria do Rio Barigui, em Curitiba, em 1661, descendem diretamente quatorze chefes do poder Executivo com familiares na região do Paraná”. (Idem, p. 12).

Ainda segundo o autor, “a concessão de sesmarias reproduzia juridicamente a dominação política e econômica de fato, uma vez que os solicitantes deveriam ter posição social e escravos suficientes para justificar, garantir e conseguir a sesmaria” (Idem, p.37), construindo relações de prestígio e de poder. O grupo social que tem direito às sesmarias, no Brasil Colônia, é descrito nos documentos antigos como “nobreza da terra” ou “homens bons”. Grupo de origem heterogênea, “desde pessoas humildes em Portugal, e que no Brasil tornaram-se aventureiros, comerciantes ou senhores da guerra, até aqueles identificados como elementos oriundos da baixa nobreza e mesmo da grande fidalguia portuguesa”. (Idem).

No Paraná, se formou com a vinda de colonos atraídos pela mineração e pecuária. No século XVII foram concedidas oito grandes sesmarias no litoral e doze nos campos de Curitiba. Os descendentes desse primeiro grupo (ligados à nobreza de São Vicente) formam a coluna central da classe dominante paranaense. Desde o Capitão-mor Matheus Leme, com seu vizinho de sesmaria Balthazar Carrasco dos Reis, e mais alguns grupos familiares, se faz o tronco com o total de seis grupos familiares.

Pode-se analisar através de sete grandes formações genealógicas o poder político histórico: grupos de Manoel de Lemos Conde, Gabriel de Lara, Mateus Leme, Balthazar Carrasco dos Reis, João Rodrigues Seixas, João Rodrigues França e Domingos Cardoso de Lima. (Idem, p. 268) Alguns governadores que vem desses títulos: Manoel Ribas, Bento Munhoz da Rocha Neto, Ney Braga, Pedro Viriato Parigot de Souza.

A base demográfica da classe dominante paranaense formou-se a partir de pioneiros de São Vicente que ocupam o litoral e o planalto de Curitiba no século XVII. Ao núcleo originário de São Paulo, especialmente de Santana da Parnaíba, foi adicionada uma intensa imigração de portugueses do Norte, nos séculos XVIII e XIX. No século XIX, verifica-se com o Estado Imperial, a vinda de setores da elite estatal do nordeste brasileiro. A partir de fins do século XIX, aconteceu o ingresso de imigrantes e descendentes de europeus não-ibéricos. Também se constata um grande intercâmbio entre as classes dominantes das regiões adjacentes, do litoral sul de São Paulo e do nordeste de Santa Catarina, com origens semelhantes à do Paraná. Elementos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro são verificáveis, assim como hispânicos, com o mate e o tropeirismo. (Idem, p. 271).

Dessa forma, em alguns momentos da dissertação, afim de explicitar empiricamente a relação dos autores analisados com a classe dominante local, iremos descrever os perfis e relações familiares de alguns atores sociais que tenham ligação com Nestor Vítor e Wilson Martins, para desvelar seus círculos sociais e de quem forma adentraram a estes. Porém, devido à grande ocorrência de nomes citados nos estudos

feitos, nem todos serão abarcados, optando então por dar preferência aos nomes que mais se aproximam dos autores analisados e os que puderam ser melhor pesquisados.

É importante ressaltar também a relação Curitiba-Paraná, pois que, mesmo que os autores buscassem um retrato de todo o estado, a capital acabou sendo o local privilegiado de análise, pelo menos em sua parte mais prática. Porém, o estudo optou por trabalhar em torno do Paraná, porque os autores remetem os seus discursos ao estado, os governadores e presidentes de província fizeram políticas a nível estadual, e a ideologia foi construída nesse sentido.

CAPÍTULO 1: Nestor Vítor

1.1. TRAJETÓRIA

Nestor Vítor dos Santos (ou Nestor Victor dos Santos) nasceu em Paranaguá no dia 12 de abril de 1868, filho de Joaquim Moreira dos Santos e Maria Francisca Mendonça dos Santos. (VÍTOR, 1996). Segundo Amélia Siegel Correa (CORREA, 2006), seu pai era pequeno comerciante, e sua mãe, possuía vínculos familiares com os fazendeiros da baixada do Rio de Janeiro. O que encontramos, porém na *Genealogia Paranaense* de Francisco Negrão, é a descendência de sua mãe do tronco de Antonio Francisco de Mendonça.

Antonio Francisco de Mendonça foi o tronco da família desse apelido no Paraná. Natural da Ilha de Tayal donde emigrou para o Brasil, aportando em Paranaguá nos fins do século XVIII. Aqui casou com Joanna Rosa da Trindade. Vieira dos Santos na sua verídica e preciosa Memória Historica de Paranaguá inclue o Tenente Antonio Francisco de Mendonça entre os paranaguenses da principal nobreza, pelos serviços prestados nos cargos da governança da Villa de 1750 a 1800. Era homem abastado. Foi commerciante e possuía intensa lavoura no litoral. Falleceu em Paranaguá em 1821, com testamento, que não nos foi dado consultar. Teve dous filhos... (NEGRÃO, vol. IV, p. 273, 1929)

Os dois filhos são: Anna Rosa do Espírito Santo e Alferes Manoel Francisco de Mendonça, desse último descendendo a mãe de Nestor Vítor. Alferes Manoel Francisco de Mendonça, falecido a 2 de Maio de 1852, declarou ser casado com Francisca Borges do Amaral, com a qual teve vários filhos falecidos na infância. Declarou também que teve com Maria Eugenia seis filhos, dentre eles: “Maria Francisca de Mendonça, casada a 2 de Maio de 1855 em Paranaguá com Joaquim dos Santos Moreira, falecido a 10 de Outubro de 1863, viúvo de Maria Victoria – Pais do Nestor, Victor, Chico e duas irmãs.” (NEGRÃO, Idem, 1929). Joaquim teve um filho em seu primeiro matrimônio com Maria Victoria.

Segundo Corrêa, Nestor Vítor considerava ter tido dois grandes mestres, o professor Cleto da Silva e o professor Francisco Machado. Realizou seus estudos primários da escola do professor Cleto, por volta de 1875. Esse professor era bastante crítico e fazia oposição à elite local, principalmente ao chefe conservador Visconde de Nacar, inclusive chegando a promover judicialmente a liberdade de alguns escravizados por este, o que resultou em sua mudança para Curitiba por represália. O professor era liberal, com origens humildes, e exerceu grande influência sobre Vítor. O segundo

professor exerceu influência no sentido poético e literário, pois que era tradutor público, conhecedor das principais línguas utilizadas no comércio marítimo, ensinando algumas delas para Vítor.

Em 1885, Nestor Vítor foi para Curitiba estudar no Instituto Paranaense, com os escassos recursos da família que, segundo Corrêa, se situava entre os setores médios, possivelmente em declínio. Lá, se envolveria com uma geração de jovens intelectuais, dentre eles Silveira Netto e Dario Velloso, os quais trataremos mais para frente. Aí começa sua entrada na rede de relações de um grupo privilegiado de jovens herdeiros e futuros portadores de grande capital intelectual, homens que serão considerados, com o desenvolver de suas trajetórias, como os grandes intelectuais paranaenses de suas gerações.

Em 1887, retorna para sua cidade natal engajado ativamente com a política, participando da fundação do Clube Republicano de Paranaguá, tendo sido eleito secretário e redigido sua ata de fundação. “Inserido na pequena rede de republicanos de sua cidade, contribuiu com o *Livre Paraná*, onde desenvolveu laços de amizade com Correia de Freitas², que era para ele o ‘apóstolo da República no Paraná’. Alguns anos depois, quando redigiu o *Diário do Paraná*, foi um dos maiores defensores do amigo, reivindicando sua primazia no republicanismo do estado.” (CORREA, p. 159)

Em 1888 participa da fundação da Confederação Abolicionista do Paraná, como Secretário, confederação esta presidida pelo major Sólon Ribeiro. Nesse mesmo ano, começa sua importante amizade com o também intelectual Emiliano Pernetta³. Foi para o Rio de Janeiro, onde participa do movimento a favor da proclamação da República. No ano seguinte começa sua grande amizade com o poeta Cruz e Souza⁴, amizade essa que ficará marcada como lendária na literatura nacional, ocorrendo que quando do falecimento do poeta, Nestor Vítor sente tanto que se exila em Paris (BRAGA-PINTO),

² Manoel Correia de Freitas nasceu em Paranaguá em 1853, filho de Domingos Correia de Freitas e Josefa Leite Bastos Correia de Freitas. Um dos fundadores do Clube Republicano de Paranaguá. Participava de jornais com Rocha Pombo, fora deputado federal. Fonte: VANALI, A. C., & DE OLIVEIRA, R. C. MANOEL CORREIA DEFREITAS, O REPUBLICANO HISTÓRICO DO PARANÁ. Em: http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/recursos/anais/30/1403632630_ARQUIVO_AnaCVanali-SimposioTematico14-resumocompleto.pdf

³ Emiliano Pernetta foi um dos expoente do simbolismo. Nasceu em Pinhais em 1866, filho de Francisco Don Antunes – português, comerciante e alfaiate, e de Cristina Maria dos Santos. Entre 1910 e 1940 reinou como o grande poeta paranaense. Participa ativamente da imprensa, atuou como promotor, juiz, auditor militar, oficial de gabinete do governo. Abolicionista, podia usufruir de espaços de poder devido suas relações sociais. Liberal, republicano, livre-pensador, anticlerical, maçom. Professor no Ginásio Paranaense e Escola Normal. (BEGA, 2013).

⁴ Cruz e Souza foi o maior expoente brasileiro do simbolismo e líder da corrente. Produção breve porém intensa. Viveu dificuldades pela sua negritude. Morava no Rio de Janeiro e lá viveu sua grande amizade com Nestor Vítor, que posteriormente publicará suas obras completas. (BRAGA-PINTO).

e publica grande volume de obras de Cruz e Souza, e sobre ele, também lhe dedicando vários versos, contribuindo para a difusão e perpetuação de seu nome para o cenário literato nacional.

Nestor Vítor volta a Curitiba, recusando um cargo de chefe de gabinete do então governador do estado Américo Lobo, por motivos de desavenças políticas a Vicente Machado⁵, a quem começa a fazer ativa oposição, por considerá-lo sem princípios, chamando seu grupo de “homens do terror.” (CORREA, 2006) Nesse momento, se junta a Domingos do Nascimento⁶ e Leôncio Correa⁷ em uma vida intelectual mais orgânica. Na redação do jornal da União Republicana, também faz duras críticas ao Barão do Serro Azul⁸. Vítor defendia Manoel Correa de Freitas nessa luta política de começo de República. Desiludido com acordo dos partidos locais para a eleição dos senadores e candidatos à constituinte, volta à Paranaguá, lugar em que começa a voltar mais sua atenção para a construção de uma trajetória na literatura, embora sem nunca abandonar totalmente a política.

Em 1891, volta para o Rio de Janeiro, escrevendo artigos se posicionando sobre o golpe de Marechal Deodoro. Já vinha criando laços com o grupo literário que viria dar forma ao simbolismo. No ano seguinte, se casa com Dona Catarina Alzira Coruja, “neta de um reconhecido professor de português gaúcho, reforçando simbolicamente a aliança com as letras.” (CORREA, p. 161) “Condição que o tornará cunhado de Emílio de Menezes”. (SANTOS, 1996, p. xx) Esse reconhecido professor era Antonio Álvares

⁵ Vicente Machado nascera em Castro em 1860, filho de José Machado da Silva Lima e Ana Guilhermina Laynes Pinheiro Lima. Jornalista, promotor público, professor de Filosofia, deputado estadual, presidente da Província, senador. Forte chefe político paranaense. Descendente do título Carrasco dos Reis. (GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Vicente Machado da Silva Lima: entre amor e ódio, notas iniciais sobre a biografia, trajetória política e transferências de capitais. Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, v. 3, n. 1, p. 76-107, 2017).

⁶ Domingos Nascimento foi um grande apoiador do simbolismo. No plano nacional é considerado como um de seus precursores. Chefe militar, transitava no Rio de Janeiro, foi fundamental ao movimento simbolista na condição de liderança. Fundou jornais, garantiu acessos. Era deputado estadual, maçom e positivista. (BEGA, 2013).

⁷ Leôncio Correa foi um dos grandes mecenas do simbolismo, foi deputado federal e estadual. Vem da grande família Correa de Paranaguá, uma das mais ricas e tradicionais do Paraná. Ele e seu irmão são tutelados pelo Barão do Serro Azul, seu tio. Família do tronco Gabriel de Lara, de Visconde de Nacar. Filho do Capitão João Francisco Correa e de Dona Carolina Pereira Correia. Devido ao seu espaço político privilegiado no Rio de Janeiro, era elo entre República e Paraná, representante dos interesses da erva-mate no seu apogeu. Abriu portas para paranaense com empregos públicos, como é o caso de Nestor Vítor, no jornalismo e como vice-diretor do Ginásio Nacional. (BEGA, 2013).

⁸ Barão do Serro Azul, ou Idelfonso Pereira Correia, nasceu em Paranaguá em 1845, filho do Comendador Manoel Francisco Correa, ervateiro de renome. Sua família é de um dos troncos de ocupação do Paraná, de tradicionais políticos conservadores. Múltiplas atividade como empresário, principalmente grandes engenhos de mate. Fora presidente da Câmara Municipal, fundou a Associação Comercial do Paraná, sendo seu primeiro presidente. Fundou o Clube Curitibano, sendo seu primeiro presidente. Sustentação das letras locais – empregos a jovens promissores. Assassinado durante a Revolução Federalista. (BEGA, 2013).

Pereira Coruja, político, historiador, professor e escritor. Natural de Porto Alegre, aonde aprendeu o ofício de educador. O sogro de Nestor Vítor e de Emílio de Meneses foi o Comendador Coruja, que adquiriu tal título pelos serviços prestados na Guerra do Paraguai.⁹

Após o casamento, aceita secretariar a Companhia Metropolitana do Paraná, por um breve período. Voltando ao Rio de Janeiro, atuando na imprensa, se torna grande apoiador do Marechal Floriano Peixoto, o qual, descobrindo os talentos do jovem de 26 anos, o nomeia para Vice-Diretor do Internato do Ginásio Nacional. Lá, pôde se aproximar de Sílvio Romero, do poeta João Ribeiro e de Rui Barbosa, professores na instituição.

Em 1901, Nestor Vítor vai à Europa com apoio financeiro do irmão, sendo correspondente de dois dos maiores jornais do país: *O País* e *O Correio Paulistano*. No ano seguinte, em Paris, trabalha como preceptor dos filhos de Barão do Rio Branco, embaixador do Brasil na França. De lá, faz duras críticas ao mandonismo dos bacharéis no Brasil. Em 1905 volta ao país, no ano seguinte voltando à atividade docente nos renomados colégios Dom Pedro II (Externato) e Escola Normal. Em 1908 representa o Paraná na Convenção Nacional que indicou Rui Barbosa candidato de oposição à presidência da República.

“Em 1912 já era um renomado escritor no Rio de Janeiro, quando recebeu do governador do estado uma encomenda para escrever um livro de divulgação do Paraná que resultou em *Terra do Futuro*”. (CORREA, p. 164) O governador era Carlos Cavalcanti de Albuquerque, e o valor acertado fora de 3.000,00 contos de réis. (BEGA, 2013) Sobre essa obra, uma das principais fontes que utilizaremos no trabalho de dissertação, voltaremos mais tarde para uma análise mais minuciosa.

Em 1914, em contexto de Guerra Mundial, envolvendo diretamente a Europa, lugar que Vítor frequentara anos atrás, este funda, ao lado de Rui Barbosa e José Veríssimo, a Liga Brasileira pelos Aliados. Em todo esse momento, Nestor Vítor continua publicando ativamente obras e estudos, participando no ano seguinte de grupo com diversos intelectuais, dentre eles Rocha Pombo¹⁰ e Graça Aranha. Continuando sua

⁹ Antiquilhas, reminiscência de Porto Alegre. In: <https://www.ihgrgs.org.br/biblioteca/Ant%C3%B4nio%20%20C3%81lvares%20Pereira%20Coruja%20-%20Antiquilhas,%20reminiscencias%20de%20Porto%20Alegre,%201881.pdf>

¹⁰ Rocha Pombo é jornalista político, historiador oficial, deputado provincial, romancista, republicano, abolicionista. De família de professores do litoral paranaense, presta “serviços” à burguesia do mate. Associa-se ao Partido Conservador, aonde conhece as famílias influentes. Casa-se com Carmelita Madureira Azambuja, filha de grandes fazendeiros. Defende colonização com mão-de-obra

atividade política, é eleito Deputado do Congresso Legislativo do Paraná em 1917, e reeleito dois anos depois. Em 1918, é nomeado Vice-Diretor da Escola Superior de Comércio. No ano seguinte, recebeu a “Ordem de Leopoldo” da Coroa da Bélgica das mãos do Rei Alberto. Em 1923 foi condecorado Cavaleiro da Legião de Honra da França. Nos anos seguintes, passou a ser crítico militante do jornal *O Globo*, e colaborando no *O Estado de São Paulo*. Em 1928, foi eleito membro da Academia Paranaense de Letras. Veio a falecer no dia 13 de outubro de 1932, enterrado no Rio de Janeiro.

1.2. ABOLICIONISMO E CONTEXTO SOCIAL

Para estudarmos a atuação de Nestor Vítor e os efeitos de suas práticas e das práticas das pessoas de sua rede de relações, é fundamental que entendamos o contexto social em que estavam inseridos. Não há como compreendermos uma ideologia sem sabermos o contexto objetivo no qual ela foi produzida ou reproduzida. Nesse sentido, em sincronia com a trajetória de Vítor, começamos a pensar que, entre suas primeiras atuações políticas, está a fundação da Confederação Abolicionista do Paraná. Isso quer dizer que, quando de seu nascimento, em 1868, o Paraná ainda era uma sociedade escravocrata. Durante sua infância e adolescência, essa sociedade já vinha em processo de desagregação, com o trabalho escravo perdendo prestígio progressivamente, por diversos motivos, dentre eles as inovações tecnológicas, com o aumento de produtividade e a modernização dos engenhos de erva-mate, o encarecimento do preço de se manter pessoas escravizadas, a destruição das bases morais do regime, a eficácia do trabalho de grupos europeus. (IANNI, 1962, p. 158). Os presidentes da província, como Zacarias de Góes e Vasconcellos, Lamenha Lins, Taunay, sucessivamente promoveram políticas de intensificação das correntes imigratórias europeias, com a justificativa de dinamizar e diversificar a economia, aproveitar as terras, as matérias-primas, a força de trabalho e o mercado consumidor cada vez mais amplo. Lamenha Lins, em 1876, tomava medidas para instalar colonos concentrados ao redor da cidade de Curitiba. Em relatório, trazido por Octavio Ianni, em sua grande e referencial obra sobre o tema, *As Metamorfoses do Escravo*, Lins, falando sobre o cessar do tráfico,

europeia, tem escritos a favor da purificação da raça e do darwinismo social, defendendo uma hierarquia de raças. Nestor Vítor destaca seu papel como aglutinador de jovens escritores. Relação próxima com Idelfonso Pereira Correia. (BEGA, 2013).

discorre sobre a dificuldade para o lavrador brasileiro, que teve de comprar pessoas como escravos por um preço muito alto, elevando a dívida hipotecária do império e da Província do Paraná, dívida atribuída à crise econômica. Porém, trata com louvor as leis “filantrópicas” da época, que vieram com o objetivo da emancipação, entre elas a de 1871 - em que promulgava que ninguém mais nasceria escravo no Brasil -, as leis que traziam as correntes de imigração europeias e a lei de Terras de 1850, que permitiu ao governo imperial tornar-se o tutor imediato do imigrante, promovendo seu bem-estar, desde sua saída do país de origem até a chegada ao lugar de destino. (Idem, p. 160).

A imigração europeia teve profundo impacto na sociedade paranaense, modificando-a, com efeitos nos diversos setores da produção e nos diferentes círculos de convivência social. Sobre esse assunto, iremos nos aprofundar mais para frente na dissertação, poderemos ver o que tem por detrás das ações filantrópicas governamentais.

A abolição é um processo complexo. O negro escravizado começa a ser visto, no plano ideológico, como uma vítima a libertar-se, ao mesmo tempo que, ao nível da atuação social, é visto como um mal, como algo que contamina o sistema. Por isso, segundo Ianni, que a louvação à imigração é acompanhada de referências ao cativo; um se liga ao outro. Segundo o presidente da província José Cezario de Miranda Ribeiro, a imigração é “factor ethnico de primeira ordem destinado a tonificar o organismo nacional abastardado por vícios de origem e pelo contacto que teve com a escravidão”. (Idem, p. 161).

Começamos a perceber que esse momento de transição, de escravidão para trabalho livre, tem grande profundidade no que diz respeito ao impacto sobre a população negra e à construção ideológica paranaense como uma comunidade pretensamente europeia. Segundo Ianni:

Isto significa também que os suportes morais da escravidão ruíram definitivamente na consciência do branco. Mas ruíram com o sacrifício do negro, daquele que o branco culpa ter abastardado desde a origem o seu mundo. No epílogo da escravidão, o branco projetará sobre os negros e mulatos a responsabilidade pelos esforços necessários de reajustamento da força de trabalho. A indenização que se cobrará do negro será expressa em atitudes, avaliações negativas, estereótipos, que se destinam a mantê-lo tolhido em seus movimentos e afastado de alguns círculos de convivência social dominados pelos brancos. O negro elaborado pelo regime em emergência é diverso do branco, em seus atributos morais e intelectuais. (Idem).

Portanto, é evidente que, além de toda a estrutura construída durante os anos de escravidão, tanto no Brasil quanto no Paraná, no momento de desagregação desse tipo

de sociedade, são tomadas atitudes, pela elite constituída de homens brancos, de produção de valores e símbolos de distinção, sobretudo no intuito de preservar em seus principais círculos e em suas principais instituições, a predominância do branco nos locais de poder. Isso em consonância com as políticas de incentivo à imigração europeia, que veio com força para o Paraná.

Isso fica mais visível quando tomamos o tipo de valorização social do trabalho produtivo. No período de pleno funcionamento da escravatura, o trabalho produtivo, ou seja, o uso da força de trabalho na produção de valores ou bens de consumo é destinado às pessoas escravizadas, sendo que o preconceito contra o trabalho braçal é um requisito funcional da estrutura da sociedade de castas. O trabalho agrícola, as ocupações extrativas, o artesanato, etc. são considerados “ideologicamente inferiores” como forma de utilização da energia humana. (Idem, p. 162) Isso faz com que os homens livres, brancos e também muitos mestiços, queiram fugir desse tipo de ocupação, sendo estas destinadas à mão de obra escravizada. Existem então duas avaliações distintas sobre a utilização da força de trabalho, sendo, de um lado, as atividades “nobres, superiores, intelectuais” feitas pela elite da sociedade, de outro lado as atividades “braçais, inferiores, apoiadas na força física”. Essa divisão é necessária e fundamental para a manutenção do sistema escravista, que, segundo Octavio Ianni, separa os homens em duas castas: os senhores e os escravos. Essa separação não diz respeito somente ao emprego da força de trabalho, mas também ao universo particular de cada grupo. Essa divisão diz respeito a valores, formas de comportamento, cultura, padrões sócio-culturais, círculos de convivência, acesso a oportunidades e a locais de poder. O trabalho de Noemi Santos da Silva, vem, porém, para trazer contribuições no sentido de que as coisas não eram tão objetivas na separação das castas, pois que eram um pouco mais complexas. Os escravizados, por exemplo, tinham graus de autonomia, estratégias para a conquista da liberdade. Existiam um conjunto de mecanismos que contribuíam para tornar incerta a fronteira entre a escravidão e a liberdade, que afetaram o acesso a direitos civis e políticos aos libertos e negros livres daquele contexto. (SILVA, 2014)

Porém, segundo Ianni, com as transformações ocorridas ao longo do século XIX, que vão modificando as estruturas da sociedade brasileira e paranaense desde as suas bases, essa avaliação social do trabalho e do trabalhador precisam se modificar. A desagregação da sociedade escravista, como comentado anteriormente, vem acompanhada de um movimento no sentido de incentivo ao trabalho livre, porém associando ao negro o vício de origem, como se estivesse imputando sobre este a culpa

sobre a escravidão. Com as mudanças econômicas estruturais, sobretudo a vinda de imigrantes europeus, a expansão da agricultura e dos núcleos coloniais, o artesanato modificando-se em pequenas empresas industriais, é necessário agora, para a classe dominante, se combater o preconceito contra o trabalho braçal, com novas questões morais surgindo para questionar a inferioridade desse tipo de trabalho.

O interessante é que essa mudança acontece quando ocorre uma mudança dos atores sociais, não somente uma mudança de regime e do tipo de trabalho. De qualquer forma, muitos intelectuais a partir daí começam a valorizar o trabalho braçal. Essa valorização vem em consonância com a significação econômica do trabalho. O que quer dizer que, com as transformações estruturais e demográficas, com o fim do tráfico e com as políticas imigratórias, a mão de obra do tipo escrava se torna cada vez mais onerosa, e sua substituição se torna cada vez mais necessária. Para ilustrar esse pensamento, Octavio Ianni traz o discurso de José Bonifácio: “Se calcularmos o custo atual da aquisição do terreno, os capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que deve trabalhar cada um destes escravos, sustento e vestuário, moléstias reais e afetadas, e seu curativo, as mortes numerosas, filhas do mau tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos matos, a quilombos, claro fica que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brasil...”. (IANNI, p. 164). Assim como as representações sociais do regime escravocrata se tonam empecilho para a emergência de componentes do novo sistema. Nesse sentido, novamente recorreremos a uma citação na obra de Ianni, desta vez o discurso de Joaquim Nabuco, para quem a escravidão “impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias.” (Idem).

Notamos que o discurso adotado nesse processo está carregado de uma ideologia de progresso que começa a tomar corpo nessa fase da República Velha, em que o progresso é associado à industrialização, à urbanização, à modernização. O positivismo como filosofia e prática é muito presente nessa ideologia, na medida em que grandes homens são valorizados em grandes fatos históricos, e a crença na ciência evolucionista pauta as políticas e escritos desse grupo social. Podemos dizer que Nestor Vitor está em sintonia com essa filosofia, na medida em que, como poderemos ver mais pra frente, sua obra a ser analisada aqui, *A Terra do Futuro*, contém muito expressamente essa visão de progresso, econômico, tecnológico e urbano, como fatores de desenvolvimento social.

Apesar de termos o foco em analisar a construção da ideologia do Paraná como estado “europeu” e, por isso, centrarmos a maioria do texto na forma como a elite

dominante paranaense teceu esse discurso, quando falamos em contexto social, é necessário que se traga a agência social dos indivíduos e grupos que sofreram com a marginalização nessa sociedade. Principalmente quando esses indivíduos e grupos foram tratados como escravos, o que quer dizer que seu *status* jurídico os tratava como objetos, o que causou equívocos por parte da historiografia mais antiga sobre o tema, relacionando os próprios seres humanos escravizados como tais. Como traz Noemi dos Santos, os escravizados tinham suas visões do cativo, graus de autonomia, estratégias para conquista da liberdade. (SILVA, 2016).

Dessa forma, trazemos novamente o trabalho de Octavio Ianni, como um dos pioneiros a tratar o tema olhando para o trabalhador, no caso escravizado, no Paraná. Para o autor, com a polarização dos indivíduos em castas, há uma grande diferença entre eles no que diz respeito à socialização, aos valores, aos comportamentos. Em relação às tensões sociais, as pessoas que foram escravizadas tinham limites em relação aos maus-tratos realizados pelos senhores, que quando ultrapassados geravam insubordinação, muitas vezes expressas em roubos, fugas, revoltas, homicídios, suicídios. Dessa forma, os comportamentos divergentes dos que foram escravizados funcionavam como válvulas de relaxamento das tensões sociais inerentes ao sistema e que não encontravam possibilidades de canalização construtiva. Essas múltiplas formas de reação dos escravizados, com formas extremas de comportamento divergente, concorreram para o solapamento das bases e morais do regime. Exerceram efeitos dinâmicos em determinadas áreas do sistema, de forma que, ao lado dos outros fenômenos descritos, fundamentaram o processo abolicionista e a preparação da emancipação. (IANNI, 1962).

Ianni nos traz exemplos ilustrativos das ações levadas a cabo por indivíduos e grupos escravizados em reação aos abusos e maus-tratos dos senhores. Em 1736, há registros de fugas das faisqueiras, preocupando tanto os proprietários quanto a própria Metrópole, interessada no quinto cobrado por cada pessoa ocupada na mineração. Além de fugas, as contradições entre o estado escravo e as potencialidades da pessoa escravizada geravam comportamentos divergentes mais acentuados. Como, por exemplo, em 1721, relatórios do Ouvidor Pardinho registram que pessoas escravizadas cometeram homicídio contra seus senhores, lamentando que em seguida os próprios escravizados fossem também assassinados. Seguindo-se os relatos, vemos também as fugas para formação de quilombos, onde puderam desfrutar de uma libertação precária, com economia de subsistência. Em 1739, relatado por Ermelino de Leão, existiu um

quilombo nos Campos Gerais, que, segundo o autor, assaltavam viajantes na região, sendo um deles Francisco de Almeida, a quem depois foi dada licença, pelos vereadores, a dar combate aos quilombolas, com o pessoal que conseguisse juntar. Junto a esse relato se sucedem vários outros de quilombos, formados por negros fugidos de fazendas, da mineração, dos serviços domésticos, das atividades agrícolas, artesanais, etc. Em 1746 um alvará real estipula que “os Negros que forem achados em Quilombos, estando voluntariamente se lhes ponha com fogo hua marca das espaduas com a letra F, e sendo achado com esta marca se lhe corte hua orelha sem mais processo que a notoriedade do facto”. (IANNI, p. 173) Depois, cartas com permissão para atirar e matar. Também há termos de vereança registrando Quilombos nos Campo Gerais, e fazendo nomeações de capitães-do-mato.

Em 1825, por notícias de Vieira dos Santos, instala-se um clima de medo geral em relação a uma possível insurreição geral dos escravizados de grandes proporções. O temor se espalha pelo litoral e pelo planalto. Não se sabe se chegou a acontecer algum tipo de levante mal-sucedido ou se foi notícia espalhada, o que importa é que os relatos revelam um clima de tensão, inclusive sobre as autoridades locais. À medida em que vão se alterando os requisitos básicos do regime, a partir de meados do século XIX, sucedem-se comportamentos divergentes, por escravizados de todas as categorias, independente do tratamento. Começam a discernir, a desejar ou a realizar fugas, inclusive notícias de menores de idade fugindo. Também se sucedem suicídios e assassinatos. Em muitos lugares, as relações entre senhores e pessoas escravizadas entram em um círculo vicioso de maus tratos, delitos, e mais maus tratos como punição. Essas consequências começaram a operar no sentido de comportamentos e avaliações dos brancos e seus valores de cultura universal entram em excessivas contradições consigo mesmos, começando a se abrirem divergências entre os próprios grupos de brancos, significando que a instituição não serve nem mais para os próprios beneficiários dela. Essas divergências demonstram a falta de eficácia que ia se delimitando acerca dos mecanismos de controle, mas parte dos grupos, não conformados com a situação, começava a punir com mais rigor, trazendo mais sofrimentos para os que ainda permaneciam na condição escravizada.

Essas manifestações do comportamento dos escravos, pois, exprimem, no plano individual, a impossibilidade de preservação da ordem social. É a crise da estrutura econômico-social que se manifesta no nível das ações humanas. À medida que o sistema de castas se deteriora, tornam-se inoperantes os mecanismos recorrentes, difusos ou organizados, de controle social dos

cativos. Além disso, perdem-se ou alteram-se as condições de socialização no seio dos grupos que compõem a casta. E essas duas ordens de fatores exercem acentuados efeitos desorganizatórios sobre a vida social. (IANNI, p. 177).

Dessa forma, notamos as bases de influência do movimento abolicionista, que, ao lado dos interesses econômicos de grupos dominantes, sofre influência direta dos movimentos de resistência por parte dos grupos escravizados, além de contar também com indivíduos ideologicamente orientados para esse movimento de emancipação. Como movimento social organizado, o abolicionismo é um fenômeno que se manifesta tardiamente em Curitiba, não por tenacidade do regime, mas, dentre outros fatores, à relativa inoperância como forma de utilização da força de trabalho nessa época. Os interesses econômicos ligados à escravidão vão ficando cada vez mais restritos, visto que já se vinha aumentando a força de trabalho livre com a imigração europeia ao longo do século XIX. Somados a isso, as influências das manifestações abolicionistas dos movimentos de São Paulo e do Rio de Janeiro impactaram a comunidade paranaense, que começou a organizar um movimento mais atuante. Durante os últimos anos do regime, vemos uma corrente de opinião que alcança desde os indivíduos e grupos escravizados, até o presidente da Província, passando por vereadores, mulheres, professores, profissionais liberais, clérigos, literatos, militares. O abolicionismo foi utilizado como recurso de redefinição social do trabalho produtivo, discutido anteriormente. Acreditava-se que, com a abolição, se iniciaria um novo surto de progresso. (IANNI, 1962).

Apesar de muitos dos agentes políticos do movimento abolicionista da época, e muitos autores posteriores, como o próprio Octavio Ianni, afirmarem a relativa tranquilidade do processo de abolição, como um processo não doloroso, devido ao fato de que já havia a base estrutural do trabalho livre em processamento desde o século XIX, não podemos deixar de resignificar essa concepção, pelo próprio material documental que traz Octavio Ianni, o qual abordamos anteriormente. Como diz o autor, a abolição não é um evento estritamente político, apesar de ter sido cristalizado como tal. Ele foi um processo desenvolvido pouco a pouco no seio da sociedade escravocrata, como um dos seus produtos naturais. Nesse sentido, podemos focalizar por um momento nos modos de “comportamento divergente” das pessoas que foram escravizadas, descritos anteriormente. Encontramos registros de fugas, mortes, suicídios, homicídios, formação de quilombos, roubos, etc. Esse tipo de acontecimento

não caracteriza a abolição como um processo tranquilo, como veremos que Wilson Martins também vai defender. Apesar de que, se comparado a outros estados e regiões do Brasil, termos tido aqui um número mais diminuto de indivíduos escravizados e de população negra, devido também ao fato de que o Paraná ser uma região que começou a ser explorada mais tardiamente, isso não diminui o fato de ter sido, pelo menos para o grupo que fora escravizado, um processo altamente doloroso e conturbado. A quantidade de pessoas sob essas condições foi menor, o que pode resultar em menos confrontos a nível macro, mas essa não é apenas uma questão quantitativa, pois, para quem estava diretamente envolvido no processo, foi um processo altamente conturbado e caótico.

Outros fatores também operaram no sentido de acelerar o movimento de abolição e de dar suas feições peculiares no Paraná. Entre eles, temos a legislação imperial, relativa ao tráfico de escravos, aos nascituros, aos sexagenários, à extinção gradual do regime, que exerceu grande influência no processo paranaense. Em 1831, o Brasil suspende tráfico e o declara ilegítimo, mas somente com a Lei Eusébio de Queirós de 1850 que se tem o marco oficial da suspensão definitiva do tráfico. Mesmo assim, pelos interesses poderosos ligados ao comércio de pessoas escravizadas, alguns ainda continuaram tentando por mais alguns anos, com o registro de Romário Martins de entrada por Superagui em 1861, sejam por motivos de necessidades regionais ou para a venda para os cafezais de São Paulo, ativando dessa forma os órgãos que foram criados para executarem essas leis. (Idem)

Curitiba encontrava-se vinculada à economia colonial sob diversos aspectos, de forma que os processos que envolviam potências do comércio internacional acabavam repercutindo no Paraná, assim como, muitas vezes, no Brasil inteiro. Por exemplo, temos a atuação da Inglaterra sobre as relações de tráfico de pessoas escravizadas entre o Brasil e a África, como primeiro impacto sobre o regime escravista nacional. A partir de fins do século XVIII, a Inglaterra começa a lutar contra os monopólios do sistema colonial, inclusive a independência do Brasil se liga a uma destruição do pacto colonial. “A dinâmica do sistema capitalista em expansão exigia mercados consumidores de produtos manufaturados e produtores de matéria-prima, os quais eram obstados até então pelas instituições mercantilistas que vinculavam as colônias direta e exclusivamente às metrópoles. Todavia, o açúcar desempenhou um papel decisivo na política de repressão ao tráfico de escravos posta em prática e desenvolvida pela Inglaterra.” (IANNI, p. 184)

Por meados do século XIX, Paranaguá se tornara um entreposto de certa importância para os escravocratas, na medida em que ali eram desembarcados africanos, que em seguida seriam reembarcados para outros locais do território nacional. Depois, de embarcados, não poderiam mais ser apreendidos pelas autoridades brasileiras nem pela marinha inglesa, pois que seus comerciantes os descreveriam como nacionais, encobrindo sua procedência. Em 1850 há o “incidente de *Cormorant*”, em que navios da marinha inglesa atacaram navios negreiros no porto de Paranaguá, devido ao tráfico ilícito que ali ocorria. Isso se sucede pouco antes da lei Eusébio de Queirós. Fato descrito por historiadores e intelectuais da época, a partir desse momento, para Octavio Ianni, entra em fase descendente o escravismo na área e no país.

Outra lei que foi fundamental e necessária para o processo de abolição da escravatura foi a lei de 1871, popularmente conhecida como “lei do ventre livre”. Exerceu um efeito dinâmico nesse processo, principalmente no que diz respeito ao elemento ideológico. Essa lei, mesmo que precariamente, começou a romper com uma das principais “fontes” que os senhores utilizavam para escravizar pessoas, que seria os próprios filhos e filhas das mães negras escravizadas. Mas, mesmo com essa lei, ainda se tinha muito poder para os senhores, de forma que esses filhos e filhas, em sua maioria, não nasciam libertos verdadeiramente, tendo que trabalhar para o senhor até a idade de vinte e um anos, ou sendo liberto com compensação para este. O que suscitou questionamentos para Octavio Ianni: “que será do indivíduo depois dessa data? Que será do liberto que se tornou adulto na condição de cativo? Os componentes e mecanismos psicossociais e culturais que elaboram e compõem a sua personalidade serão adequados à sua sobrevivência como trabalhador livre?”. (IANNI, p. 187) O padrão ideal de homem livre não estaria reservado a essas pessoas que foram socializadas na condição de escravizados.

Em Curitiba, após essa lei, a Coletoria começou a expedir avisos no sentido de controlar os nascimentos e preparar para a futura libertação. Dessa forma, no registro da criança, a pergunta “escravo ou livre” causa profundo impacto na moral cristã da comunidade curitibana.

Para Noemi Santos da Silva, o ideal de liberdade que despontou no mundo Ocidental no século XIX teve que encarar a escravidão como um problema a ser solucionado. Isso gerou conflitos de interesses em torno dos países que estavam em processo de abolição. No Brasil, as leis mostravam ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que ampliavam possibilidades de alforria, restringiam os direitos dos libertos. Com

base nas leis brasileiras do século XIX, os escravizados fizeram seu papel, pressionando as autoridades por meio dos tribunais de justiça, buscando fazer valer os direitos que sabiam possuir. (SILVA, 2014).

Porém, os confrontos entre os princípios de “propriedade” e de “liberdade” causaram incoerências nas definições jurídicas. Os escravizados e ex-escravizados não tinham direitos civis, mas eram sujeitos no Direito Penal, mostrando um status maleável. Esses conceitos de “liberdade” e de “propriedade” derivam de uma construção histórica no pensamento Ocidental. No próprio pensamento Iluminista há contradições em torno do conceito de “liberdade”, que estava em disputa. No debate de homens públicos, em relação aos projetos de vida e trabalho para os que seriam libertos, muitas propostas não promoviam um afastamento radical da antiga condição escravizada. Muitos defendiam uma concepção de liberdade restrita, pelas preocupações com o direito de propriedade e controle dos libertos. (Idem).

Segundo Silva, a Lei do Ventre Livre gerou uma disputa acerca da categoria que se encaixariam os filhos livres de mulheres escravizadas: uns defendiam ingênuos, outros libertos, com muitas ambiguidades que estavam fazendo valer os direitos desses sujeitos e sua relação com os proprietários. Muitas medidas que visavam o controle dos libertos, sua fixação no local de trabalho, o que geravam muita precariedade e vulnerabilidade, com situações semelhantes às da escravidão. As fronteiras entre escravidão e liberdade eram muito incertas. (Idem).

Outro fator crucial de impacto na moralidade da comunidade foi a participação de muitas pessoas escravizadas na Guerra do Paraguai. Com o *status* jurídico de coisa, não poderia o indivíduo se tornar soldado, pois que não teria personalidade civil, não poderia assumir o papel social de soldado. Dessa forma, o governo, precisando de tropas para o confronto, oferecia a liberdade em troca da participação do escravizado na guerra, tendo inclusive o Império mandado dinheiro para a Província do Paraná, para ser empregado na liberdade dessas pessoas. “Manipulando a riqueza em boa parte produzida pelo próprio escravo, comprava-se a sua liberdade para a defesa do país dos brancos. Por outro lado, a participação ativa dos negros nas batalhas revela aos brancos atributos humanos que estes, senhores ou não, nunca mais puderam deixar de ponderar”. (IANNI, 1962, p. 188)

O abolicionismo em Curitiba e no Paraná é resultado de múltiplos fatores e influências, como pudemos observar aqui. Diversos atores sociais e grupos concorreram para que o processo culminasse com o movimento social abolicionista, que iria atuar a

favor da emancipação dos escravizados no Paraná. Esses atores, de diversas camadas sociais, poderiam estar lutando pela própria sobrevivência ou condições de vida dignas, de um lado, e, de outro lado, poderiam estar apenas agindo por seus lucros ou seguindo o fluxo de alterações ideológicas globalizantes. De qualquer forma, agentes tanto endógenos ou exógenos da comunidade influenciaram de maneira que se pudesse chegar a esse resultado.

Dessa forma, é importante assinalar para esse estudo, os efeitos da circulação de políticos, administradores, militares, bacharéis, viajantes, etc. pelo território brasileiro durante o século XIX. Essas pessoas mediam a dominância exercida por Rio de Janeiro e São Paulo sobre Curitiba. Administradores e burocratas, tanto liberais quanto conservadores, permaneciam temporariamente, dependendo da política ministerial e de gabinetes centralizada no período imperial. Dessa forma, operava-se uma difusão de valores, comportamentos, ideais, concepções, doutrinas, etc. Assim como eles, os próprios conterrâneos da comunidade, principalmente as famílias abastadas, mandavam seus filhos para estudar em outros centros, como Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, e até pessoas que iam para a Europa, que, no contato com diversas correntes de opinião e com diversas concepções políticas, traziam de volta para a comunidade pensamentos que impactavam as disputas e concepções, repercutindo no seio da comunidade originária. (IANNI, 1962). O próprio Nestor Vítor, apesar de já ter tido na escola em Paranaguá e em Curitiba o início da concepção intelectual que o levou ao republicanismo e ao abolicionismo, com certeza suas viagens para o Rio de Janeiro e para Paris o trouxe um corpo intelectual que o modificou e o levou a redes de contatos e círculos de amizades que fariam grande diferença em sua obra e em sua atuação política de volta ao Paraná.

Ainda segundo Ianni, as manumissões passam a ser vistas como ações sociais moralmente aprovadas pela comunidade, de forma que se concedia essa “liberdade espontânea” quando tal ato não afetaria os capitais individuais dos senhores. Como por exemplo, em casos em que o indivíduo que fora escravizados continua trabalhando para o “antigo” senhor, ou quando uma emancipação funciona no sentido de restabelecer do equilíbrio de uma unidade produtiva em crise. Casos existem de que o libertado permanece com seu patrão com a noção de recompensá-lo pelo “prejuízo” causado pela libertação, e casos em que a continuidade se dá por uma ligação afetiva construída. De qualquer forma, os atos de libertação dos escravizados passaram a ser notícias comemoradas nos jornais locais, gerando um efeito cumulativo que propiciava um

ambiente moralmente favorável à emancipação. De forma que, inclusive, as autoridades administrativas atuavam em consonância com esse processo, como os presidentes Lamenha Lins e Taunay, correlacionando as políticas de colonização e imigração europeias com a política de emancipação, guiada pelo desejo de se eliminar o trabalhador escravizado do sistema. Uma das principais políticas nesse sentido foi a criação do fundo de emancipação, em que as quotas eram distribuídas às comunidades conforme o número relativo de escravizados.

A legislação atuava rigorosamente no sentido de preservar aos libertos as instituições de paternidade, maternidade, educação doméstica, etc. Porém:

Mas a lei não se interessa pelos requisitos cristãos de organização da família apenas por causa dos seus aspectos morais. A proteção da integridade do grupo doméstico do escravo que é libertado significa, ao mesmo tempo, a preservação de requisitos adequados à reprodução da força de trabalho necessária à produção e à expansão das atividades econômicas. A legislação que liberta o cativo não foi elaborada por estes, mas pelos seus senhores ou pelos bacharéis, neste caso seus ideólogos. Em consequência, ela estará naturalmente impregnada das preocupações inerentes aos interesses econômicos dos donos de escravos, proprietários de meios de produção, pois estes fatores não podem permanecer inaproveitados nem subutilizados. Não é por acaso que os homens que fizeram essas leis propugnaram, ao mesmo tempo, pela intensificação da imigração europeia. Os bacharéis, a chamada elite dos letrados da segunda metade do século XIX, foram quase sempre os intérpretes fiéis, ideólogos ou executores, dos interesses dos grupos que detinham os meios de produção. (IANNI, p. 196)

O abolicionismo, como podemos ver, tem várias facetas, e é fundamental compreendê-las para entender a construção da ideologia e do pensamento do “Paraná europeu”, pois esse momento de transição, tanto de regime político quanto de base estrutural produtiva, também é um momento de produção ideológica e intelectual, e a elite letrada presente nesse momento dinâmico vai fazer a diferença ao lado da construção política e econômica em movimento. Organizado como “partido”, ou movimento social, o abolicionismo se estrutura em Curitiba no período final da escravatura, quando em 1883 são criadas três organizações de cunho filantrópico, destinadas a propagar o abolicionismo e promover manumissões. Nesses clubes eram representadas principalmente as camadas altas e médias da população, como políticos, administradores, proprietários de engenhos de erva-mate, militares, bacharéis, jornalistas, poetas, historiadores, professores, etc. A *Sociedade Emancipadora Paranaense*, por exemplo, contava com a presidência do Comendador Antônio Alves de Araújo, membro de uma grande e tradicional família da elite paranaense. Temos a

Sociedade Libertadora do Paraná, com atuação das mulheres da comunidade, na presidência de Maria Amália Almeida Queiroz. Na outra Sociedade, houve a participação de homens como o Comendador Ildefonso Pereira Correia e o Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, futuros presidentes da Província. No ano seguinte fora fundado o *Club Abolicionista* de Curitiba, sob a presidência de Capitão Floriano de Castro Lavor, realizando grandes festas abolicionistas, propagando a libertação de escravizados, o que de fato acontecia cada vez com mais intensidade. (IANNI, 1962).

Em Paranaguá, onde o movimento se estrutura anteriormente, fundaram-se dois jornais abolicionistas: o *Operário da Liberdade*, em 1870, tendo como principal redator o Desembargador Dr. João A. de Barros Junior, e o jornal *Livre Paraná*, fundado em 1883, sob a supervisão do jornalista Fernando Simas. Esse jornal era também de propaganda republicana, e contou com a participação e colaboração de Nestor Vítor, Manoel Correia de Freitas e Albino Silva. (CORREA, 2006). Esse jornal durou cinco anos e foi inspirado no *Manifesto Republicano* de 1870, o que trataremos mais pra frente. O republicanismo e o abolicionismo se entrelaçam de maneira íntima nesse momento do país.

O movimento de opinião se torna cada vez mais vigoroso. Pessoas representadas pelos seguintes clubes passam a agir em prol do movimento: Clube Militar, Clube Curitiba, Clube de Corridas, Arcádia Paranaense, União dos Artistas, Itiberê da Cunha, Beneficência Italiana, Protectora dos Operários, Clube Dr. Pedrosa, Clube Clarimundo Rocha, Clube Republicano. E os jornais: *República*, *Diário Popular*, *Gazeta Paranaense*, *Pioner*. Divulgavam os acontecimentos e atividades. Os abolicionistas patrocinam alforrias e escondiam pessoas escravizadas que estavam fugidas, etc. Em 1888, as atividades abolicionistas passam a ser centralizadas por um órgão de coordenação, a *Confederação Abolicionista Paranaense*, fundada a 25 de março, com o objetivo de acabar completamente com o trabalho escravo no Paraná, em nome dos “nossos civilizados sentimentos religiosos”. (IANNI, 1962, p. 199)

Sentimentos religiosos ligados à civilização, estamos falando de religião de origem europeia e da ideia civilizatória europeia, o que agora era permitido e incentivado de se chegar à população negra. O que antes era uma separação com pejoração dos não-brancos, agora se altera. “A campanha abolicionista esteve sempre configurada como um movimento humanitário destinado a ‘cristianizar’ o escravo, transformando-o em pessoa, num ser ‘civilizado’, de um dia para outro. O fulcro da ideologia da abolição são os valores universais da cultura [...]”. (IANNI, p. 200)

A nível nacional, para muitos políticos, defender o fim da escravidão era uma prática retórica, que escondia compromissos com grande proprietários, seus eleitores. Muitas vezes a abolição como retórica foi utilizada para protelar a própria abolição, em nome de uma recomposição gradual da mão-de-obra, o que demonstrava um medo de ressurreições escravas com o exemplo do Haiti no imaginário. Nos discursos, os libertos são colocados como incapazes de desfrutar a liberdade, sem antes serem “preparados”. (SILVA, 2014).

Isso refletiu na construção da cidadania, num processo concomitante à valorização dos princípios liberais, só que adequados à realidade escravista. É o momento do fortalecimento das teorias raciais, que resultou numa fundamentação das desigualdades, com a noção de cidadania se vinculando ao debate racial. (Idem). As teorias raciais que fizeram sucesso em meados do século XIX na Europa, chegaram tardiamente ao Brasil, não como um mero reflexo, mas como fruto de uma adaptação à situação nacional. Visto como um caso único de extrema miscigenação racial, o Brasil do final do século era objeto de curiosidade para o mundo “civilizado”. A miscigenação é vista como algo negativo, que geraria a deterioração da população, levando muitos cientistas a adotarem a ideia de purificação da raça, defendendo a proibição de casamentos inter-raciais, por exemplo. Os cientistas da época são pessoas vinculadas às classes dominantes nacionais, com cargos nas instituições e universidades que vinham se montando pelo país. Na busca por identidade nacional pós-independência, o discurso de “raça” vinha muito forte nessas instituições, em que os diferentes grupos buscavam a legitimidade para falar em nome da nação. Os médicos, por exemplo, defendiam a higienização e o saneamento das grandes cidades, com projetos de eugenia: eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza. Porém, essas concepções estavam diretamente à questão da raça, sendo a população negra os principais exemplos de doentes, loucos, pobres, utilizados em suas revistas. Os advogados associavam a questão da raça à questão do crime. A antropologia de modelo biológico afirmava a diferença entre as raças, utilizando-se de conceitos como civilização e progresso. Essas teorias tinham peso nas instituições, inclusive nas de construção da história oficial do país. (SCHWARCZ, 1993). Muitas dessas ideias ressoaram na sociedade do período, influenciando várias pessoas e suas formas de ver a sociedade brasileira. O fato de essas teorias chegarem ao Brasil no processo de desmonte da escravidão e de construção da abolição nos diz muito sobre o projeto social para o futuro. A população poderia ser liberta, mas a hierarquia racial teria que continuar.

O abolicionismo foi o movimento social mais vigoroso do século XIX no Paraná, maior que os movimentos pela emancipação da Província, maior do que o republicanismo. A abolição e o golpe republicano aconteceram quase que simultaneamente se considerarmos a longa duração na história. O primeiro ocorreu em 13 de maio de 1888, enquanto que o segundo ocorreu em 15 de novembro de 1889, numa fácil vitória do golpe, surpreendendo o Brasil, inclusive o Paraná. A nova situação fora aceite devido ao próprio centralismo monárquico, que estava tão enraizado no Brasil, que o golpe funcionou quase que como uma queda de Gabinete, com a tradicional obediência e disciplina por parte dos Presidentes da Província. “Paradoxalmente, a situação de descaso com as instituições monárquicas era acentuada, o que explica a ausência de defensores do regime derrubado por um golpe militar em plena crise política.” (OLIVEIRA, p. 227)

Segundo Ricardo Costa de Oliveira, o movimento republicano era fraco no Paraná, fato que gerava revolta inclusive em Nestor Vítor. Havia poucos militantes em clubes pequenos e mal organizados, e o eleitorado era escasso. No Paraná, era apenas um reflexo do que acontecia em São Paulo e no Rio de Janeiro, principalmente depois de 1870. Oliveira destaca os republicanos históricos anteriores ao golpe de 1889, que iriam ter papéis importantes na República Velha no Paraná. São eles: José Francisco da Rocha Pombo, Vicente Machado da Silva Lima, Fernando Simas, Ubaldino do Amaral, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Manoel Correia de Freitas e Emiliano Perneta. Podemos destacar também Nestor Vítor, como grande agente político e propagandista republicano, pois como vimos anteriormente, teve atuação em clubes e organizações importantes do período, assim como escrevia artigos em grandes jornais em circulação. Tanto dentro como fora do Paraná, durante o período da República Velha Nestor Vítor compôs forças políticas com Rui Barbosa e foi deputado legislativo por dois mandatos. É mais lembrado por suas ações como literário, o que realmente fez diferença na sua trajetória, como crítico simbolista. Acabou atuando como ideólogo das elites dominantes, ajudando a construir o imaginário do Paraná enquanto estado branco e europeu, um intelectual atuante. Não há como dissociar sua atuação no campo das ideias das suas atuações políticas práticas, pois estas caminham juntas. Acabou levando para as letras as suas concepções de mundo, o que era inevitável, e suas concepções estavam em consonância com as da classe dominante que vinha se modernizando na virada do século.

De qualquer forma, o golpe gerou uma necessidade de reestruturação política no Paraná:

Após as notícias do levante no Rio de Janeiro, o último Presidente da Província – Jesuíno Marcondes – convocou uma reunião política com a presença de membros do seu Partido Liberal e do Partido Conservador, para avaliarem a situação. Decidiram que nada mais havia a se fazer frente aos fatos consumados. Com a adesão, começaram a pensar a nova estrutura partidária. (OLIVEIRA, 2001, p. 228)

Para o autor, a abolição da escravatura em 1888, a proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891 significam o processo de transição de um tipo de Estado Escravista Moderno para um tipo de Estado Burguês. Acontecem importantes transformações na estrutura jurídico-política do Estado brasileiro, com novas normas do direito burguês e com a reorganização do aparelho de Estado, em conformação com o burocratismo burguês.

Uma das consequências da transformação processada entre 1888 e 1891 foi a passagem da esfera regional do aparelho escravista moderno – as Províncias, para a nova unidade da esfera regional do aparelho de Estado burguês – os Estados. Foi uma mudança entre um Estado Monárquico semi-absolutista e unitariamente centralizado para a República Federativa. O poder político nos executivos regionais passaria da velha burocracia de Estado Imperial para as nascentes burguesias regionais, que viriam a controlar diretamente o aparelho regional de Estado. Com as novas autonomias federativas, a dominação por parte das classes dominantes regionais seria mais direta. (OLIVEIRA, *Idem*)

Os presidentes de Província eram nomeados pelo Império, ocupando esses cargos estavam sempre a burocracia imperial e a elite estatal nacional. Com a descentralização do poder no Estado federativo, há uma maior interferência das classes dominantes regionais na economia e em diversas áreas, acompanhados por uma nova orientação nas políticas governamentais. Por exemplo, a política fundiária passa ao controle estadual, então as elites regionais passam a negociar os interesses na especulação e posse de terras devolutas, assim como passam a gerir com mais consistência a colonização no Paraná. As pressões e conflitos de terra aumentam, tendo inclusive a Guerra do Contestado acontecido no período de 1912 a 1916. Segundo Ricardo Costa de Oliveira, Afonso Camargo, que foi presidente do Legislativo e do Estado, era também advogado das empresas *Brazil Railway* e *Lumber*, do magnata Percival Farquhar (*Idem*, p. 230), empresas essas envolvidas no conflito e que são frequentemente citadas por Nestor Vítor como geradoras de progresso devido às suas

ações e obras no processo de industrialização e modernização da cidade, como veremos mais adiante.

A política tributária e fiscal também muda, permitindo aos Estados subvencionarem empresas, apoiarem atividades capitalistas em vários sentidos. Podem decretar impostos sobre a exportação de suas mercadorias, imóveis rurais e urbanos, sobre a transmissão de propriedade e sobre indústrias e profissões. Também o orçamento adquire mais autonomia. Há também uma reforma no campo jurídico, em que normas do direito burguês começavam a prevalecer e a justiça estadual se organiza. A Força Militar do Estado também cresce com investimentos, aumentando progressivamente seus efetivos ao longo dos anos. (OLIVEIRA, 2001). Ou seja, toda essa reviravolta política e social suscitou transformações decisivas na maneira de se fazer política no país, descentralizando o poder. Este permanece nas mãos das classes dirigentes, porém agora a nível regional. As elites estaduais agora exercem influência e dominam mais diretamente a política em seus locais de atuação. O fenômeno do coronelismo começa a dar as caras, e a dominação política por parte de famílias tradicionais fica cada vez mais evidente.

“O coronelismo é um conjunto de práticas político-eleitorais que participam, de modo peculiar, da dupla função do Estado burguês: desorganização das classes trabalhadoras e unificação da classe dominante sob o comando hegemônico de uma das suas frações.” (OLIVEIRA, 2001, p. 232) O coronelismo é um sistema político de uma complexa rede de relações, que vai do coronel até o Presidente da República, com base em compromissos recíprocos, barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante para baixo o poder do coronel sobre seus dependentes (eleitores) e rivais, na disputa pelo controle dos cargos, cabendo ao coronel apoiar o governo em troca de votos. O coronel é um mediador que dá condições mínimas para a população e usa a força para minimizar os conflitos. (LEAL, 2012).

Há um cerceamento da autonomia municipal, de forma que o voto serve como barganha, no intuito de se poder controlar de toda maneira. Em Curitiba, inclusive o prefeito ainda era nomeado, enquanto que nas outras cidades do Estado do Paraná já tínhamos eleições. As eleições, de forma geral, ocorriam com fraudes eleitorais e com o uso da força. Os coronéis comandavam os diretórios municipais dos Partidos Políticos. Havia “coronéis deputados” no auge do coronelismo, com a possibilidade de acúmulo de cargos e salários. Para saber mais sobre o coronelismo em Curitiba e no Paraná, recomenda-se a obra *A Dança das Cadeiras*, de Monica Goulart. (GOULART, 2014).

O coronelismo acontece num período da história brasileira em que a grande maioria da população se encontra na zona rural, onde os proprietários rurais dominam as grandes massas de trabalhadores dependentes na lavoura e no campo. Segundo Oliveira, há uma convivência entre estruturas do Estado burguês democrático com estruturas da classe dominante nas regiões rurais, o senhoriato rural. Esse senhoriato tem presença “muito mais antiga do que o coronelismo da República Velha. A sua formação originase no período colonial. A fração dos proprietários rurais possui séculos de experiências, organização e relações com o Estado no país.” (OLIVEIRA, p. 233)

Os interesses ervateiros são os que dão as cartas no jogo político e social paranaense, justamente por ser a área da economia que mais gerou lucro, principalmente através de exportações, quando se abriu o caminho para o mercado do Prata. O interesse da classe dominante histórica paranaense na erva-mate começa a se intensificar a partir do início do século XIX, com a decadência da mineração e a relativa insuficiência econômica das fazendas de gado. Ambos setores eram baseados no trabalho escravizado, o que não foi diferente quando as atividades da elite passaram à produção de erva-mate. Engenhos da erva começaram a surgir tendo o pilão e o braço escravo como componentes básicos. (IANNI, 1962). Inicialmente indígenas e caboclos foram escravizados, com os primeiros engenhos funcionando no litoral. Aos poucos, engenhos vão sendo montados em Curitiba e na Lapa, e o trabalho da população negra foi sendo utilizado, também de forma escravizada. A partir de 1820 até 1850, há uma grande expansão da economia ervateira. Em 1836, por exemplo, correspondia a 85% das exportações de Paranaguá. (OLIVEIRA, 2001).

Com o desenrolar do século XIX, várias transformações vão ocorrendo no sentido de urbanização, industrialização, modernização, coincidindo com a vinda da imigração europeia e com a transformação do trabalho escravizado em trabalho livre. Essa transformação aconteceu inclusive dentro da própria economia do mate, em que os engenhos de erva-mate, antes utilizadores da mão-de-obra escrava, com os avanços técnicos na produção, de maquinarias e processos de produção, passaram a perceber que a manutenção de pessoas escravizadas agora seria mais oneroso e menos produtivo do que o trabalho livre com tecnologia mais avançada. É a modernização da produção. Podemos perceber, com o auxílio do estudo de Ricardo Oliveira, que não há uma ruptura no processo de abolição e transição do tipo de trabalho pois, pensando-se na elite dominante, há uma continuidade das famílias no poder, muitas vezes com os filhos dos fazendeiros e ervateiros escravocratas, assumindo as posições de poder, agora com

um perfil burguês e empresarial. Podemos perceber que esse perfil muda em consonância com a mudança de regime e do tipo de Estado, assim como com o tipo de relações de produção. É uma modernização conservadora, em que tudo muda para permanecer como está. As formas mudam, mas para permanecer a mesma estrutura de poder, com as famílias historicamente dominantes continuando a ocupar os espaços de poder na estrutura social.

O republicanismo é fundamental nesse contexto, tanto sua vertente positivista como sua vertente liberal. Segundo Maria Stella Bresciani (1993), ao longo do século XIX, o debate político no Brasil e no mundo “civilizado” se dava em torno de um projeto civilizador cujas raízes remontam ao liberalismo inglês e ao pensamento ilustrado francês. O projeto civilizador envolveria a eliminação da criminalidade, a ampla difusão da instrução e o crescimento econômico apoiado no trabalho livre, técnicas modernas, implementos agrícolas mecanizados e implantação de indústrias. Os projetos republicanos, segundo eles próprios, visavam marcar diferença em relação à monarquia, e, com a atuação dos homens pensantes do país, acelerar o processo que já se encontrava inscrito no tempo da história. O projeto de inspiração liberal defendia a grande propriedade agrícola, a diversificação da aplicação do capital e a formação do mercado de trabalho com o imigrante europeu. Para os positivistas, “a república teria uma ação regeneradora para um país ainda atado aos seus laços com o passado colonial e o presente escravista; ela o conduziria com mão firme para o estado mais avançado da vida em sociedade”. (BRESCIANI, 1993, p. 124)

É perceptível que a crítica de ambos os projetos republicanos ao passado colonial e escravista se restringe ao regime político monárquico, considerado por eles como anacrônico e avesso ao progresso da civilização. Segundo Bresciani,

(...) recolocar a política e o estado sob seus pés, ordenando os dois a partir dos interesses primordiais do país: a esta tarefa se propõem os republicanos que, ao falarem pelos ‘lavradores’ (leia-se os grandes fazendeiros, em especial os produtores de café da região de São Paulo) enquanto grupo de interesses coincidentes com o interesse geral, assumem uma identidade mais definida. Contudo, a imagem do “lavrador” tem na fala republicana um contorno ambíguo, configurando ao mesmo tempo o sujeito do enunciado e o seu destinatário. (BRESCIANI, 1993, p. 133)

Definem como problema o relativo isolamento dos fazendeiros, chamando-os a uma unidade de classe. Os fazendeiros são chamados para decidir a vida política e

econômica do país, com o Estado devendo menos intervir, e o imigrante viria como agente disciplinado da produção de riquezas.

Os republicanos consideravam impossível transformar fazendeiros e escravos libertos em indivíduos unidos por um contrato de trabalho. Ainda segundo Bresciani, a resistência em integrar ao processo produtivo o ex-escravo ou o livre sem posses, revela-se antes no silêncio do que no debate, deslocando a questão para o imigrante europeu, que participaria da “modernização”, com sistemas de crédito e formação de escolas técnicas de agricultura financiadas pelo governo.

Podemos trazer esse contexto para a situação paranaense, em que o “lavrador” do discurso seria, na prática, os proprietários dos engenhos de erva-mate, muitos deles sendo políticos e até os mais poderosos do estado, muitos deles republicanos e abolicionistas. Como veremos no próximo capítulo, Nestor Vítor traz muito dessas características discutidas anteriormente em sua obra *Terra do Futuro*, ao visitar grandes propriedades de ervateiros, industriais, colônias de imigrantes europeus, destacar os progressos, a industrialização, o avanço civilizatório, em alguns momentos até relacionando com as questões fenotípicas de um povo branco europeu. Também passa praticamente despercebido sobre a questão da escravidão, sendo citada em apenas uma passagem, sem o devido debate, com um silêncio revelador.

Em 1912, começa a redação de *A Terra do Futuro*, a pedido do governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque:

¹ *Carlos Cavalcanti de Albuquerque*. Nasceu no Rio de Janeiro em 1864. Seu pai foi o Major Inocêncio José Cavalcanti de Albuquerque, morto em ação na Guerra do Paraguai. Carlos estudou na Escola de Cadetes de Porto Alegre e seguiu a carreira de engenheiro militar, estudando na Praia Vermelha. Oficial de gabinete do governador provisório Inocêncio Serzedello Correia, em 1890. Casou-se com Francisca, irmã de Caetano Munhoz da Rocha. Seu filho, o tenente Leo Cavalcanti de Albuquerque, se casou com Sarah, filha de Vicente Machado. Deputado constituinte estadual de 1892. Deputado federal em 1900, 1903, 1909. Em 1910 renunciou ao seu mandato de deputado federal, protestando contra a política ferroviária federal, que supostamente favorecia Santa Catarina. Presidente do Paraná em 1912. Durante a sua gestão aconteceu a guerra camponesa do Contestado. Senador em 1921, permanecendo no Senado até a revolução de 1930. Faleceu em 1935. (OLIVEIRA, 2001, p.242).

1.3. CONTEXTO CULTURAL E TERRA DO FUTURO

A partir da emancipação, e mais forte no final do século XIX, começou uma preocupação do Estado do Paraná como possuidor de sua própria história, não mais vinculada à história de São Paulo, de que era comarca. A busca de uma identidade coletiva envolvia os intelectuais da Primeira República a nível nacional. Porém, após a sua implementação, muitos não ficaram satisfeitos, pela ausência de envolvimento popular, corrupção, continuidade de um governo autoritário. Então o movimento no Paraná foi de afirmar-se em sua identidade, para garantir fronteiras e reforçar papéis políticos frente ao próprio Estado nacional. O início do século XX foi marcado por ideais regionalistas de cunho identitário, como aqui foi o Paranismo, que surgiu em um contexto de ascensão da elite ervateira (majoritariamente urbana) e de decadência da elite rural dos Campos Gerais.

Considerando a trajetória histórica em que se estabelece a política paranaense de *favorecimento e conservantismo do ideário do poder central*, compreende-se o contexto cultural em que a intelectualidade paranista concebeu uma identidade regional. O grupo ervateiro, apoiado pela intelectualidade do mate, procurou então fazer valer o apoio incondicional dado às investidas governamentais centrais frente às intenções de comando e controle territorial. Os elementos político-culturais, elaborados no movimento paranista, tornam-se suportes ideológicos fundamentais na construção identitária paranaense, consolidando uma variedade de investimentos culturais patrocinados pela elite ervateira. (CORDOVA, 2016, p. 50)

Segundo Romário Martins, o termo “paranismo” foi primeiramente utilizado por Domingos Nascimento após uma visita ao norte do Paraná. Porém, o próprio Romário Martins, um dos principais difusores do Paranismo, vai elaborar o conceito, o qual será importante como condutor do movimento de forma geral:

Paranismo é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense [...] Paranista é simbolicamente aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compoz uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore. (Idem, p. 52)

Foi criado o Centro Paranista, para iniciativas úteis ao progresso e à civilização do Paraná, com aspirações e realizações visando a grandeza do Paraná. Segundo Cordova, “notam-se, em Romário, os princípios positivistas de apelo ao progresso e aos

ideais de grandeza moral, intelectual e material”. (Idem, p.53) Em seu programa e teses, defende-se o estudo das fases históricas de progresso moral e cívico, suas datas e comemorações, a fim de se criar uma simbologia própria.

Nesse contexto, surge uma geração de poetas simbolistas, conhecida porque “inventou o Paraná”, em um núcleo formado por Emiliano Pernetta, Dario Vellozo¹¹ e Silveira Netto¹². Ao lado desse núcleo mencionamos o próprio Nestor Vítor, que, para além da amizade e proximidade prática com os autores mencionados, produziu conteúdo sintonizado com esse ambiente intelectual em *A Terra do Futuro*, além de ser reconhecido como um dos maiores críticos simbolistas do Paraná e do Brasil. Esse grupo integrava uma geração que tinha controle sobre o ambiente cultural, através do jornalismo, da educação, das organizações literárias e científicas. Os simbolistas vão assumir posições de destaque em todo esse espaço social: de professores a deputados, posições no Executivo, redação de jornais, fundadores de instituições importantes. Segundo Bega, essa geração constitui-se como representante letrada e com legitimidade junto aos grupos dominantes, cabendo a elas “inventar o Paraná”. Fomentaram o sentimento de idealização identitária e de enaltecimento de valores naturais, em aspectos físicos e humanos. Foi a primeira geração de letrados paranaenses, com a função de construir e exaltar uma identidade paranaense, financiados pela elite, que os colocavam nas posições e ocupações de destaque na cultura. Nestor Vítor entra como o principal crítico literário vinculado ao simbolismo, com projeção nacional. Fazia o elo de ligação entre a produção nacional e a local. Radicado no Rio de Janeiro, onde morou por quarenta anos, fazia a crítica de sustentação do movimento, trabalhando em jornais de importante expressão. Além disso, auxiliou amigos que chegavam na cidade, com algum cargo, emprego ou redação em algum jornal.

¹¹ Dario Vellozo nasce no Rio de Janeiro em 1869, filho de Cyro Persiano de Almeida Vellozo e Dona Zulmira Mariana de Castro Vellozo. Estuda no Ginásio Paranaense, companheiro de geração de Silveira Netto, Nestor Vítor, Emílio de Menezes, Julio Pernetta etc. Ele e seus amigos são o grupo que dominará o espaço cultural local. Casa com Escolástica de Moraes, filha de tradicional e abonada família de Morretes. É um dos fundadores do movimento simbolista no Paraná. Participa de batalhas políticas na imprensa, cargos burocráticos de governo, professor de História no Ginásio Paranaense. Colabora com a revista do Club Coritibano, presidida por seu pai. Participa de revistas literárias, maçônicas e ocultistas. Participa do grupo Cenáculo. Participa do grupo de Nestor Vítor no Rio de Janeiro. Rocha Pombo é seu guia intelectual no começo. Se aventura no helenismo. (BEGA, 2013).

¹² Silveira Netto é do “núcleo duro” da geração simbolista. Nasce em Morretes em 1872, neto e filho de operários, de origem portuguesa. Colabora na revista Club Coritibano. Aos 19 anos já trabalha na Fazenda Federal. Participa da criação do grupo Cenáculo. Amigo íntimo de Mario Alves Tourinho. Reencontra Nestor Vítor no Rio de Janeiro, o qual faz sua primeira crítica literária com base em obra sua. (BEGA, 2013).

O simbolismo resgata elementos românticos, que haviam sido deixados de lado pelo parnasianismo. Surge no clima europeu de segunda metade do século XIX, momento de mal-estar com crescimento da sociedade industrial e urbana. É um movimento literário mais subjetivo, ressalta aspectos de interiorização. Apologético da ocidentalidade e do cosmopolitismo, assume caráter universalista, como de costume da cultura e filosofia europeias. No caso brasileiro, se fixa principalmente na poesia, e vai disputar a predominância do campo com o parnasianismo, de caráter mais racional e formal. O simbolismo se impõe no Brasil como corrente literária constante a partir de 1893, com as obras de Cruz e Souza, seu principal expoente brasileiro, mas já havia sendo gestada desde a década de 1870. O contexto de seu surgimento no Brasil é de recém saída do regime escravocrata, e essa nova tendência causa um certo mal-estar. A tendência aporta aqui praticamente ao mesmo tempo em que se dissemina pela Europa. (BEGA, 2013).

A nível nacional, segundo Tarcisa Bega, a disputa pela hegemonia com o parnasianismo envolvia espaços especializados, como salões e cafés. A disputa também envolvia o reconhecimento entre os pares, o acesso às redações de jornais de maior prestígio, a estabelecimentos de ensino, ou o apadrinhamento de algum expoente da política. A vida literária se sobrepõe à própria literatura, pois as alianças serão estratégicas para a sobrevivência do que chama de “panelinhas” literárias. Por isso que um dos focos do trabalho é a rede de relações dos autores estudados. Ela diz muito sobre as construções sociais e ideológicas do momento. A nível nacional, teve uma posição subalterna no campo, sendo “vencida” pela parnasianismo, acabando por ficar fechada em seus círculos. Em parte por suas veias utópicas e boêmias, de romantizar e idealizar a literatura em seu caráter não comercial.

Isso ajuda a explicar do porquê o Simbolismo, apesar de não ter sido hegemônico a nível nacional, o foi no Paraná. Justamente por não ter sido hegemônico no Brasil, encontrou no Paraná, estado recém emancipado, em busca de uma identidade regional, o seu refúgio. Desde 1870, os escritores nacionais usam meio e raça para explicar o Brasil. O Paraná, na busca por sua especificidade, com o projeto de europeização em curso, encontra nos simbolistas a primeira geração a tratar de tal temática. Parece até uma contradição, pois o Simbolismo que se pretende universal e atemporal, no Paraná assume o dia a dia de lutas pela identidade, vinculados aos interesses da burguesia ervateira. Consciente ou não do papel histórico que desempenha, essa geração delinearía

o que se entende como identidade regional, num primeiro momento pelo não ser – tropical, mulato, parnasiano e cafeeiro. (Idem).

O núcleo do Simbolismo no Paraná consiste nas pessoas de Emiliano Pernetta, Dario Vellozo e Silveira Neto. É a primeira geração de nascidos e criados na região de Curitiba e Litoral, inaugurando a literatura como um movimento articulado no Paraná. Conheceram os mesmo autores românticos e viveram em comum várias etapas da socialização. Eram republicanos e abolicionistas, alguns participando da maçonaria. “Negaram a exploração escrava, embora alguns tivessem dentro de suas casas as negras para o trabalho pesado”. (BEGA, 2013, p. 179). Tiveram posições de mando no cenário cultural, com cargos de decisão e poder. Vinculados, por laços geracionais, de classe e de ideário, ao grupo político que definirá os destinos do Paraná ao longo da Primeira República, conviveram no dia a dia com os futuros presidentes do Estado, com deputados estaduais e federais, além do alto escalão do Exército.

Dentro do campo literário, há uma divisão social do trabalho que, além dos escritores, abarca epígonos do movimento, mecenas, donos de jornais e revistas, políticos e críticos de sustentação, responsáveis pela visibilidade do movimento. Nessa última categoria que se encaixa Nestor Vítor, sustentando o Simbolismo a nível nacional, travando as batalhas do Rio de Janeiro. A sustentação funciona por meio de elogios mútuos, anúncios de obras, lançamentos, comentários nos jornais, poemas lidos nos encontros, ou seja, através do reconhecimento. Aí se sobressai a figura de Nestor Vítor como um dos expoentes da crítica do Movimento Simbolista. (BEGA, 2013).

Formado nos cânones do romantismo clássico, Vítor começa como escritor e transforma-se em crítico literário. Pôde estudar várias línguas na adolescência e só começa a trabalhar com a morte do pai. Seu irmão mais velho, Norberto, comerciante abastado em Paranaguá, seguindo a carreira do pai, arca com sua ida à Paris e sua sobrevivência inicial. Vítor, voltando a Curitiba, faz amizade com os influentes e futuros expoentes do Movimento Simbolista. É um autodidata, compensa a falta de ensino superior formal com produção sistemática e tradução e divulgação de autores reconhecidos. Com oito filhos para criar, administra seus trunfos no mercado editorial e jornalístico num princípio de racionalidade, se inserindo no campo da crítica literária, para o qual tem mais talento, não desafrouxando os laços de pertencimento ao Paraná, o que lhe rende espaço cativo nas revistas e imprensa em geral. Não apresentando o vigor necessário para a poesia, inicia uma cruzada para a divulgação da estética simbolista, fazendo a construção de uma metodologia de análise para seus textos críticos. Sua

inauguração na crítica se dá através de “Luar de Hinverno”, de Silveira Netto. Reafirmará seu papel ao escrever em vários momentos de sua trajetória sobre Emiliano Pernetta e Rocha Pombo. Ele se torna o elo entre a produção da província e o grande público consumidor das notícias literárias veiculadas na grande imprensa, através de um modelo de promoção dos amigos. Nestor Vítor terá dois grandes sentimentos, que o moverá na construção da *Terra do Futuro*: o injustiçamento vivido pelos poetas de província, porque simbolistas, e o de pertencimento ao Paraná. (Idem).

Extraliterariamente, essa primeira geração de letrados teve como tarefa lançar os fundamentos da identidade paranaense, mas não como ato racional de decisões de metas e planejamento de ações. Em seus trabalhos, buscaram elementos que identificassem o Paraná não só no espaço cultural, pois, em termos regionais, os interesses presentes no campo cultural e no campo político eram sinônimos. A elite política local começa a valer-se de autores paranaenses já consagrados no espaço da imprensa nacional, escolhendo-os como representantes do Paraná no Congresso Nacional e encomendando-lhes obras elogiosas e de divulgação. Como obras de sustentação, financiadas pelo governo, elas são lançadas ou em datas comemorativas ou em momentos de crise. Estrategicamente, o governo lança mão do retrato das coisas paranaenses, como por exemplo, no IHGPR, trabalhos com o amor do paranaense à terra natal e com a situação de progresso do Estado. (Idem).

Tarcisa Bega traz exemplo muito importante para se pensar a construção do Paraná “europeu”. São manifestações com significados fundamentais. As Festas da Primavera, inauguradas em 1911 com a coroação de Emiliano Pernetta como o Príncipe dos Poetas, por exemplo, levadas a cabo por Dario Vellozo nas dependências do Clube Curitibano, com a presença dos alunos do Ginásio Paranaense. Faziam rememorações das antigas civilizações celtas, gregas e romanas, com danças helênicas, num típico caso de “invenção das tradições”. Em 1912, Pernetta participará ao declamar o poema Hércules, num processo de definição do homem paranaense. A figura mítica de referência será um herói grego, que além dos seus doze trabalhos, se tornará um bandeirante e edificará as pátrias do porvir. Essas festas tem o apoio maciço das famílias dos “notáveis” e da imprensa, com o evidente objetivo de soldar o pertencimento à grande civilização ocidental. Se num primeiro momento ressentem-se da falta de um passado glorioso, isso se transforma em algo positivo, por não existirem vínculos com o mundo arcaico. “Era como se saltassem do início do século XX para os primórdios da civilização, ignorando o passado recente colonial escravocrata,

reescrevendo a história sem esses elementos, ancorada somente nos primórdios”. (Idem, p. 486). Astucitamente, poderia ser visto como se a escravidão pertencesse à antiga comarca de São Paulo, então não era Paraná. Ou simplesmente, poderia ser um apagamento de parte fundamental da história do estado. De qualquer forma, Pernetta e Vellozo escrevem da perspectiva da classe dominante luso-brasileira, como “colonizador português”, embebido da cultura helênica. Aí podemos entender suas motivações.

Porém, segundo a autora, não estava resolvida a equação, pois havia um ponto de tensão, que seria a própria imigração europeia, maciça e que não aceitava passivamente o lugar econômico e social a ela destinado. Há que se buscar inventar um Paraná cujo meio, diferente do Brasil tropical, possui um Homem que não é filho da miscigenação de brancos e negros, mas o herdeiro direto da cultura helênica. Se o meio estava dado, era de suma importância inventar o Homem, para apresentá-lo como guia e modelo aos novos ingressantes. É a grande tarefa geracional a ser realizada, com rapidez, pois não mais detinham, como no final do século XIX, o controle total dos aparatos culturais. Este homem se perdia em meio aos sotaques e bolsos endinheirados dos imigrantes.

Os simbolistas, com todas essas características, nesse contexto, são a base do que mais tarde seria construído como “Paranismo”.

Esse sentimento é fundamentado em um discurso sócio-histórico reproduzido no próprio cotidiano da educação. “A veiculação dos ideais paranistas perpassou o caráter cultural e artístico difundido pelo movimento paranista do início do século XX e acabou por determinar conteúdos escolares, fundamentalmente por meio da *inculcação* de símbolos e heróis regionais [...]”. (CORDOVA, p. 56)

Segundo Ricardo Costa de Oliveira, o paranismo faz parte de um processo maior de construção de uma “hegemonia”, como conceituada por Antonio Gramsci. É um processo dinâmico de dominação/direção político-cultural, por meio de um relacionamento entre frações da classe dominante e a cultura, por meio de práticas culturais e de instituições da sociedade civil, como imprensa, escola, família. Nesse sentido, é fundamental o processo de constituição de uma identidade regional, como um fazer-se da classe, uma experiência cultural que define uma classe para si. Esse processo ganha força no Paraná quando da emancipação da Comarca, e com o crescimento da erva-mate e do tropeirismo.

Os três autores responsáveis pela efervescência do “paranismo” são: Ermelino Agostinho de Leão¹³, Francisco Negrão¹⁴ e Alfredo Romário Martins¹⁵. O paranismo, segundo Oliveira, é um imaginário da classe dominante paranaense, pode ser avaliado como uma resposta de intelectuais ligados à classe dominante local frente às ameaças provenientes de outras classes dominantes regionais, vinculados tanto ao Estado do Paraná quanto às atividades da erva-mate.

Há um salto qualitativo na organização da cultura nessa época, com a criação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, a Academia Paranaense de Letras, a Universidade do Paraná, entre outras. São essas as instituições da sociedade civil pelas quais a classe dominante vai buscar a sua hegemonia cultural/ideológica.

É nesse contexto cultural que se insere Nestor Vítor e sua obra *A Terra do Futuro*, financiada pelo governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 1912.

Nestor Vítor, nesse momento residente no Rio de Janeiro, recorre à correspondência com seus amigos e conhecidos do Paraná e, a partir dessa fonte indireta, mesclada às suas impressões, produz o livro. (BEGA, 2013). Nesse sentido, ligado ao sentimento paranista em crescimento no período, descreve as paisagens pelas quais transita como as mais belas e extraordinárias do mundo, sempre as comparando com as paisagens da Europa, pra onde já tinha viajado, e que se constitui como o centro de referência de civilização, progresso e beleza. Quando visita Paranaguá, por exemplo, elogia seu panorama, que lembrava os lagos da Suíça.

Ao exaltar a Baía de Paranaguá: “Realmente, era um deslumbramento. O céu, muito alto, sorria glorioso num azul quase sem nuvens. A luz do sol, no zênite, diluvial, dava um tom áureo a todo o horizonte, mas não era nada abrasadora, tanto mais que a brisa, soprando branda, porém sustentadamente, neutralizava os seus rigores. Parecia estarmos num clima temperado. Sonhava-se com a fabulosa primavera eterna. Era-se levado a pensar nos finos horizontes do Adriático ou do Mar Egêu. [...]” (SANTOS, 1996, p. 33).

Conversando com seu amigo, na região fluvial quente do Paraná, concordam que “nossa bacia rivaliza em grandeza e importância com a do Amazonas” (Idem, p. 44), mostrando-se também a necessidade de auto-afirmação dessa geração de intelectuais de

¹³ Ermelino Agostinho de Leão, filho do desembargador Agostinho de Leão, título Rodrigues de França e de Maria Bárbara Correia, de uma importante família de políticos ervateiros. (OLIVEIRA, 2001).

¹⁴ Francisco Negrão, pesquisador e historiador da genealogia da classe dominante, do título Rodrigues Seixas. (OLIVEIRA, 2001).

¹⁵ Romário Martins, foi casado com Benedita de Menezes Alves Martins, da família de descendentes de Francisco Xavier Pinto, Sargento-Mor e negociante. (OLIVEIRA, 2001).

se estabelecer o Paraná como grande perante a situação nacional, no momento de criação de uma identidade regional.

E assim seguem suas descrições acerca da paisagem paranaense, ora comparando a subida da serra ao norte europeu, ora comparando a bacia de Paranaguá com a de Southampton.

Vítor pretende contar também a história do Paraná através de sua viagem. Ao conversar com um caixeiro-viajante, relata a importância histórica da cidade de Paranaguá, ao ter sido a cidade marítima mais importante do sul do Brasil e núcleo inicial do Estado. Citando seu amigo Romário Martins, conta seu inicial sucesso com o ouro, sucedido pela agricultura, em seguida pela erva-mate. Foi o lugar com colônia portuguesa mais numerosa do Paraná. Além de famílias cujo tronco vem de há mais de um século (como é o caso de sua própria – acréscimo meu), pessoas de várias nacionalidades e regiões vem pra lá. O contato com a costa daria alta capacidade de assimilação, ao mesmo tempo em que matinha feições definidas e próprias, com a polidez e a civilidade maior que nenhuma outra cidade no antigo Paraná. Com a influência e educação dos jesuítas, afirma que Paranaguá é a Atenas do Paraná. Ao chegar na nova Paranaguá (diferente da de quando era uma criança), se impressiona com o processo de industrialização e com o aumento da movimentação econômica, elogiando empresários como Paulo Hauer, e as concessões para grandes empresas como a Brazil Railway, a construir linhas férreas, animado com o futuro e com o progresso. Só lamenta o arrefecimento das relações sociais e preocupações intelectuais. Faz elogios aos melhoramentos da cidade e ao prefeito Dr. Munhoz da Rocha.

Ao subir o litoral oceânico conversando com o Dr. Ermelino de Leão, comentam sobre o pouco progresso de Antonina, apesar de seus projetos e iniciativas. Apresenta exportação de madeira e erva-mate, e as colônias carecem de boa administração. Porém, felizmente, o novo governador, Dr. Carlos Cavalcanti, está fazendo uma recomposição material para reforma da Estrada da Graciosa, onde circulará trânsito de automóveis. (Idem, p. 38). Essa é uma das primeiras das muitas referências que o autor irá fazer ao governador recém empossado, sempre exaltando suas obras e, principalmente, projetos para o futuro, procurando relacionar o progresso do estado às políticas prometidas pelo governador que bancou o livro.

Fica evidente a apologia ao projeto republicano de progresso e civilização, associado à política de imigração europeia, a qual Nestor Vítor fará grande elogio, enaltecendo tanto a cultura quanto os referenciais biológicos. Aqui as noções de raça e

de progresso/civilização se entrelaçam. Somando-se a isso, Vítor tenta vincular essas noções ao clima europeizado de Curitiba, alinhando-se com a história oficial de que essas terras possuem naturalmente uma sintonia com o continente europeu.

Dessa forma, ao discorrer sobre a “Velha Curitiba”, conta sobre a sua história, desde sua fundação, atribuída a Ébano Pereira em 1654, passando por sua passagem à sede da comarca, que antes pertencera a Paranaguá. Em 1812, os ouvidores passaram a residir em Curitiba, dando-se como razão o fato de que o clima de serra acima ser muito melhor que o do litoral. Destaca como elemento de grande prosperidade para Curitiba a corrente imigratória de colonos europeus, de iniciativa do presidente Lamenha Lins. Havia tentativas anteriores espontâneas, já influenciando nas condições do meio a que se vinham agregar. Para o autor, essa influência foi toda benéfica. Criaram a pequena lavoura nos arredores de Curitiba, com povos naturalmente habituados à vida rural, como os polacos, prussianos, galicianos, silesianos. Os alemães com mais aptidão para o comércio, dentro do quadro urbano, chamando a si a freguesia dos verdadeiros colonos, fazendo-se industriais, cervejeiros, ferreiros, etc. As filhas dos polacos acabavam ficando no serviço doméstico. O próprio aspecto físico da cidade foi-se modificando. A construção alemã dava um ar mais civilizado, mais “hodierno” para a cidade. Destaca a fase mais intensiva de progresso, que foi de 1876 até dez anos antes da publicação da obra, 1902. Nessa fase, na hora matinal, tinha-se uma temperatura “esperta, bem europeia”, onde só se via os colonos, principalmente os polacos e alemães, na mercancia cotidiana.

Casava-se com a vivacidade do ambiente, com aquele ar vital que se respirava a plenos pulmões, e com a alegria daquelas notas de campânulas e chocalhos metálicos, nessa hora risonha, matinal, as rubidas fisionomias das moças colonas e os olhos azuis, os rostos claros, ainda imberbes, com penugem de pomo, que tinham os jovens imigrantes. [...] Parecia estar-se, assim, em pleno norte da Europa. (Idem, p. 72).

Destaca as sociedades alemãs, as mais importantes já começando a ser frequentadas por brasileiros, porém ainda sem casos de fusão legítima, numa “irritante” segregação. Destaca também os ainda poucos engenhos de mate, destacando os de Ildefonso Correia, que viria a ser Barão do Serro Azul, e de Francisco Fontana. A vida intelectual ainda era muito limitada e pobre, mas com destaque, na imprensa, para Dr. Justiniano de Mello e Silva, e, na Revista Paranaense, destaque para Dr. Monteiro Tourinho, Antonio Macedo, Telêmaco Borba, Rocha Pombo, Nivaldo Braga.

Começavam a despontar Domingos do Nascimento, Sebastião Paraná, Leôncio Corrêa, Emiliano Pernetta. Estes últimos ainda dispersos em outras cidades, e envolvidos no círculo pessoal de Nestor Vítor. Nota-se a maioria dos citados com sobrenomes de famílias tradicionais, que ocupam cargos na política e outros setores estratégicos para a formação da hegemonia político-cultural.

Chegando à “Nova Curitiba”, nota que a cidade passou por mudança e está mais solene. Encontram-se prédios modernos, palácios bancários. A arquitetura está mais leve, devido à concorrência dos italianos. A população aumenta desmedidamente, mensalmente chegam cerca de sessenta famílias. O aluguel aumenta e o número de prédios também. A cidade não é mais provinciana, o movimento de manhã agora é pouco. Aumenta muito a quantidade de italianos, todos se aproximando do elemento nacional, sendo aceitos pela terra como elementos integrais. Os alemães ainda preponderam em certos ramos, mas não tanto quanto antes, pois a maioria dos capitalistas e negociantes agora é brasileira. Porém, é importante frisar que Nestor Vítor considera filhos de imigrantes europeus nascidos no Brasil como brasileiros. Destaca que a fortuna mais considerável que por ali se conhece é a da família Macedo. Destaca o comportamento mais cidadão dos homens, um ar de contentamento geral nos semblantes. Considera Curitiba como sendo semelhante a São Paulo, com um ar cosmopolita e feição europeia. Porém, de diferencia desta, pois lá os italianos predominam, enquanto que em Curitiba não há predomínio de uma nacionalidade sobre outra. Algo que será depois resgatado por Wilson Martins, a ideia de uma mistura de povos convivendo harmoniosamente. Porém, como veremos em ambos os casos, os povos citados são todos europeus. Critica a gestão do Executivo Municipal, mas por conta da falta de recursos, sendo a administração do prefeito Coronel Joaquim Macedo prejudicada pelo desequilíbrio orçamentário que viria desde os tempos da monarquia. Entretanto, elogia a medida que dará ao governador Dr. Carlos Cavalcanti o poder de nomear o prefeito, autorizado pelo Congresso do Estado. Para o autor, essa medida é acertada, na medida em que a intenção é pura e de eficiência. Esse apoio parece entrar em contradição com os princípios republicanos de eleições, porém, nesse momento não parece isso ser uma preocupação para Nestor Vítor.

Em relação à questão étnico-racial propriamente dita, notamos a falta de preocupação do autor com relação ao trabalho escravo que fora realizado por mais de dois séculos no estado:

Vemos assim como naturalmente se desenvolveu toda essa parte da marinha compreendida entre o Cachoeira e o Nhundiaquara... Depois, além da manipulação e tráfico do mate, que tanto aviventava aquelas populações, a lavoura, principalmente a de cana, e a fabricação de aguardente, realizadas em vantajosas condições, com o braço escravo, vinham completar o simpático quadro de atividade e florescimento que então por toda parte ali se podia observar. (SANTOS, 1996, p. 40)

Um dos poucos momentos em que menciona a escravidão, o foco se dá às vantajosas condições de sua utilização, além de proporcionar um “simpático” quadro de atividade e florescimento da região.

Na subida da serra,

Antes de tudo, a nós outros, que vamos do palustre litoral oceânico, cuja população toda ela participa mais ou menos das vicissitudes locais, o que deliciosamente ali nos impressiona são as coradas e alegres crianças, tanto mais quando, na sua maior parte, elas têm cabelos louros e olhos azuis. Já começamos aqui a encontrar-nos com a nova sub-raça paranaense, por enquanto ainda quase toda no planalto, mas que dentro em pouco dominará pelo Estado inteiro, população cujo fundo é constituído em muito pela corrente imigratória europeia, principalmente polaca, alemã e italiana, que continua a encaminhar-se numerosa para lá. (Idem, p. 65)

Ao visitar uma escola de Curitiba:

Uma das minhas mais gratas impressões nessas rápidas visitas às escolas de Curitiba, foi a que tive com o aspecto geral da população infantil: ela é um espelho ridente que reflete as felizes condições do cruzamento em via de realização entre os diferentes povos cujos representantes são atraídos para aquele abençoado solo. É um lindo espetáculo sob tal aspecto principalmente o da loura multidão que representam os pequenos alunos do Jardim da Infância onde estive. A gente de cor entra ali apenas numa proporção de 2 a 3 por 100. E é interessante verificar pelo livro das matrículas, como fiz, naquele estabelecimento e nas escolas primárias, a origem daquelas crianças referentes a nacionalidades: brasileiros, italianos, polacos, alemães, austríacos, espanhóis, turcos, belgas, franceses, suecos, ingleses, é o que se lê, inquirindo da respectiva paternidade. (Idem, p.135)

Sobre o momento atual, Nestor Vitor faz comparação com outros estados no que tange ao território, população, municípios, vias férreas, renda. Destaca que apenas São Paulo e Rio Grande do Sul tem maior corrente imigratória do que o Paraná, onde é cada vez mais reduzida a porcentagem do negro, o que para o autor condiz dizer que “não haverá hoje, estou certo, outro Estado no Brasil que ofereça como o nosso condição étnica tão favorável”. (Idem, p. 264)

CAPÍTULO 2. Wilson Martins

2.1. TRAJETÓRIA

Wilson Martins, crítico literário de reconhecimento nacional e de trajetória internacional, foi uma das pessoas que mais contribuiu com a ideologia de que o Paraná é um Estado “Europeu”. Por isso, importante para analisarmos a ideia é recorrermos à trajetória desse intelectual de grandes proporções, de onde veio e como construiu sua carreira de escritor e crítico literário, sendo considerado em sua época como o maior do Brasil.

Apesar de se considerar paranaense e escrever tanto sobre a cultura local, valorizando a região, Wilson Martins nasceu no Estado de São Paulo, onde já adquirira a paixão pela leitura, tendo estudado em um colégio na fazenda de Martinópolis (sem relações familiares aqui), na região de Ribeirão Preto¹⁶. Aos nove anos, em 1930, Wilson Martins se mudou de São Paulo para Curitiba, com seus pais Himelino Martins e Raquel Tomaselli. (HAYGERT, 2010). Segundo entrevista para José Wille, Martins revela que sua família era pobre, seu pai era professor. Em anúncio de jornais da década de 1930, Himelino Martins tinha sua profissão anunciada: “PROFESSOR PARTICULAR LECIONA: Português, Aritmética, Álgebra e Escrituração mercantil. Prepara para exame de admissão ao 1º Ano Normal e Ginásial¹⁷.”. Himelino Silveira Martins é nascido em Portugal em 05/05/1970, morava em São Paulo, onde exercia a profissão de escrivão¹⁸. Veio para Curitiba devido a problemas judiciais, acusado por jornais paulista de falsificar documentos, e em Curitiba passa a ser funcionário público. Sobre Rachel Tomaselli não encontramos informações. Wilson Martins em suas entrevistas não trata sobre seus pais e sua família, provavelmente por também seu pai ter tido problemas conjugais¹⁹.

Pudemos rastrear seu pai na cidade de Bariri, interior de São Paulo, na virada para o século XX, onde é conhecido como historiador e dono de um jornal que passaria a ser órgão do Partido Republicano. Chegamos a encontrar alguns sobrenomes próximos ao de Himelino, sendo o mais próximo o de Godofredo Silveira Martins,

¹⁶ In: <http://www.jws.com.br/2017/03/memoria-paranaense-entrevista-com-wilson-martins-critico-literario/>

¹⁷ Correio do Paraná, 1933.

¹⁸ Diário Nacional, 19/11/1931.

¹⁹ Idem.

Tenente Coronel, fora Prefeito e advogado na cidade²⁰. Essas conexões podem explicar os contatos para Wilson Martins conseguir estudar no colégio da elite paranaense e ter seu primeiro emprego no principal jornal do Paraná, como veremos adiante.

Na mudança para Curitiba, Wilson Martins passa a estudar no Ginásio Paranaense, melhor instituição de ensino no Paraná à época. Segundo Martins, aos dezesseis anos consegue emprego de revisor no jornal *Gazeta do Povo*, na época também o mais importante do Estado, por intermédio de contatos de seu pai com o Doutor Milton Carneiro. Iria trabalhar em muitos jornais durante sua vida, como *O Estado*, *Diário dos Campos* de Ponta Grossa, e, mais tarde, *O Globo* e mais outros grandes jornais do Rio de Janeiro, quando se destaca como grande crítico literário.

Ainda no começo de sua carreira, logo após o trabalho na *Gazeta*, Martins trabalha como locutor na Rádio Clube Paranaense, a única e pioneira rádio da cidade, fazendo transmissões de grandes eventos, como os que aconteciam no Cassino Ahú. Isso fez com que ganhasse cada vez mais fama e reconhecimento. Também trabalhou na Rádio Guairacá, de pertencimento de membros do Grupo Lupion e da família Ribas. Fazia faculdade de Direito, área que não seguiu carreira, quando começa a trabalhar de oficial de gabinete do então Interventor Manoel Ribas. Durante quatro anos, as correspondências do governante eram redigidas e datilografadas pelo oficial de gabinete Wilson Martins. A relação entre os dois é frequentemente colocada como a de pai e filho, pois era assim que eles se viam, Martins era como se fosse um filho adotivo. O “folclore” de autoritário de Manoel Ribas, que rendeu a ele o apelido de “Maneco Facão”, é comentado por seu “filho”: para Martins, esse apelido surgira porque Ribas fazia as coisas, era um gestor eficiente, e, assumindo a dívida de Estado deixada pelos rivais Camargo, demitiu vários funcionários públicos como forma de controle orçamentário. É conhecido por ter colocado a “casa em ordem”. Escolhera Martins por seu currículo, mas também porque este era “pobre e estudante”. Fora essencial na vida do crítico literário, que admite que nessa época sua vida “saiu do zero e foi para o dez”. (HAYGERT, 2010). Para entendermos essa relação, que consolida a ligação de Martins com a classe dominante paranaense, vejamos as origens, já conhecidas, de Manoel Ribas.

Manoel Ribas era o típico herdeiro do poder das famílias históricas do processo de formação da sociedade paranaense, descendia de famílias presentes da fundação de

²⁰ In: <http://renatodiasdospassos.blogspot.com.br/2009/07/retrospectiva-de-ate-os-dias-de-sadi.html>. Acessado em 23/03/2018.

Curitiba e com longa preponderância política desde o século XVII, sendo neto do Brigadeiro Manoel Ferreira Ribas, descendente dos fundadores de Pitangui-Ponta Grossa. O grupo de parentesco dos descendentes de Manoel Ribas e sua irmã “abrange o seguinte conjunto de nomes de tradição política no Paraná: Lupion, Fontana, Macedo, Oliveira Franco, Hauer, Erichsen, Maciel, Lacerda e Guimarães”. (OLIVEIRA, 2004).

Pode-se dizer que nesse momento de trabalho junto ao governante é que Wilson Martins fora definitivamente “apadrinhado” pela classe dominante paranaense. Seus trabalhos e contatos anteriores já haviam mostrado essa tendência e afinidade, porém nesse momento sua vida dá um salto, como o próprio autor diz, e seu círculo de relações sociais passa a ser cada vez mais íntimo da elite estadual.

No ano de 1943, Martins se forma advogado. No mesmo ano, casa-se com Annie Schmidt (Martins), “ela descendente dos Schmidt, de Curitiba, de família de imigrantes que têm a admiração e o reconhecimento de Wilson Martins por seu papel na montagem do Paraná”. (HAYGERT, 2010). Segundo o autor, isso explicaria a obra *Brasil Diferente*²¹, obra que será analisada na sequência da dissertação. Segundo Eduardo Virmond²², Martins era muito ligado à família da esposa, que era uma família grande, com grande casa.

Anna Schmidt é nascida em 07/07/1922, filha de Ernesto Schmidt e de Lydia Olga Schmidt. Ernesto Schmidt tinha um comércio de Alfaiataria, era professor de piano e de alemão, secretário do Clube Heimat. Natural da Alemanha. Filho de João Schmidt com Anna Schmidt. João Schmidt era um grande comerciante, com Armazém de Secos e Molhados. Participou de chapa eleitoral como camarista para a prefeitura, na chapa de Antonio Augusto de Carvalho Chaves, em 1908. Participou do negócio Osternack & Schmidt. Abria sua casa para diversos tipos de negócios. No alistamento eleitoral, seu nome aparece como um dos maiores contribuintes para imposto de indústria e profissões, em jornal do começo do século. Ou seja, Martins se casa com uma mulher pertencente à uma família da burguesia imigrante. Esse fato somado ao de seu pai ser um português com diversos problemas, pode ser um fator de explicação para as teses que defende em *Brasil Diferente*, como veremos adiante.

Continuando sua trajetória, Wilson Martins em seguida se muda para França, para fazer um estágio remunerado no Collège de France, com duração de dois anos, retornando em 1948, trabalhando novamente como locutor, na rádio B-2. Mesmo ano

²¹ Entrevista jws.

²² Entrevista concedida a mim.

em que conheceu o Dr. Eduardo Rocha Virmond, que viria a ser advogado presidente da OAB-PR e grande amigo. Martins o levou para conhecer um grupo de amigos provindos do Ginásio Paranaense, que se reunia no Café Belas Artes, uma juventude que seria ativa na cultura paranaense, como Samuel da Costa, Glauco Florestan, José Paulo Paes, Armando Ribeiro Pinto, Marcelo Ferreira. Martins já havia deixado o grupo, passando a andar com Brasil Pinheiro Machado, Temístocles Linhares, Heloi da Cunha Costa, Rocha Pedro Pires, Milton Carneiro (professor de Medicina na Universidade Federal do Paraná). Até que Brasil Pinheiro Machado, primo de Eduardo Virmond, fez a ligação entre os grupos, com reuniões no Belas Artes. A turma se reunia uma vez por mês no Vagão do Armistício, restaurante pertencente ao pai de Poty Lazaroto, onde se encontravam Wilson Martins, Manoel Ribas (também parente de Eduardo Virmond) e sua prima Maria da Luz Araújo Viana, Bento Munhoz da Rocha Neto, Flavio Suplicy de Lacerda (que viria a ser reitor da UFPR durante a Ditadura Militar brasileira), Brasil Pinheiro Machado, Temístocles Linhares, Milton Carneiro e Pretextato Tabora Ribas Neto²³.

Nota-se que Wilson Martins se envolvera em círculo social da classe dominante e alta intelectualidade paranaense e curitibana da época, desenvolvendo amizades com pessoas que vão pensar a questão da identidade regional paranaense pós Revolução de 30, o que viria a ser uma troca com influências mútuas, e que provavelmente vai ter influência em sua obra *Um Brasil Diferente*.

Como podemos notar com Brasil Pinheiro Machado, nascido em 1907 em Ponta Grossa, formou-se em Direito no Rio de Janeiro, retornou a Ponta Grossa como professor de História. Foi nomeado prefeito da cidade em 1931 pelo Interventor Manoel Ribas. Em 1934 é eleito Deputado Estadual pelo PSD. Em 1939 vai a Curitiba, onde se torna professor catedrático de História do Brasil na UFPR, além de diretor do setor por longo período. É nomeado Interventor Federal do Paraná em 1946. Chegou a ser Procurador Geral da Justiça, Chefe do Ministério Público e Presidente do Tribunal de Contas do Paraná. É de “família tradicional” da classe dominante no Paraná. (CORDOVA, 2006). A família Pinheiro Machado corresponde ao título “Cardoso de Lima”, uma das matrizes centrais da formação da classe dominante no Paraná:

²³ Idem, entrevista com Virmond. Devido à grande quantidade de nome citados, não vamos desenvolvê-los nessa dissertação. Apenas os nomes mais relevantes para avaliarmos o contexto serão desenvolvidos no decorrer do capítulo.

Título Cardoso de Lima (Volume 5, 37 – 155). É a descendência do Sargento-Mor Domingos Cardoso de Lima, natural de São Veríssimo de Paranhos, Bispado do Porto. Chegou no Paraná em meados do século XVIII. Possuidor de minas de ouro em Morretes e Anhaia. Possuía grandes cabedais. Tinha uma banda de música composta de escravos que triunfalmente o acompanhavam quando ia de Morretes a Paranaguá. Vereador em Paranaguá. Foi indicado em 1765 para ser Capitão-Mor de Paranaguá, conjuntamente com o seu genro, Manoel Nunes de Lima, sendo o último o escolhido. Principais famílias: Gonçalves Cordeiro, Ricardo dos Santos, Miró, Loyola, Pinto Rebello, Garcez, Borges de Macedo, Gonçalves, Guimarães, Pinheiro Machado. (OLIVEIRA citado por CORDOVA, p. 147)

Assim como Brasil Pinheiro Machado, a grande maioria dos outros nomes citados acima como partícipes dos almoços mensais do círculo social de Martins, eram oriundos de famílias tradicionais detentoras de poder.

De qualquer maneira, ainda na sua volta da França, Wilson Martins ainda tinha dificuldades financeiras. Diante disso, o homem que mudou sua vida foi Márcio Faraco, então todo poderoso secretário de Governo do novo “príncipe”, o governador Moysés Lupion. Sugeriu a Martins que fizera o concurso para Juiz de Direito, o qual passou em primeiro lugar. O presidente do Tribunal de Justiça à época era Lacerda Pinto, e havia apenas uma vaga para Curitiba. “Num gesto de nobreza de Lacerda e Faraco, fui nomeado para a Capital”. (HAYGERT, p.288). Isso porque seus amigos pertenciam ao partido de oposição a Lupion.

Exerceu a profissão de Juiz de Direito durante dez anos, ao mesmo tempo em que fora professor da Universidade do Paraná, de Literatura Francesa, de onde conquistou o título de doutor. Esse período abrangeu de 1952 a 1962, período em que escreveu *Um Brasil Diferente*, publicado em 1955, pouco depois das comemorações do centenário da província, em 1953, em que Bento Munhoz da Rocha Neto organizou diversos eventos em homenagem à data. O governador fora homenageado na obra, dedicada a ele em sua primeira edição.

Em 1962, um professor estadunidense lê um artigo seu e o convida para ingressar como professor na Universidade em Kansas, e, após um ano, vai para uma Universidade em Winsconsin, onde fica mais dois anos, até que a Universidade de Nova York o convida para ser professor titular de literatura brasileira, emprego que aceita e exerce por vinte e seis anos, voltando ao Brasil apenas em 1992.

Martins havia começado sua jornada como crítico literário em 1940, a convite de Caio Machado, filho de Vicente Machado e proprietário do jornal “O Dia”, começando a escrever em suas colunas. Mas foi nesses trinta anos em que passou nos Estados

Unidos que sua fama cresceu e foi unanimemente considerado o maior crítico literário do Brasil, recebendo inclusive o prêmio pela Associação dos Críticos de São Paulo. Foi nesse período também que escreveu sua obra de maior peso: *A História da Inteligência Brasileira*, de sete volumes, no qual procura fazer uma história intelectual do Brasil, no sentido amplo, ou seja, a história da literatura em relação às outras atividades intelectuais, como discussões políticas, rivalidades religiosas, problemas sociais. Começando em 1550, quando da fundação das primeiras escolas jesuíticas no Brasil, onde foi exercida a primeira atividade intelectual no país, segundo o autor.

Wilson Martins, no momento das entrevistas analisadas tinha passados seus oitenta anos, utilizava uma cadeira de rodas (teve paralisia infantil, o que o fez andar com apoios sua vida inteira²⁴), trabalhava dezoito horas diárias entre leituras e feitura de textos. Chegou a falecer em 2010, pouco tempo depois das entrevistas, com oitenta e oito anos.

Sobre o Paraná, publicou duas obras (*Um Brasil Diferente* e *A Invenção do Paraná*) e dois artigos (*Introdução ao estudo do simbolismo* e *Paraná: uma incógnita*).

2.2. CONTEXTO SOCIAL

A Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista pararam no Paraná. Porém, em 1930 a Revolução conta com grande apoio paranaense, começando com articulação do Major Plínio Alves Monteiro Tourinho, contando com adesão inclusive da polícia Estadual. Em cinco de outubro, os revolucionários tomam o poder, com a fuga do até então presidente Afonso Camargo. Curitiba recebe uma grande festa cívica, contando com grande apoio popular. O governador provisório que assume é o General Mário Tourinho, irmão de Plínio Tourinho. Segundo Ricardo Costa de Oliveira, há uma continuidade de tradicionais grupos e famílias no poder, com as novas autoridades nomeadas, como o Secretário-Geral Dr. João Ribeiro de Macedo e o Prefeito de Curitiba, o Coronel Joaquim Pereira de Macedo. (OLIVEIRA, 2004).

A Revolução de 30 logo procurou assegurar respeitabilidade e comprometimento com as frações dominantes, o que não significou a inexistência de conflitos entre os revolucionários paranaenses. De qualquer forma, o General Mário Tourinho transferiu provisoriamente o governo a João David Pernetta. Em 1932, Manoel Ribas é nomeado

²⁴ Entrevista com Virmond.

Interventor pelo próprio Getúlio Vargas, por já haverem tido relações de confiança, quando Ribas havia sido prefeito de Santa Maria no Rio Grande do Sul, e organizado os trabalhadores ferroviários, fazendo bom trabalho com cooperativas (essa crença no cooperativismo o fez colocar, posteriormente, Wilson Martins como chefe do Departamento Estadual de Cooperativismo, no período em que trabalharam juntos). Além disso, como vimos acima, Manoel Ribas pertencia à classe dominante dos Campos Gerais, o que asseguraria um trânsito e uma forte presença em meio às famílias poderosas. Essas tiveram seus membros colocados em cargos importantes, como Brasil Pinheiro Machado na função de Procurador-Geral e Clotário de Macedo Portugal na função de Presidente do Tribunal de Justiça, assegurando uma ausência de ruptura nesse sentido. (Idem).

Como podemos ver na elite política paranaense depois de 1930, com os eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933, entre eles: Raul Munhoz, Manoel Lacerda Pinto, Antonio Jorge Machado Lima, Plínio Tourinho. Para a Assembleia Constituinte Estadual, temos Caio Gracho Machado de Lima, filho de Vicente Machado, diretor do jornal “O Dia”; Acir Guimarães, bisneto do Visconde de Nácar, fundou com outros a “Gazeta do Povo”; na bancada da União Republicana Paranaense, Caetano Munhoz da Rocha; na bancada do PSN, Major Antonio Couto Pereira, Joaquim Pereira de Macedo, Manoel de Alencar Guimarães. Na composição da Constituinte, a predominância era de tendência política favorável a Getúlio Vargas e Manoel Ribas. Socialmente, todos os três partidos representavam setores da classe dominante paranaense, variando apenas na dinâmica dos interesses políticos e no apoio a Vargas. (Idem).

No governo de Manoel Ribas, vários políticos que trabalhavam no regime deposto pela Revolução de 30 voltaram a cargos de poder, os “camarguistas”, como por exemplo o próprio irmão de Afonso Camargo, Dr. Marins Camargo, nomeado para Conselho de Estado, e acusado pelos tenentes de possuir metade das terras do Estado na época. Foi nomeado também Caetano Munhoz da Rocha, e Romário Martins, este último para o Conselho do Patrimônio Cultural. (Idem).

Na crise de 1937, Ribas segue orientação do catete, e o Paraná apoia o Estado Novo. A ALN e a AIB tinham pouca penetração na elite, os integralistas com pouco apoio, em algumas colônias alemãs e italianas. As orientações de políticas do governo eram, em linhas gerais: racionalização e modernização burocrática, com controle orçamentário e demissão de parte do funcionalismo; infra-estrutura, com melhoria do

sistema de comunicações e da estrutura viária; educação, com a construção de boas escolas; ciência e tecnologia, com a criação de institutos e investimento em políticas públicas; fomento à industrialização, com conexões entre Getúlio Vargas, Manoel Ribas e as famílias Klabin e Lafer; colonização, com a revisão e implantação de uma nova política agrária e de colonização fundiária, com alguns concessões revistas, mas as concessões à Companhia de Terras do Norte do Paraná e ao Engenheiro Beltrão foram mantidas; “repressão política aos ‘inimigos do regime’, traço da política nacional do Estado Novo, que no Paraná se manifestou na perseguição aos esquerdistas e à classe trabalhadora e na vigilância e no controle sobre as comunidades de imigrantes”. (Idem, p. 27).

Nesse momento surge também a questão do Território do Iguaçu, em que o governo federal reivindica uma região a oeste do Paraná para que possa fazer o controle direto da dinâmica do local, como unidade territorial separada. “O outro grande desafio foi a ocupação das terras cafeeiras do Norte do Paraná, que abriu a perspectiva para a política do Paraná tradicional conviver e integrar as novas populações migrantes dentro da identidade e da política paranaense”. (Idem, p. 28) O governo organizou colonizações oficiais, ao lado de empreendimentos privados como a Companhia de Terras do Norte do Paraná.

Segundo Ricardo Oliveira, “as forças que operaram no Estado Novo paranaense continuariam no poder por intermédio de Moysés Lupion (do PSD), a partir de 1946”. (Idem, p. 29) Através do trabalho de Jefferson de Oliveira Salles, nos é permitido averiguar a trajetória desta figura política, ajudando a contextualizar o trabalho a partir de parte da história do Paraná.

Com a política brasileira de atração de imigrantes europeus, há o “surgimento de uma nova fração de classe dominante dominada por imigrantes e seus descendentes; isso porque as firmas estrangeiras davam preferência em ceder os direitos de importação e exportação para europeus de sua própria nacionalidade”, e “alguns desses imigrantes, que se tornariam empresários, eram, via de regra, indivíduos que chegavam ao Brasil com certo capital” (SALLES, 2004, p.40) e se associavam com o capital de médio e grande porte. Essa outra face das migrações (a maioria vinha para trabalhar em fábricas ou nas zonas rurais) chegavam ao país com possibilidades de começar nas atividades comerciais. É o caso do imigrante espanhol João Lupion y Troia, que partiu da Europa já com um pequeno pecúlio, chegando ao Paraná ao lado de alguns outros comerciantes radicados na Lapa.

Com a crise de 1929, a economia de exportação sofre um abalo, com a crise do liberalismo, levando os Estados nacionais a erguerem barreiras para proteger seus mercados e moedas nacionais. O mate, no Paraná, também iria sofrer com essa crise, pela pouca diversidade na produção, e a dependência da exportação para os países platinos. Países como a Argentina, colocam barreiras para importação, começando a se industrializar. E, apesar da erva-mate ter relativamente pequena importância na balança comercial brasileira, era o produto mais importante da economia regional. Com sua queda, nenhum outro produto poderia substituí-la à altura. (Idem).

Porém, segundo Salles, no período de crise do mate, ocorre o fortalecimento do setor industrial-extrativo da madeira. O produto não era uma novidade, visto que já na década de 1870 se encontrava em segundo lugar em arrecadação na balança. Setor viria a ser estratégico na ascensão do Grupo Lupion.

Após o episódio do cerco da Lapa, o espanhol João Lupion y Troya se muda para Jaguariaíva, e, posteriormente, a família se estabelece em Piraí do Sul. “Alguns dos filhos de João (Maria, João, José, Francisca, Pedro, Moisés, David, Elza) se casariam com descendentes de tradicionais famílias dos Campos Gerais: Moisés casa-se com Hermínia Rolim de Moura; Francisca casa-se com Joaquim Pereira (chefe da Estação de Trens de Castro); Maria casa-se com Sócrates Quadros (tio do presidente Jânio Quadros); Elza casa-se com João Miguel Queiroz; João Lupion Filho, casa-se com Luzita Vargas (irmã de Rivadavia Borba Varga, tia de Túlio Vargas, ambos políticos estaduais)”. (Idem, p. 50)

Os irmãos Lupion vão atuar em diversificados ramos da economia local, em atividades importantes para o desenvolvimento da economia paranaense. João e Joaquim irão se aperfeiçoar no setor de transportes e de representação comercial, adquirindo conhecimentos valiosos para a época. Moyses e David iriam trabalhar como guarda-livros, com economia e contabilidade. Também iriam trabalhar, em São Paulo, em uma firma no ramo de exportação de madeiras, o que iria trazer facilidades, junto aos cursos que fizeram, para angariar financiamentos externos futuramente.

O Grupo Lupion é um conglomerado familiar, formado da associação de elementos imigrantes com membros de famílias tradicionais do Paraná. Tal fato não consistia em uma novidade, mas sim em uma estratégia de acúmulo de riquezas e poder. (Idem).

O setor madeireiro começa a ganhar importância dentro da Associação Comercial do Paraná, associação essa que havia sido criada em 1890, para proteger os

interesses de grandes industriais e comerciantes. Tinha o discurso de defender toda a classe, mas era evidente a sua prioridade na defesa do setor ervateiro exportador, principalmente quando de seus tempos áureos. Porém, a partir da década de 1920, o setor madeireiro no Paraná já se desenvolvera o suficiente para que seus interesses não precisassem mais se confundir com os interesses ervateiros. Dessa forma, passa a se pautar na orientação do empresariado madeireiro nacional, setor esse que vinha em grande crescimento no Brasil. A relevância econômica do setor madeireiro paranaense fez com que este ganhasse força de influência dentro da política estatal. Nesse processo, destaca-se o Grupo Lupion, “que, durante seu rápido processo de diversificação, atuou nos ramos de extração, industrialização de madeira, fabricação de papel, fósforos, caixas entre outros ramos da economia paranaense”. (Idem, p. 65)

Com a confusão entre poder público e poder privado que marca essa época, assume Moysés Lupion o governo do Estado, eleito por duas vezes. Segundo Salles, seus governos são marcados pela corrupção.

Os denominados atos de corrupção que nos interessam para o presente texto, se referem à questão de demarcação e concessão de terras no Paraná durante os governos Lupion. Em especial, no que se refere aos processos pelos quais o Grupo Lupion teve acesso facilitado a matéria prima e a amplas extensões de terra, fatores importantes para se compreender o crescimento do Grupo. (Idem, p. 68)

Segundo Salles, “a colonização do território paranaense foi basicamente efetuada pela iniciativa privada que contava com o apoio do Estado” (Idem, p. 69), se referindo com mais evidência aos governos de Lupion, que era muito ligado à fração de classe ligada ao comércio de terras, tanto que para “vários pesquisadores, durante o governo Lupion as companhias colonizadoras adquiriram tal poder que chegaram a ‘sobrepôr-se’ aos interesses do Estado”. (Idem). No ideal de “Marcha para o progresso” de Getúlio Vargas, Lupion aproveitou o momento para se vender como *self made man*, empresário que seria imprescindível para a transformação do Paraná. Se propagandeou como um bandeirante moderno. Seu objetivo de governo seria articular políticas públicas com a iniciativa privada para o desenvolvimento econômico do Estado. Porém, com a rápida expansão demográfica e diversificação das relações de troca, o seu alto favorecimento da iniciativa privada sem o devido ordenamento do processo social, provocou violentos conflitos de terra no Paraná, em especial no Sudoeste e Oeste, onde

o estigma ficou ligado ao nome do Grupo Lupion. Porém, Salles salienta a importância de que o governo Lupion não se trata de uma exceção à regra no que tange à relação do Estado com a terra, mas que existe uma ideologia que atravessa essas relações anteriormente, como o nacional desenvolvimentismo da Era Vargas, além disso, a grilagem de terras não se constitui na mais significativa estratégia competitiva do Grupo.

O Grupo foi se ampliando com a expansão do setor da indústria madeireira, com a participação na administração pública e nos órgãos de representação do empresariado, começando suas atividades no início da década de 1930, e ampliando o crescimento na década seguinte. Uma das primeiras grandes empresas, antiga “Possato, Lupion & Cia.”, muda sua razão social para CELUBRAS, com o ramo de atividades:

Exploração da indústria da madeira, seu comércio e exportação em geral; Exploração da indústria de pasta mecânica, celulose, papel e papelão; Extração, indústria de beneficiamento, comércio e exportação de erva-mate; Mineração, prospecção, lavra, extração, beneficiamento, comércio e exportação de carvão mineral, ferros e outros minérios, depois de legalmente autorizada; a navegação marítima e fluvial, agentes marítimos e fluviais depois de legalmente habilitada; colonização; agricultura; pecuária; representações, exportação e importação em geral; qualquer outro ramo da indústria e comércio cuja criação for julgada conveniente. (Idem, p.74).

Em 1945 entram mais membros da família no quadro de sócios e ocorrem importantes aquisições de terras no Oeste, inclusive no Território Federal do Iguaçu.

Membros da família e do Grupo Lupion também participam da fundação do banco Bamerindus e de negócios com a família Ribas. Em 1946, funda-se a Rádio Sociedade Guairacá Ltda. com João Brasília Ribas. Fazem sociedade com a *Mueller & Irmãos Ltda.*, começam com a empresa Auto Comercial S/A, que em 1952 representa a General Motors do Brasil.

Começam a aumentar suas redes de poder político. Nas décadas de 1930 a 1950, o território do Estado passava por uma rápida expansão de sua fronteira agrícola, para o Norte, o Oeste e o Sudoeste. Que foi quando ocorreu a chamada “Corrida para o Oeste”, com a expansão do setor madeireiro a nível nacional, e com as Araucárias abundantes no Paraná sendo muito valorizadas. Com a chegada dos “novos povoadores”, ocorreram conflitos e genocídio do povo indígena (como o povo Xetá no norte do Paraná). O Grupo Lupion adquire terras na região, passa a explorar xisto betuminoso e ferro, artefatos de metal, na década de 1940. O Grupo começa a produzir combustível para uso próprio. Extrai, industrializa e comercializa metais. Sua empresa de obra e

melhoramentos atua na colonização do Estado, em que as empresas colonizadoras retiram a madeira para vender, a partir de Foz do Iguaçu, para países platinos. Nos anos de 1949 e 1951, montam empresas de papel e fósforos, com vistas ao aproveitamento total do material. Também participam da aquisição e fundação dos jornais “O Dia” e “Gazeta do Povo”.

Lupion chegara ao poder Executivo pelo PSD, partido que nasce “sob a liderança dos interventores, reunindo prefeitos (todos nomeados pelo interventor), membros de administração estadual e outras forças que apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos, etc”. (Idem, p. 97) O PSD chega às eleições de 1945, como único partido a ter diretórios em todos os municípios do Brasil. No Paraná, tanto o PSD quanto o PTB são fundados sob a tutela de Manoel Ribas. O PSD compra jornais e emissoras de rádio, aquisições que contribuem na formação do Grupo Lupion. Assim que assume o governo, são nomeados membros do Grupo como assessores e secretários de Estado.

Um personagem fundamental para se compreender o contexto social paranaense no período em que Wilson Martins publica a obra aqui analisada, e que fazia parte de seu círculo de amizades pessoal, é Bento Munhoz da Rocha Neto, que havia disputado eleições com Moysés Lupion, e perdido num primeiro momento, devido a uma conjunção de fatores, mas que nas eleições de 1950 sai vitorioso, governando o Estado inclusive no momento em que Martins publica *Um Brasil Diferente*, em 1955.

Bento Munhoz pertenceu a uma família da classe dominante paranaense, proprietária de engenhos de mate e ligada ao comércio exportador desse produto. Uma família de religião católica, cuja doutrina exerce forte influência sobre Bento Munhoz. Seu pai, Caetano Munhoz da Rocha, casou-se por três vezes, tendo sido viúvo por duas vezes. Bento Munhoz é filho do primeiro casamento de Caetano, com Olga Souza Munhoz da Rocha. Com a primeira esposa, Caetano Munhoz teve dez filhos, além de ter tido um filho com Domitilla Almeida Munhoz da Rocha, sua segunda esposa, e mais um filho, com sua terceira esposa, Sylvia Braga Munhoz da Rocha. Os avós maternos de Bento Munhoz são o Major Manoel Francisco de Souza e Francisca Carneiro de Souza. Seus avós paternos são o Tenente Coronel Bento Munhoz da Rocha, que foi Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, falecido em 1896, e Maria Leocádia Munhoz da Rocha. Seus bisavós, pais do Tenente Coronel Bento Munhoz da Rocha, são Manoel Martins da Rocha e Maria Lucia Munhoz, sendo que os pais de Maria Leocádia Munhoz são o Tenente Coronel Caetano José Munhoz e Francisca Candida de Assis. (NEGRÃO apud. SALLES, 2004, p. 145)

Segundo Ricardo Costa de Oliveira,

Talvez Bento tenha sido o maior representante político e o mais refinado intelectual orgânico de sua classe no século XX. Bento era filho de um igualmente Presidente do Paraná durante a República Velha (Caetano Munhoz da Rocha), assim como também foi Presidente do Paraná o seu sogro (Afonso Alves de Camargo), pai de sua esposa Flora. O bisavô de Bento foi o tenente-coronel Caetano José Munhoz, senhor de um dos primeiros engenhos de erva-mate [...] Em verdade, Bento desce diretamente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis, fundadores de Curitiba em fins do século XVIII. Em pessoas e famílias com as de Bento Munhoz da Rocha Neto encontram-se o destino e a responsabilidade da classe dominante e dirigente do Brasil e do Paraná. (OLIVEIRA apud. CORDOVA, 2016, p. 76)

Ainda sobre a genealogia de Bento Munhoz da Rocha Neto:

Munhoz, Cadis-Espanha/ fins do século XVIII. O primeiro Munhoz no Paraná foi Bento Antonio Munhoz, que emigrara da Espanha, com sua mulher Michelina Assumpção. Seu filho, o tenente Florencio José Munhoz, natural de Paranaguá, casou-se com Luiza Licia de Lima, descendente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis, sendo os pais do tenente-coronel Caetano José Munhoz, nascido em Paranaguá em 1817. Era grande ervateiro e foi um dos pioneiros na introdução do vapor no beneficiamento do mate. Casou-se com Francisca de Assis de Oliveira (Franco). Sua neta casou-se com Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Paraná em 1912. Seu outro neto foi o Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Paraná em 1920. Bento Munhoz da Rocha Neto, filho de Caetano, igualmente foi governador do Paraná e ainda ministro de Estado. Outro membro da família foi José Munhoz de Mello, prefeito de Londrina e deputado federal constituinte de 1946. Laertes Munhoz foi deputado estadual. Em 1953, três Munhoz ocupavam as chefias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. (NEGRÃO apud. CORDOVA, 2016, p. 80)

Quando Bento Munhoz da Rocha Neto nasceu, seu pai já era deputado estadual. A convivência com a política e a cultura de “alto escalão” se dera desde sempre para esse personagem, que iniciara seus estudos em Paranaguá, depois cursando o secundário em Curitiba, no Ginásio Diocesano, uma escola dos padres Lazaristas. Estudou engenharia na Universidade do Paraná, formando-se em 1926. Em 1929, se casa com Flora Camargo, filha de Afonso Alves de Camargo, que fora presidente da província do Paraná, num rodízio com Caetano Munhoz da Rocha. A avó de Bento havia sido madrinha de batismo de Flora Camargo. Bento foi professor da Universidade do Paraná, sendo professor de História na Faculdade de Filosofia, lecionando também na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Engenharia. Participou do Círculo de Estudos Bandeirantes, onde tivera cursos de Filosofia lecionados por padres. Fora aí que desenvolvera sua habilidade na oralidade, e que aderira à filosofia de São Tomás de Aquino, que mais tarde usará para combater o marxismo. As grandes influências intelectuais de Bento Munhoz foram: Alceu Amoroso Lima, Alberto Torres, Oliveira

Vianna e Gilberto Freyre. De Oliveira Vianna era inclusive amigo pessoal, destacando sua obra *Populações Meridionais do Brasil*. (KUNHAVALIK, 2004, p. 152)

Com a redemocratização, em 1945, Bento Munhoz viu caminho aberto para ingressar na vida política, a princípio pelo PRP, partido em que havia uma tradição familiar estabelecida. Teve apoio da UDN para sua campanha como parlamentar, que resultou em sua eleição para o Congresso, que iria discutir a Constituição de 1946. Defende o término do Território Federal do Iguaçu, região que pertenceu e deveria pertencer ao Estado do Paraná, como nesse discurso:

Pretender como se pretende, numa traição inominável à realidade, que o povo do Paraná tenha recebido com aplausos o ato de desmembramento da quarta parte de seu território, é afirmar que o paranaense fracassou na sua maior missão histórica: - a de incorporar aos sistemas de valores brasileiros, à cultura brasileira, à coletividade brasileira, essas largas correntes de imigrantes europeus que, por mais de cem anos têm procurado a nossa terra e ajudado a fazê-la. (...) Não é arbitrariamente que o oeste paranaense é brasileiro. Foi gente nossa que assim o fez. Foram bandeirantes curitibanos que levaram a soberania da coroa portuguesa até ao Rio Paraná [...] (Idem, p. 159)

Rocha Neto lidera assim o movimento de reincorporação das terras do oeste paranaense, apresentando a emenda que seria aprovada pelo Congresso. Também liderou movimentação para a federalização da Universidade do Paraná, em 1950, como parlamentar. Em 1947, havia perdido eleições para governador para Moysés Lupion. Porém, em 1951, assume o governo do Estado do Paraná, com apoio da UDN, que fora deixada de lado no governo Lupion. Em 1953, Bento Munhoz da Rocha Neto organiza as festividades para as comemorações do centenário da emancipação do Paraná. Nesse momento, Laertes Munhoz é o presidente da Assembleia Legislativa e José Munhoz de Mello é o presidente do Judiciário. Bento Munhoz coloca Ney Braga como Chefe de Polícia e, no ano seguinte, articula Braga na Prefeitura de Curitiba em 1954. Depois, Ney Braga, seu ex-cunhado, rompe com ele e vai para o PDC, apoiando a candidatura de Paulo Pimentel para governador em 1965, contra o próprio Bento Munhoz. Rompimento este visto como traição.

Bento Munhoz renuncia ao cargo de governador no final de seu mandato, em abril de 1955, por causa de uma possível candidatura à vice-presidência nacional que estava sendo articulada pelo presidente interino Café Filho. Porém, as articulações não dão certo nesse sentido, e Munhoz da Rocha Neto assume o Ministério da Agricultura em maio do mesmo ano. É um contexto político marcado por incertezas a nível

nacional, com ameaças golpistas, civis e militares. Essas movimentações políticas e militares, com alguns presidentes assumindo e logo em seguida sendo depostos, culminou com um Estado de sítio que durou sessenta dias. Em seguida, veio a posse do Presidente eleito pelo PSD, Juscelino Kubitschek.

Nesse momento, em 1955, Bento Munhoz é eleito presidente de Honra da UDN regional. Volta para a chefia do Departamento de Engenharia da Caixa Econômica, e volta a ser professor na Universidade Federal do Paraná. Em 1958, é eleito Deputado Federal pela “Frente Democrática”. Futuramente, se posicionaria contrário às reformas de base propostas por João Goulart e favorável às “movimentações militares” de 1964, considerando o golpe legítimo e de caráter popular. Consentia com a opinião de que a radicalização não está na tradição do brasileiro, considerando os repressores da Ditadura Militar pessoas paternalistas. Em 1967 ingressa na Academia Paranaense de Letras, em 1969 se aposenta da UFPR.

Quando fora governador, Bento Munhoz recebeu a assessoria de um círculo de amigos: Milton Carneiro, professor da Faculdade de Medicina (filho de Abdon Petit Guimarães Carneiro e de Henriqueta Erichsen Carneiro, exerceu a função de Chefe da Casa Civil); Fausto Castilho, professor da Faculdade de Filosofia; Wilson Martins; Joaquim de Mattos Barreto, professor da Faculdade de Medicina; Brasil Pinheiro Machado; Temístocles Linhares, professor de Literatura na Faculdade de Filosofia. (KUNHAVALIK, 2004, p. 186)

De forte tradição católica, Munhoz da Rocha Neto defendia a preservação da estrutura capitalista, saindo em defesa da burguesia em alguns de seus discursos. Para ele, às massas caberia o papel de se conformarem à direção e ao governo das elites, pois estes seriam os detentores da racionalidade. A questão social seria, acima de tudo, de ordem moral, sendo que as classes seriam uma exigência de convivência humana. Endossava as concepções da ideologia dominante das elites, em que o “Brasil com as suas tradições de bondade, de cordialidade, tradições humanas, que vêm do tempo da Colônia, em que a escravatura foi a mais branda de todos os países da América”. (Idem, p. 157)

Fomentava a ideia de progresso paranaense, com perfil político modernizador, mas alicerçado por uma formação familiar arraigada por princípio morais e elitistas. Ressaltou a relevância das produções intelectuais paranistas na exaltação e construção dos caracteres identitários no Paraná. Evidencia aspectos regionais, porém sem deixar de exaltar a nação. Para Munhoz da Rocha Neto, o nacionalismo e o regionalismo

podem ser harmônicos. Há um apego à tradição e à paisagem, trazendo a contribuição de Romário Martins, ao exaltar os antepassados, criadores e tropeiros. Bento valoriza a herança das gerações passadas, ainda mais por ter vindo ele de uma família ervateira, em contraposição ao café, que, segundo ele, não era genuinamente paranaense, mas sim uma extensão paulista. Essa opinião denota sua situação em meio à conjuntura de declínio da economia ervateira, em que via seu pai Caetano perder boa parte das suas riquezas por causa disso, em contraposição à ascensão do café, que passa a ser a principal atividade econômica brasileira, e passa a ter expansão no Paraná, em uma inserção aos interesses nacionais. Essa ascensão do café leva a uma alteração na hegemonia do Estado, tudo isso causando preocupações para Bento Munhoz, que fazia um apelo a essa “gente nova”, que deveria conhecer e absorver a história paranaense, ou seja, os novos desbravadores do café deveriam conhecer a tradição ervateira. “Mas se o café foi um elemento definidor de limites na estrutura de mando familiar no Estado, também se constituiu em ponto determinante para sua expansão frente ao governo central”. (CORDOVA, 2016, p. 109). O café é assunto nacional, e trouxe uma nova mentalidade acerca da paisagem e do clima.

Bento Munhoz foi também um intelectual de grande prestígio no Paraná, lecionando na Universidade Federal do Paraná. Sua obra *Presença do Brasil* visava discutir a formação social e cultural no Sul do Brasil. Influenciado por *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, porém diferente deste, Munhoz da Rocha Neto destaca a miscigenação na formação social e cultural no Sul do Brasil, discutindo o regionalismo paranaense frente ao modelo nacional: “É claro que compreendemos *Casa Grande & Senzala* como sabemos que não estamos incluídos na obra [...]”. (ROCHA NETTO apud. CORDOVA, 2016, p. 119). Assim como Wilson Martins, que produz *Um Brasil Diferente* baseado nas reflexões de Freyre e na suposta falta de representação paranaense em sua obra, Bento Munhoz compreendeu que a teoria do mestiçamento aconteceu no Sul do Brasil de forma diferenciada: “O Sul é branco. É mesmo a macha loira do Sul do Brasil”, com a seguinte nota:

O mestiçamento brasileiro estabelece um contraste com as populações do Sul. Provoca uma atitude de reserva. Dá a essas populações a consciência da sua diversificação em face da normalidade brasileira e uma vaga intuição de que influência cultural implique necessariamente em influência racial, como na Europa. (Idem, p. 121)

Com a grande quantidade de europeus que desembarcou no Sul, tal região seguiria mais para o modelo europeu do que para o africano, devido à diversidade de contato com culturas europeias.

Nesses pontos anteriores, Bento Munhoz da Rocha Neto anda de mãos dadas com Wilson Martins, porém tendo discordado deste em um ponto, qual seja, o elemento português tem predomínio em meio da tremenda miscigenação e aculturação do Paraná, assim como o resto do Brasil, que é luso-brasileiro, sendo essas suas “heranças sociológicas”.

Em *Mensagem da América*, Bento Munhoz escreve:

Nós americanos; nós europeus da América, bem o compreendemos. Soubemos aprender as lições europeias, em tôda a sua plenitude. Assimilamos, intensamente e rapidamente, seus ensinamentos. Só assim se explica que, ao fim dos setecentos nos Estados-Unidos e ao início dos oitocentos entre os latino-americanos, nossos países ainda de tão pouca expressão demográfica, econômica e política, tivessem alcançado suas independências nacionais. A Europa preparou a América para a autonomia. Ensinou-lhe auto-governo. Transmitiu-lhe um espírito [...] Fomos, na verdade, grandes discípulos. Honramos a herança europeia [...] Devemos continuar as funções do continente europeu, conservando a altura de sua missão. Temos o poder de nos desvencilhar de todas as deformações do espírito europeu. De todos os seus ismos que cometem devastações. (Idem, p. 122)

Bento Munhoz conviveu com Gilberto Freyre na Constituinte de 1946, e considerava este “nosso maior sociólogo”, debatendo com ele teoricamente, ao abordar a sociologia de maneira mais regionalista. Ao falar do Sul, Munhoz da Rocha Neto coloca que esta região, diferente das outras sem imigração, reagiu com maior compreensão e simpatia diante do estrangeiro, e faz uma apologia: o loiro é o que moureja, que trabalha, corre os riscos da agricultura, o pobre, o humilde. Substituindo o conceito de raça pelo de cultura, enfatiza a predominância do elemento português em relação ao negro e ao índio. Enquanto que os mulatos perderam o sentido cultural das suas origens, na mancha loira esses sentidos são presentes e os valores são transmitidos, com o clima interagindo na forma de ser. Acreditava no regionalismo com uma função nacionalizante, através da aculturação. E, pela assimilação, defendia que os paranaenses de todas as origens se sentem igualmente paranaenses.

Segundo Alexandre Dantas Trindade, essa abordagem de se pensar ao invés da raça, a cultura, e ao invés do Estado, pensar a Sociedade, no Brasil, vem de Gilberto Freyre. Este sociólogo teria produzido uma visão positiva do país, vendo a própria mestiçagem de maneira positiva. Há aí um deslocamento da questão racial, em que se

admite a hereditariedade de caracteres e se faz uma hierarquia por grau de cultura. Forma-se o conceito de hibridização, em que, com a mestiçagem, permaneceriam as características e propriedades de cada agrupamento humano, portanto o mestiço visto como eugenicamente superior. Aqui há uma reinterpretação da eugenia, a partir do caráter “liberal” (aqui visto como uma frouxidão moral) do patriarcalismo brasileiro. Freyre destaca a atuação da família patriarcal que, em face à escravidão, manteve a harmonia e o equilíbrio sociais, construindo o conceito de “democracia racial”, em que as três raças brasileiras (indígenas, negros e brancos) convivem em harmonia na nação brasileira. A família patriarcal, então, reduziria as distâncias entre a “casa grande” e a “senzala”, com uma função de conciliação. (TRINDADE, 2012).

Gilberto Freyre escreve a obra *Casa Grande & Senzala* pós Revolução de 30, momento em que Getúlio Vargas assume o poder do Estado brasileiro, permanecendo até 1945, tendo em 1937 dado um Golpe de Estado, estabelecendo uma ditadura para continuar como Chefe de Estado. Nesse momento, Vargas investe na construção de uma ideologia e de uma identidade nacionais. Os trabalhadores, por exemplo, são vistos como parte de um corpo social, com sua função social voltada para a grandeza do país, ou seja, que o trabalhador brasileiro há de trabalhar em prol da construção do Brasil, mesmo que esse trabalho seja árduo e penoso, há algo maior que ele, a nação brasileira. Ao mesmo tempo em que garante a CLT e os direitos trabalhistas reivindicados a décadas pelos trabalhadores brasileiros, faz uma cooptação dos sindicatos, antes livres, agora vinculados ao Estado pela burocracia, criando um sistema corporativista. Junto a isso, investe numa ideologia de unidade nacional também pelo viés da cultura, momento em que constrói o futebol, o carnaval, o samba, a capoeira, como símbolos da cultura e da identidade nacional, como elementos constitutivos da identidade do brasileiro, visando inculcar o nacionalismo entre a população, desta forma dando uma legitimidade ideológica para a unidade nacional almejada.

É nesse sentido que vem a obra de Gilberto Freyre, construída como uma legitimação dessa unidade, com as três principais raças brasileiras interagindo de forma harmônica, sem conflitos, como se existisse uma igualdade nas formas de relacionamentos interpessoais brasileiros. A cultura ganha um caráter fundamental de aglutinação popular em torno de um projeto, em que Getúlio Vargas é construído como o “pai” do trabalhador brasileiro por ter “dado” os direitos trabalhistas através da CLT. A construção intelectual de Freyre foi se consolidando enquanto senso comum, processo que se construiu por diversas vias, como a educação, os meios de comunicação

(jornais, rádio), produções intelectuais e outras. Essa movimentação e ideologia construídos minou os regionalismos que vinham se construindo em momentos anteriores, na medida em que foram suplantados por uma identidade nacional.

Contudo, apesar de essa ideologia de harmonia social permanecer até os momentos atuais, no período depois de Vargas, nas décadas de 1940 e 1950, as movimentações intelectuais e governamentais no sentido de se produzir uma identidade regional voltaram com força, o que significou no Paraná uma busca por sua identidade, voltando-se os intelectuais ligados às elites dominantes a reviver as formulações feitas pelo movimento paranista de décadas anteriores, buscando naqueles intelectuais inspiração para as novas formulações acerca da identidade regional paranaense. É nesse momento histórico que surge Wilson Martins que, como veremos adiante, traz em sua produção as obras de Nestor Vitor, Brasil Pinheiro Machado, Temístocles Linhares, Rocha Pombo, David Carneiro, entre muitos outros intelectuais que procuraram escrever uma história paranaense alinhada ao grupo social ao qual pertenciam, assim como Bento Munhoz da Rocha Neto o fez.

2.3. UM BRASIL DIFERENTE

A obra *Um Brasil Diferente* foi publicada no ano de 1955 que, como pudemos observar, Wilson Martins ainda estava no caminhar de construção de sua carreira, ainda não era o notável crítico literário que viria a ser, apesar de já ser bem considerado no Paraná, tendo seu talento para as letras admirado e já lecionando na Universidade Federal do Paraná. Mesmo assim, essa obra rendeu muito para a ideologia de um Paraná “Europeu”, mesmo que essa construção já vinha sendo feita anteriormente a essa obra. O impacto dela gerou repercussões imediatas, sobretudo em debate na Biblioteca Pública, em que Ruy Waschovicz questionou a subrepresentação polonesa em contraponto à sobrerepresentação alemã. Segundo Virmond, a obra foi bem recebida pela intelectualidade paranaense. Porém, na matéria já citada de Aroldo Murá, diz-se que tal obra fora propositalmente deixada de lado pela comunidade acadêmica da UFPR. De qualquer forma, *Um Brasil Diferente* vem no momento em que se acabara de realizar as comemorações do centenário da província, organizada pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Momento de retomada da memória histórica do Estado paranaense, em que narrativas são construídas e reconstruídas, visando à construção e

consolidação identitária paranaense. E essa construção se dá em torno da importância e influência da imigração europeia, tanto pela parte de Wilson Martins, quanto pela parte de Bento Munhoz da Rocha Neto, a quem Martins dedica sua obra.

Segundo Martins, *Um Brasil Diferente* objetiva analisar o grau e extensão da influência de elementos culturais estrangeiros na sociologia meridional do Brasil (incluindo aqui São Paulo), tanto no que diz respeito à vida nas cidades (mais cosmopolitas) quanto ao “habitat” rural (com a colonização nacional e as colônias de predominância estrangeira). Para Martins, sem nenhuma inclinação preliminar, essa influência é um fato. O que se objetiva ver é até que ponto pode ser boa e até que ponto pode ser má. No caso, o estrangeiro é o europeu, que veio para o sul devido às semelhanças climáticas.

Na introdução, Wilson Martins mostra sua admiração por Gilberto Freyre e seu método, buscando aplicá-lo para o sul do Brasil, que considera diferente do nacional analisado por Freyre. Mas admite, que a obra se deve, sobretudo, à sua influência. Os principais elementos diferentes das regiões e culturas analisadas por Freyre são: “a presença do imigrante, em primeiro lugar, e, depois, a ausência do português e a inexistência da escravatura, de tal forma que os dois últimos não chegaram a atuar como forças sociologicamente ponderáveis”. (MARTINS, 1989, p.16).

O imigrante, num espaço de tempo extraordinariamente curto, deixou de se sentir imigrante para se amoldar por completo à nova terra, da mesma forma porque a amoldava aos seus próprios hábitos, experiências, tradições. Nesse particular, os homens norte-europeus e, por ‘simpatia’, os de outras etnias, demonstraram no clima temperado do Paraná a mesma plasticidade admirável que o Sr. Gilberto Freyre verificou nos portugueses ‘lançados’ em zonas tropicais. (Idem).

Defende essa naturalidade de forma que “já não há estrangeiros”, mas sim o “homem paranaense”, podendo-se assinalar a etnia alemã, polonesa, italiana ou outra qualquer.

Assemelhando-se ao método de Freyre, Martins começa discorrendo sobre a paisagem, afirmando que não se trata de uma unidade real, mas sim de uma multiplicidade de climas, culturas, hábitos, tipos humanos, ideologias. As cinco principais paisagens são: o litoral, a serra do mar, o primeiro planalto, o segundo planalto e o terceiro planalto. Semelhante à divisão feita por Nestor Vitor em sua obra. Inicialmente, o homem se amoldava à paisagem, buscando regiões que se adaptava melhor. O colono brasileiro, diz o autor, “continua a devastar as terras, vencendo

violentamente as primeiras e mais grossas dificuldades e reserva o arado para uma segunda fase dos seus trabalhos”. (Idem, p.22)

Porém, segundo Martins, é nos três planaltos que se desenvolvera a civilização paranaense, pois muitos dos imigrantes que vieram eram provenientes do meio urbano, e foram habitar as vilas e povoados, principalmente os alemães. Assim como o “nativo”, que seria o “homem de planalto, filho de paulistas desbravadores de florestas, caçadores de índios, mercadores de tropas, pouco propenso, igualmente, ao trópico deprimente dos litorais”. (Idem, p.29). O clima temperado, fugindo do tropical, semelhante ao europeu, teria sido o que atraiu os imigrantes para as terras paranaenses. O clima convidava o europeu a criar aqui uma nova civilização europeia. Até os viajantes comentavam a semelhança.

Interessante notar que o “nativo” paranaense não é considerado o indígena que habitava a região antes da chegada dos tropeiros paulistas, espalhado pelo território com diversos troncos e matrizes diferentes.

Para Martins, até o século XIX, o povoamento era ínfimo, e a chegada dos imigrantes estrangeiros mudou esse quadro. Muitos autores discorreram sobre como se davam muitas concessões aos estrangeiros e pouco aos nacionais, visão criticada pelo autor, que afirma que essas facilidades ao colono europeu ficavam tudo no papel. Questão que voltaremos a analisar com os próprios dados de Wilson Martins.

Sobre a paisagem, Martins corrobora com o discurso de Munhoz da Rocha, em que afirma que a pequena propriedade se impôs no Paraná, mesmo a culturas que eram tradicionalmente tidas como inseparáveis da grande propriedade, como o café. Isso vai servir para o autor elaborar sua tese de que não havia escravidão na região, como afirma ao discorrer sobre a lavoura individualista que se tinha, no Paraná: “Regime do pequeno proprietário sem estranhos, nem escravos, nem empregados, nem agregados”. (Idem, p. 60). Tese que será derrubada por Octavio Ianni.

Martins defende que o homem influi sobre a paisagem e é influenciado por ela através das culturas agrícolas, e, principalmente, pela habitação. A primeira casa do colono, provisória, seria semelhante à casa do caboclo. As diferenças apareceriam mais tarde, quando o colono alcança outra fase de desenvolvimento econômico que lhe permita a utilização de experiências de sua cultura anterior. Ao construir esse discurso, fica evidente a noção de superioridade da cultura europeia que se pretende passar, ainda mais quando se percebe pelas próprias informações do autor que os melhoramentos de

vida para o estrangeiro europeu veio altamente subvencionado pelo governo brasileiro e paranaense.

Essa superioridade da cultura está diretamente ligada à urbanização e à formação de cidades como fator civilizatório. Se as populações paranaenses do século XIX ainda eram predominantemente rurais, nelas já se distinguem, logo que se consolida a corrente imigratória, as tendências para a urbanização. (Idem, p. 78).

Depois da paisagem, Martins escreve sobre o “Homem”. Começa com Zacarias de Góes e Vasconcelos, o primeiro presidente da província do Paraná, assumindo em 1853, e já se deparando com um grande problema: povoar o território. “Significativo que tenha pensado imediatamente no imigrante estrangeiro, em que via o ‘trabalhador’, o ‘técnico’, o ‘agricultor’ de que a província precisava, o homem de que a paisagem precisava”. (Idem, p. 80).

Zacarias de Góes e Vasconcelos, então, baixa a lei nº29, de 21 de março de 1855:

“Art. 1º - Fica o governo autorizado a promover a imigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre atrair os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer das províncias do Brasil.

Art. 2º - Para que tenha efeito a disposição do artigo antecedente poderá o governo despende (sic) anualmente até a quantia de 10:000\$000, além dos reembolsos dos avanços que fizer para passagem e alimento dos imigrantes, segundo os contratos que realizar.

Art. 3º - Os colonos serão, por ora, principalmente destinados ao serviço das estradas da província, podendo o governo pagar, sem indenização alguma, a metade da passagem àqueles que nelas se empregarem por espaço de cinco anos.

Art. 4º - Os colonos que se quiserem dar à agricultura, e que não tiverem meios de o fazer por sua própria conta serão distribuídos pelos lavradores, principalmente pelos de café, chá e trigo, que se obrigarem a pagar por prestações, dentro de três anos e sem juro algum, as despesas que com eles houver feito o governo, do que prestarão fiança idônea.

Art. 5º - O governo velará a que nos ajustes feitos com esses lavradores não sejam de modo algum lesados os interesses dos colonos.

Art. 6º - A passagem das crianças menores de seis anos poderá ser puramente a expensas da província.

Art. 7º - Para a boa execução desta lei e fiel cumprimento dos contratos, fará o governo regulamento impondo penas.

Art. 8º - O governo, estudando o sistema de colonização mais adequado às circunstâncias da província, o submeterá à consideração da assembleia legislativa provincial em sua próxima reunião, com os regulamentos que houver organizado, indicando também os embaraços que se opõem à sua execução, e propondo os meios de os obviar. (Idem).

A colonização estrangeira teve como ponto de partida três núcleos de iniciativa particular. Zacarias de Góes e Vasconcelos foi o primeiro a promover do ponto de vista

administrativo. O primeiro período da história da colonização oficial do Paraná vai de 1860 a 1896, com as colônias provinciais e estaduais. O segundo período vai de 1907 a 1912, com as colônias federais. E, ainda segundo Martins, “não se encerra a história da colonização do Paraná, que continua a se fazer sob os nossos olhos”. (Idem, p.81).

Wilson Martins, muitos anos depois, em 1999, após vários estudos já sendo feitos sobre a questão, inclusive o já citado de Octavio Ianni, escreve o livro *A Invenção do Paraná: Estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos*, em que faz uma grande apologia ao primeiro presidente, retratando-o como um herói civilizador, que lutou contra os indígenas, para seu aldeamento e conversão. Nessa obra, Martins reitera, citando Bento Munhoz da Rocha Neto, que a escravidão não chegou a ser, no Paraná, um sistema econômico de produção. (MARTINS, 1999).

Os grandes grupos de imigrantes que foram para o Paraná, segundo o autor, são os poloneses, ucranianos, alemães e italianos. Os pequenos grupos seriam outros europeus, egípcios, japoneses, argentinos, paraguaios. Os grupos mais urbanistas seriam os sírios, libaneses e judeus. Depois, no censo de 1950, os japoneses viram um grande grupo, aparece Portugal, URSS e “outros países da África”. Afirma que não seria exagero caracterizar o Paraná principalmente pela influência sociológica exercida pelos estrangeiros europeus.

Analisando os relatórios dos presidentes de província e governadores do Estado, para Wilson Martins, há uma continuidade na política de imigração inaugurada por Zacarias de Góes e Vasconcelos e apenas um ou outro, “mais xenófobo”, que preferiria o colono nacional, ou mais desiludido, que não o prefere de forma nenhuma. Aqui se pode perceber, no discurso de Martins, que quem não incentivava as políticas imigratórias ou os que impulsionavam incentivos para a população nacional, era considerado como “nacionalista malevolente”, que não perceberiam o caráter civilizatório europeu. Pois “a ordem pública raramente foi perturbada na história do Paraná e todos os relatórios de antigos presidentes assinalam o caráter pacífico e ordeiro da população. População tingida de sangue estrangeiro”. (MARTINS, 1989, p.93). Devido aos bons resultados, municípios e particulares desenvolveram em paralelo a ação imigratória, “colorindo o mapa do Paraná” com as simbólicas bandeiras das nacionalidades mais diversas. Na defesa das políticas de imigração europeia, afirma: “o que há de admirável, acima de tudo, nessa política é que ela sempre se fundou na mais completa ausência de qualquer discriminação racial, ideológica ou religiosa”. (Idem, p.90). Haveria de se perguntar a Wilson Martins o porquê de tantos benefícios para

trazer europeus e nenhuma política de inserção da população negra que já estava no Paraná e no Brasil, que havia trabalhado nos mesmos serviços, porém em condição escravizada.

O plano de Lamenha Lins, o “mais lúcido” em termos de imigração segundo Martins, era de cuidado com o imigrante: contar a verdade, facilitar o transporte, dar bons lotes de terra, direito de propriedade, evitar que sofra vexames, estabelecer e libertar. Seria a ele que se deve o sistema de colonização praticado no Estado e até em outras regiões do país, adotado até mesmo pelo governo imperial. Esse plano envolveria lote, casa provisória, auxílio financeiro, emprego e ferramentas, até o colono desenvolver autonomia. Em cada núcleo teria uma escola e uma capela.

Os presidentes seguintes procuram continuar as políticas de Lamenha Lins, como Taunay, Faria Sobrinho e Vicente Machado. Porém, durante a Grande Guerra, diminui o afluxo de imigrantes, com uma desconfiança para com os estrangeiros. A volta da política em benefício aos colonos europeus se dá continuamente por toda a administração de Manoel Ribas, na qual Wilson Martins trabalhou em seu gabinete. Com legislação reguladora, venda de lotes, fundação de núcleos coloniais, parcerias com empresas de colonização. O governo de Moysés Lupion havia feito algumas coisas boas, mas é no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, começado em 1951, que se retoma a tradição colonizativa, não só como benevolência, mas orientando a imigração, escolhendo os imigrantes. Com assistência e recursos para colonos, fundação de colônias, maquinaria, sementes, assistência agrônômica, veterinária e social, com bastante migração interna também.

O “resultado dessa política deu ao Paraná sua fisionomia particular e típica. Variedade étnica e amálgama progressiva de povos”. (Idem, p.121). Ao falar sobre o “homem paranaense”, destaca o equilíbrio como característica fundamental. Diferente de certas regiões brasileiras, onde a proporção seria um “triângulo retângulo”, com a hipotenusa sendo o português, o índio o lado mais curto e o africano no lado mais longo, o Paraná seria um polígono irregular de sete lados, em ordem decrescente: polonês, ucraniano, alemão, italiano, os “pequenos grupos”, o índio e o negro, estes últimos e proporção praticamente insignificante. Essa é uma representação do ponto de vista cultural, mais que biológico ou biográfico. Porém, como veremos mais adiante com Stuart Hall, essa separação biológico/cultural não é tão separada assim em termos de racismo.

Do ponto de vista da cultura, para Wilson Martins, o nacional leva “atraso secular” em relação ao estrangeiro. (Idem, p.96).

O homem paranaense, então, para Wilson Martins, é o tipo “burguês”. O Paraná se constituiria em uma “civilização de burgueses, não de marinheiros; de construtores de cidades e não de aventureiros amantes do perigo e da incerteza; civilização da carteira de identidade e não do passaporte”. (Idem, p.19). Uma civilização que veio das aldeias (da Europa), grupal, sem heróis, comercial desde os primeiros dias.

“O brasileiro hoje no Paraná é o mestiço euro-brasileiro de segunda ou terceira geração, quase sempre levando no sangue mais de duas etnias diferentes. O ‘brasileiro’ com o ‘estrangeiro’ são diferentes, aqui, do ‘brasileiro’ tradicional e do ‘estrangeiro’, tal como existe em seu país de origem”. (Idem, p. 128). Reconhece que o paranaense não é diretamente europeu, mas descendente deste. O importante é a europeidade da sua cultura.

Sobre o aspecto físico, “o homem paranaense oferecia uma espécie de predisposição natural e histórica para o ‘tipo’ que haveria de se constituir graças às misturas da miscigenação, do qual falava Manoel Ferreira Correa”. (Idem, p. 139). E mais:

Esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguiu, ainda, dos demais brasileiros, por um traço de fundamental importância: não se misturava com o negro, existente em reduzidíssimo número em toda a província no decorrer da sua história, e que por isso não chegou a invadir sexualmente os hábitos desses rústicos senhores primitivos. Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras, como a que compreende o Rio de Janeiro e o Nordeste, por exemplo. Era uma ‘vantagem’ que o próprio Saint-Hilaire acreditava não poder silenciar. (Idem, p. 141).

Estabelece o argumento de que a escravatura não poderia estabelecer-se em terras onde a grande cultura era desconhecida. Trazendo a contribuição de Manoel Ferreira Correa, diz que no Paraná avultava mais o número de crioulos do que de africanos. As africanas em sua maioria seriam empregadas domésticas, trabalhando com cozinha e com roupas, e não estavam nos cafezais e canaviais. “Quando se apelou para a generosa bondade paranaense, a libertação precipitou-se, fez-se sem ruído e sem violências. A emancipação a 13 de maio de 1888 encontrou quase tudo feito”, era uma “escravatura urbana, sem ambiente senzalesco como em outras regiões”. (Idem, p. 144). Fato que se contradiz com o próprio quadro apresentado do presidente Carlos de

Carvalho em 1883, em que se observa maior número de escravizados em serviço rural do que urbano. (Idem, p. 145). Quando apresenta o quadro no momento de presidência de Zacarias de Góes e Vasconcelos, de sessenta e dois mil habitantes, cerca de um sexto são de pessoas escravizadas. Mesmo que esse número represente menos do que em outras regiões, é uma quantidade considerável, tanto mais quanto se analisa a função social e lugar nas relações de produção dos escravizados, que, como vimos com Octavio Ianni, se encontrava na base dessas relações, constituindo a força de trabalho braçal na construção do Estado. Nos anos seguintes, demonstra que a população cresceu, e o número de escravizados permaneceu. Um dos motivos apresentados é que: “o negro, sem o dinamismo reprodutivo que se observou em outras províncias brasileiras, sempre sofreu, e continua sofrendo, no Paraná, a tendência a desaparecer”. (Idem, p. 147).

Porém, o que se tem estudado na Universidade vai além desse tipo de explicação simplista e não-sociológica. Segundo Márcio de Oliveira, professor de sociologia da imigração na Universidade Federal do Paraná, o que aconteceu foi que, após a proibição do tráfico de escravizados, boa parte dos escravizados que estavam em terras paranaenses, foram vendidos para os cafezais de São Paulo, ao passo que as políticas de imigração começam a trazer grande massa de imigrantes europeus, alterando a proporção da sociedade baseada na cor. (OLIVEIRA, 2005).

Para arrematar, Wilson Martins ainda traz as contribuições de Fugman, que afirmava que escravo era caro, e que tinham na zona rural, trabalhando com mate, porém, “eram tão preguiçosos quanto seus donos, e passavam o dia inteiro deitados dentro de casa” (MARTINS, 1989, p. 146), dando crédito ao tipo de discurso que compactuava com o “racismo científico”. Traz também as contribuições do higienista Trajano Reis e do literato Nestor Vitor, ao tratarem da “bela raça paranaense”, elogiando seus traços físicos europeus.

Faz o elogio da diversidade paranaense, pois das raças imigradas, não há domínio de nenhuma sobre a outra. É como uma “harmonia racial”, porém, só de povos europeus. É o mito de Gilberto Freyre adaptado. Tanto o é, que ao falar especificamente de cada nacionalidade, Martins privilegia a descrição e o elogio aos alemães, conferindo a eles maior dinamismo econômico, demonstrando também que tiveram seus requerimentos de terrenos atendidos. Isso mostra como há uma seletividade por parte do governo, e não uma tendência natural de assimilação. Para o autor, os poloneses tiveram uma assimilação mais difícil, enquanto que os italianos se estabeleceram com mais facilidade, por afinidades de raça e alma. Discorre com menor

entusiasmo acerca das outras nacionalidades, como franceses, holandeses, japoneses, russos, portugueses, entre outros.

Apesar das dificuldades, para o autor, esses estrangeiros exerceram e continuam exercendo, pelo menos até o momento da publicação da obra, uma influência que é das mais benéficas. A família paranaense seria menos portuguesa do que das outras partes da Europa, e, “apesar de algumas tensões de hostilidade nacionalista, o ambiente sempre lhes foi simpático, pelo menos entre as classes esclarecidas da sociedade”. (Idem, p. 184).

Wilson Martins tem uma necessidade de afirmar a diferença do Paraná e do homem paranaense em relação ao das outras regiões. O homem paranaense é o que nasce no Paraná, mas esse homem é, do ponto de vista étnico, profundamente internacional. Assim como Nestor Vitor, Martins tende a insistir no cosmopolitismo paranaense. Mas sempre marcando a diferença:

A assimilação aqui se fez com relação ao meio social, que é diferente do de outras regiões do Brasil e o seu ‘espírito de brasilidade’ é de um tipo semelhante e paralelo a inúmeros outros que existem nas demais zonas”, e “a assimilação se faz rapidamente e de maneira completa, dando à civilização paranaense o seu caráter próprio e inconfundível, diferente do de outras regiões igualmente colonizadas por estrangeiros. (Idem, p. 185).

Assim, define os “homens bons” da comarca: Jacob Mueller, João Schelder, Miguel Picheth, Otto Finkkenschiper, Augusto Stellfeld. E outros típicos do “homem paranaense”: “José Hauer, Francisco Schaffer, Affonso Solheid, Antônio Schneider, Guilherme Withers, Emídio Westphalen, etc.”. (Idem, p. 201).

E, sobre a influência do meio, a partir do escrito de Emílio Willems, aponta uma perda cultural, com a “caboclicização” do estrangeiro. (Idem, p. 204).

E, para exemplificar o caráter do “homem paranaense”, comerciante e burguês por excelência, amante da ordem e da vida sossegada, seria o fato de que fora uma “revolução de comerciantes” a única perturbação séria ocorrida na vida curitibana em toda a sua história. Nesse momento presenciamos mais uma distorção de Wilson Martins para forçar o seu ponto de vista, pois nesse caso deixou de lado os próprios imigrantes europeus que vieram para o Paraná com ideologias radicalizantes, como socialistas e, principalmente, anarquistas. Estes imigrantes formaram sindicatos, associações e agitaram movimentos sociais de forma geral, culminando com uma grande greve de sapateiros em 1905, e outras greves, essas de caráter geral, em 1917 e

1919, que foram movimentos de massa que abalaram a ordem. Esses fatos podem ser melhores estudados na obra fartamente documentada de Luiz Carlos Ribeiro. (RIBEIRO, 1985).

Voltando à influência de Gilberto Freyre, Martins analisa a casa, pois seria essa o centro mais importante de adaptação do homem ao meio e uma das influencias sociais que mais atuam sobre ele. Nesse sentido, afirma que

[...] não há, no Paraná, uma ‘casa alemã’, ou ‘italiana’ ou ‘polonesa’. A casa paranaense é uma mistura indeterminada e em graus variáveis de elementos típicos dessas culturas, muitos dos quais se encontram frequentemente no mesmo edifício em berrante desarmonia arquitetônica. Mas qualquer cidade paranaense apresenta arquitetonicamente esse aspecto ‘europeu’ que chamaria atenção do mais distraído. (MARTINS, 1989, p. 296).

Também sobre as ruas, a influência estrangeira se daria pelo nível econômico que se atingiu, com a inexistência de favelas em Curitiba, bem como da casa miserável. Martins ainda marca a diferença do Paraná através da alimentação, das roupas, e também da família.

“Os ‘povoadores da terra’ foram logo ultrapassados, em número e em dinamismo, pelos imigrantes e seus descendentes, tanto mais quanto desde a segunda geração já os casamentos entre elementos das duas origens foram frequentíssimos, de tal forma que hoje em dia essa distinção não tem sentido [...]”. (Idem, p. 341).

E “a família paranaense se constituiu sobretudo pelo casamento entre ‘nacionais’ e ‘estrangeiros’ e a sua regra sempre foi o mais escrupuloso respeito das normas legais e religiosas de união dos sexos”. (Idem). Dessa mescla sairia o “tipo paranaense”, fisicamente diferente de brasileiros de outras regiões e igualmente dos próprios estrangeiros de que são originários.

Para Wilson Martins,

[...] a insignificância numérica da escravidão no Paraná, e sua conseqüente falta de importância social, conforme já tive ocasião de assinalar, impediram, praticamente, a entrada do sangue negro na família paranaense e até no grupo social. Há uma vasta soma de fatores de ordem sexual entre negros e brancos, características de outras regiões brasileiras, que nem de longe ocorreu na história paranaense. (Idem, p.347).

As conseqüências disso na vida familiar:

[...] manutenção da branquidade, quando não o seu aumento; maior regularidade na vida doméstica; ausência de patriarcalismo; estrita legalidade

da vida familiar, tanto no que se refere à sua constituição quanto no que se refere à descendência; ausência relativa, por paradoxal que pareça, do preconceito de cor, visto que a ideia de negro vinha raramente associada à ideia de escravo. (Idem).

Como vimos com Octavio Ianni, a família patriarcal é justamente a família da classe dominante com toda a estrutura hierárquica que girava em torno dela. É uma constante em Wilson Martins associar a promiscuidade com a população negra e com as classes pobres, assim como associa a falta de regularidade psicológica a essa população. Porém, ao não se fazer a crítica social ao racismo e à escravidão, a responsabilidade por essas questões fica associada apenas à composição do próprio negro. Ainda tenta passar uma imagem de ausência de preconceito de cor, com a justificativa de que não houve escravidão no Estado.

Porém, o preconceito se mostra mais uma vez quando se discute a religiosidade em sua obra, afirmando que o culto católico no sul do Brasil seria mais sóbrio, menos dionisíaco ou mais espiritual. Seria devido à quase completa ausência do negro, que pouco influenciou no temperamento da população e seus traços culturais não puderam impor-se, ao contrário, desapareceram totalmente. Pois “é a influência negra que dá às cerimônias religiosas de outras regiões a sua coloração dionisíaca e pagã”. E o “negro não admite religião que não admite o extravasamento dessas tendências compensatórias” (Idem, p. 449), mostrando um total desconhecimento da religião, cultura e espiritualidade afro-descendente, julgada como inferior à europeia. “O negro, porém, trouxe da África e impregnou a religião brasileira de um misticismo diferente e, por assim dizer, contrário à sua natureza primitiva”. (Idem, p. 452).

Essa associação “dionisíaca” em relação aos descendentes de africanos também se aplica a outros aspectos da cultura, como o carnaval. No Paraná, os bailes e reuniões seriam pouco dionisíacos, devido à ausência de influência negra no Estado, sendo o paranaense seria um povo introvertido e tímido.

Sintetizando sua obra, Martins faz o desfecho que seu livro, definindo o Paraná:

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. Inimigo dos gestos espetaculares e das expansões temperamentais, despojado de adornos, sua história é a de uma construção modesta e sólida e tão profundamente brasileira que pôde, sem alardes, impor o domínio de uma ideia nacional a tantas culturas antagônicas. E que pôde, sobretudo, numa experiência magnífica, harmonizá-las entre si, num exemplo de fraternidade humana a que não ascendeu a própria Europa, de onde elas provieram. Assim é o

Paraná. Terra que substituiu o sempre estéril heroísmo dos guerreiros pelo humilde e produtivo heroísmo do trabalho cotidiano e que agora, entre perturbada e feliz, se descobre a si mesma e começa, enfim, a se compreender. (Idem, p.168).

CAPÍTULO 3. Análise Sociológica

Isto posto, como podemos analisar a importância dessas obras para a construção da ideologia de um Paraná “europeu”?

Primeiramente, elas por si só não conformam a ideologia, mas sim inseridas num contexto de ação política das elites paranaenses e nacionais, desde a emancipação do estado. A própria emancipação, como coloca Ricardo Costa de Oliveira, significou uma política imperial de se estabelecer a região como um modelo de “europeidade”. Isso vai de encontro com a política nacional de embranquecimento colocada em prática no século XIX pelo Império brasileiro, como forma de substituição da mão-de-obra escravizada, contendo possíveis revoltas da população negra, e deixando ela ainda à margem da sociedade, sem o acesso aos empregos ocupados pela imigração europeia.

O embranquecimento se dá principalmente pelo grande estímulo à imigração europeia, a partir de acordos com os países europeus, e diversos incentivos para a colonização branca, como bons empréstimos, terras, ferramentas de trabalho, entre outros incentivos, ao passo que para a população negra e indígenas, nada de políticas públicas foram feitas, no máximo algumas turmas de aulas noturnas para os escravizados.

Sem contar os imigrantes que já chegaram com algum pecúlio e começaram a enriquecer, e a partir da segunda ou terceira gerações começam a casar com pessoas da classe dominante tradicional, de origem luso-brasileira. Dessa forma, a elite paranaense se transforma, agregando algumas outras etnias europeias, principalmente a alemã e a italiana.

Desde a emancipação, alguns autores intelectuais procuraram escrever sobre a nova província, buscando uma identidade nessa nova configuração. Mas os primeiros escritos foram esparsos, não dando conta ainda de se estabelecer essa nova identidade.

A nível nacional, os debates acerca da abolição começam a ganhar peso a partir da segunda metade do século XIX, com diversos embates no parlamento, gerando a aprovação de leis abolicionistas de forma gradual. Com pressões de diversos lados – abolicionistas, escravizados, fazendeiros escravagistas – muitas dessas leis funcionaram de forma ambígua. De qualquer forma, sendo o Brasil o último país a ter abolido a escravidão, os debates acerca do tema estavam a ponto de ebulição, e um projeto para o país estava sendo discutido para o futuro. (SILVA, 2014).

Nesse contexto é que aparece Nestor Vitor. Os projetos republicano e abolicionista aparecem imbricados com uma filosofia positivista como pano de fundo. A crença no progresso e na civilização de forma evolutiva ganha força nos discursos e ações políticas dos sujeitos da elite e classes médias paranaenses. A monarquia passa a ser vista como um dos principais empecilhos à civilização, devido à corrupção, autoritarismo e excesso de centralização de poder, ao lado da escravidão, que passa a ser associada a essa forma de poder. Isso explica o fato de a grande maioria dos republicanos serem também abolicionistas.

Para essa concepção, nesse contexto brasileiro, a “civilização” consistiria na vinda de imigração europeia aliada ao trabalho livre e assalariado, pois o europeu era considerado, pelo menos em discurso, como trabalhador, honesto, simples, acostumados com o trabalho livre, com ordem e com disciplina, constituindo uma cultura superior em todos os níveis. Vemos essa concepção também nos escritos de Wilson Martins, em que a ideia de progresso vem associada à industrialização e à urbanização da sociedade.

Concomitante a estas ideias, vinham os discursos de que o contato com a escravidão teria degenerado o país, e, dessa forma, teria que se eliminar os vestígios dessa “mancha” na história. A culpa dessa mancha da escravidão é colocada, pela elite intelectual e política, nas pessoas negras, que já vinham sofrendo processos de estereotipização, criminalização e marginalização durante os séculos de escravidão. Agora, sobre essa população que pesaria as consequências disso tudo. Colocados como incapazes para o trabalho livre, o discurso favoreceria ainda mais a imigração europeia. Colocados como incapazes para a liberdade, tiveram seus direitos de cidadania restringidos nos debates sobre as leis abolicionistas. Para a cidadania política, era necessário ser alfabetizado e ter um mínimo de renda, coisas que muito dificilmente se conquistava tendo vivido escravizado por boa parte da sua vida. Mais de 80% da população brasileira era analfabeta. (Idem).

E parte da população letrada, nas recentes universidades brasileiras, ainda contribuíam para agravar esse quadro de desigualdade. Os médicos, advogados, cientistas naturalistas, membros de institutos de história e geografia, procuravam explicações para os problemas sociais baseados na ideia de raça. Importando teorias raciais ultrapassadas europeias, e adaptando essas teorias ao contexto brasileiro, muitos desses profissionais faziam pesquisas e emitiam opiniões baseados nas diferenças fisiológicas e fenotípicas das raças. Por exemplo, associavam estudo sobre o tamanho do crânio com criminalidade, ou associavam determinados tipos de doença a

determinadas raças, defendendo projetos de saneamento, eugenia, escrevendo a história e memórias do país com base nesses critérios. Disputando espaços de poder, como advogados e médicos, de quem poderia avaliar e propor os rumos da nação, muitas vezes debatendo através de periódicos acadêmicos nos quais divulgavam seus trabalhos.

Tais trabalhos e linhas de pensamento ficaram conhecidos posteriormente como “racismo científico”, pois abordava a questão muitas vezes hierarquizando as raças, em termos de superioridade, colocando sempre os brancos no topo e os negros africanos em último. (SCHWARCZ, 1993). Isso serviu para legitimar diversos tipos de arbitrariedades e abusos, e teve grande repercussão no Brasil. Esse tipo de abordagem se diferencia em alguns aspectos com a abordagem tratada anteriormente, pelos republicanos positivistas, sendo que estes tratavam a hierarquia étnica em termos de cultura, e os do chamado “racismo científico” a tratavam em termos biológicos. Porém, o fator em comum entre eles é o que chama mais a atenção: a culpa do problema brasileiro é dos negros e o fator civilizatório é o branco.

Portanto, a identidade regional paranaense foi forjada no bojo desses acontecimentos. Qual seria a identidade paranaense? O que diferenciaria o Paraná do resto do Brasil? Uma apologia à província precisava ser feita para criar um sentimento de pertença que buscasse unificar a população e marcar o território, sob a direção e o poder da burguesia local, como um projeto de poder das elites, financiado por elas, como mostrado no primeiro capítulo. Portanto, a primeira geração de letrados, os simbolistas no Paraná, trataram de realizar tal tarefa. Com seu estilo subjetivo, romântico, o Paraná foi pintado como a mais bela terra do mundo, a lembrar as paisagens da Europa. Esse aspecto é fundamental, pois vai ser utilizado reiteradamente como a justificativa da imigração europeia, ao lado do clima, como que se os europeus estivessem escolhido o Paraná (e o Sul no geral) como lar, por espontaneidade e identificação. Mas será que não foi o próprio Império brasileiro, com seu plano de branqueamento da nação, que escolheu o Sul como lugar para receber os imigrantes, contando com o clima como um dos fatores importantes de identificação?

De qualquer forma, vale lembrar que as influências dos simbolistas paranaenses são todas europeias, de onde veio o próprio simbolismo, com Baudelaire, e com os paranaenses recebendo poetas simbolistas belgas. O romantismo, da onde o simbolismo traz suas bases, é uma tradição literária e filosófica europeia. Os saberes dessa geração são baseados no sistema de conhecimento europeu, suas formações, desde o Ginnasio Paranaense, são baseados nos saberes europeus, na cultura helênica/europeia, fruto da

colonização que ocorrera, que não apenas escravizou e dizimou povos fisicamente, mas impôs uma cultura e uma forma de saber que marginalizou e suprimiu a cultura e os saberes dos outros povos, tanto os que aqui viviam antes deles, quanto os dos que vieram aqui para viver de forma escravizada.

A identidade paranaense não é forjada por si só, fruto de abstrações de intelectuais. Ela veio como consequência de políticas tomadas a cabo pela elite nacional e local, ao longo do século XIX. Veio para legitimar a vinda de brancos e a saída de negros, com benefícios garantidos pelos governos, para mostrar que um estado europeu seria superior em termos de ordem e riqueza em relação aos outros.

A identidade do homem paranaense fica, inicialmente, identificada pelo que ele não é – parnasiano, tropical. (BEGA, 2013). Posteriormente, na década de 1950, em outro contexto, Wilson Martins vai radicalizar a identidade do homem paranaense nesse sentido europeu. O homem paranaense seria, para esse autor, um tipo burguês, tímido, amante da ordem, educado, trabalhador, civilizado, branco, europeu. Ao associar o negro com as festas dionisíacas, religiões exóticas, com a incapacidade de reprodução; ao associar os “caboclos” com uma cultura menos civilizada, Martins define que estes não são o homem paranaense, são diferentes do tipo ideal por ele idealizado. Ao afirmar que na história do Paraná não havia índios, negros e portugueses, constrói uma narrativa e uma memória social excludente, que contribui para moldar essa identidade paranaense. Propositadamente selecionando a história de quem ele quer contar, exacerba a contribuição cultural dos imigrantes europeus, em especial dos alemães, a quem estava atrelado por laços matrimoniais.

Essa forma de construir a identidade reforça os dualismos do pensamento europeu iluminista, no qual existe a separação binária entre o absolutamente eu e o absolutamente Outro. Martins pensa a diferença em relação ao que ele não quer ser no outro, um discurso de superioridade, que colocaria o Paraná como mais civilizado, porque mais europeu. O Paraná, aqui, é diferente do resto do Brasil porque não teve o contato com as pessoas negras, com a cultura negra, com a escravidão. Por isso seria mais civilizado, ordeiro, burguês, disciplinado, trabalhador.

Para Martins, esse tipo ideal representa a tradição paranaense. “Tradicionalismo”, para Karl Mannheim, seria uma característica psicológica, um comportamento reativo, que reage à proposição e possibilidades de reformas, um apego a velhas formas de vida. Nesse caso, um apelo de Martins para que o Paraná continue “europeizado”, pois que dessa forma continua sendo mais “civilizado”. O

tradicionalismo tornado consciente desembocaria no que Mannheim chama de “conservadorismo”. O conservadorismo seria uma forma de pensamento e ação com história própria, uma estrutura mental objetiva, um comportamento mais significativo, com relação com as circunstâncias. É um estilo de pensamento relativamente independente, emaranhado a grupos ou classes sociais que são seus “portadores”. O que vemos portanto em Martins é uma reapropriação, uma revalorização do pensamento produzido anteriormente pela geração simbolista/paranista. Uma re-produção, visto que se alimenta da produção anterior, trazendo vários de seus argumentos, mas produzindo uma coisa nova, uma nova forma de se difundir o velho. Isso se dá, pelo menos no caso paranaense, em concomitância com as mudanças sociais em jogo. É como nos explica Ricardo Costa de Oliveira ao estudar a classe dominante regional na virada do século XIX para o XX: uma modernização conservadora, em que é preciso mudar para se permanecer como está. No caso, está falando da metamorfose burguesa da classe dominante, em que muitos latifundiários, com a modernização, se transformam em burgueses e industriais, ou seus filhos, para que as famílias permaneçam no poder, acompanhando o movimento da sociedade, em que a antiga monarquia é substituída pela República, com a escravidão abolida. Novas formas de fazer suas atividades para que permaneçam em suas posições sociais. A produção da ideologia do “Paraná europeu” entra como elemento chave nesse processo, pois ela que vai legitimar que “tudo fique como está”, mesmo que se mude o perfil e as regras do jogo político. As famílias da classe dominante tradicional luso-brasileira vão promover casamentos com a burguesia imigrante enriquecida, para que permaneçam no poder. O “Paraná europeu” vem abarcar todos esses grupos, essa “variedade étnica europeia”, que veremos mais para frente.

Nesse momento a ideologia inclusive se fortalece, visto que se entra na fase do coronelismo e da república, momento em que as burguesias locais ascendem mais diretamente ao poder, substituindo as antigas nomeações imperiais. Esse é o momento em que a geração simbolista está produzindo a ideologia e o tipo de homem paranaense, fase que coincide com a ascensão dos primeiros imigrantes à classe dominante paranaense, geralmente sujeitos que enriqueceram e a partir da segunda ou terceira geração começaram a casar com membros da classe dominante tradicional.

Isso vem em concordância com as afirmações de Nestor Vitor de que o Paraná, semelhante a São Paulo, tem um ar cosmopolita, uma feição europeia, com a diferença de que em São Paulo os italianos predominam, e aqui, *não há predomínio de uma*

nacionalidade sobre outra. (grifos meus). Ou seja, visto que os simbolistas, em geral, foram financiados pela burguesia do mate, e Nestor Vitor, em particular, foi financiado pelo governo de Carlos Cavalcanti, podemos supor que essa ideia tenha sido incentivada por essa nova velha classe dominante. Ideia esta que será retomada posteriormente por Wilson Martins, com novas implicações.

Outra característica marcante do conservadorismo, segundo Mannheim, ao tratar dos fatores históricos do seu surgimento, é a ideia de liberdade associada à “nação”, ao “espírito nacional”, sendo estes a totalidade que impediria a liberdade de virar anarquia, transferindo a liberdade qualitativa para a nação e para o Estado.

Para Stuart Hall (HALL, 2006), no mundo moderno, as culturas nacionais são as principais fontes de identidade nacional, vistas como algo que fosse da própria natureza. Porém, defende que são formadas e transformadas no interior da representação: a nação não é apenas uma entidade política, mas um sistema de representação cultural, com um forte sentimento de identidade e de lealdade presentes em suas formas modernas. As diferenças regionais vão, assim, gradualmente sendo subordinadas ao “teto político” do estado-nação, uma fonte poderosa de significados, pois generalizou língua, meios dominantes de comunicação, cultura homogênea, instituições culturais nacionais. Hall afirma que o Estado-nação é uma “comunidade imaginada”, utilizando-se do conceito de Benedict Anderson.

Porém, não trabalham apenas com instituições, mas também com símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Os sentidos constroem identidades através de histórias, memórias. Conectam o presente com o passado, constroem imagens. (HALL, p.51). “As nações, tais como as narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente.” (Bhabba apud HALL, 2006, p.51).

A partir disso, Hall aponta para as estratégias representacionais acionadas para construir o nosso senso comum:

1º - A narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências compartilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após a nossa morte.

Tradição, herança, continuidade. Cultura política presente é vista como o florescimento de uma longa e orgânica evolução.

2º - ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade. A identidade nacional é representada como primordial, “a verdadeira natureza das coisas”. Elementos essenciais permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história. Como algo unificado, contínuo, “imutável”.

3º - invenção da tradição (da obra de Hobsbawn e Ranger). Tradições que parecem ser antigas, mas muitas vezes são recentes e inventadas. Conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado.

4º - mito fundacional, uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo (não real, mas mítico). Tradições inventadas tornam as confusões e desastres da história inteligíveis, transformando a desordem em “comunidade” e desastres em triunfos.

5º - povo ou folk puro, original. Raramente esse povo primordial que persiste ou exercita o poder. (Idem, p.53).

E é exatamente isso que intelectuais como Nestor Vítor e Wilson Martins vão fazer, só que ao invés de direcionados para a identidade e cultura nacionais, o farão direcionados para a identidade e cultura regionais, no caso o Estado do Paraná. A narrativa da nação é substituída pela narrativa do estado, sendo contada através da literatura regional. As imagens e panoramas exibidas por Nestor Vítor, exaltando as paisagens paranaenses, são exemplo disso. As origens, a tradição, a continuidade, como “a verdadeira natureza das coisas”, sendo a adaptabilidade, a aculturação do europeu vista como algo natural, espontâneo, fruto da identificação deste com a terra e o clima. A invenção da tradição, como nos eventos idealizados pelos simbolistas localizados no clube curitibano, como mencionados no capítulo primeiro. O mito fundacional, localizando a origem estadual. Como demonstrado, ambos autores começam suas narrativas a partir da vinda de imigrantes para o Paraná, já identificando o povo puro, original. Aqui é evidente o fator de construção ideológica, no sentido em que se apagam propositadamente as histórias existentes anteriormente à imigração, e o povo indígena que habitava essas terras. Até o conceito de “homens bons” é subvertido por Wilson Martins, termo que é atribuído na historiografia brasileira à elite luso-brasileira que invadiu as terras brasileiras e nela começou a impor suas instituições e modo de vida. Martins apaga esse fato da história do Paraná, considerando os “homens bons” da comarca como sendo Jacob Mueller, Augusto Stellfeld e outros nomes imigrantes europeus.

Nesse sentido que adaptamos o conceito de “comunidades imaginadas”, que Hall utiliza a partir de Benedict Anderson. O conceito serve para designar os Estados-nação

como comunidades imaginadas, mas percebemos que pode servir também um estado ou região dentro do Estado-nação. O Paraná seria uma comunidade imaginada dentro da comunidade imaginada “Brasil”. Pois o Paraná enquanto estado também tem seus dialetos próprios, sua história construída, seus símbolos com significados, seus “heróis”, suas lutas por fronteiras, representação política própria, identidade regional, cultura regional, etc.

Assim, podemos afirmar a existências de camadas de comunidades imaginadas, alargando seu conceito para além de apenas o Estado-nação. Essas camadas de comunidades imaginadas interagem entre si de maneira complexa, levando a movimentos na ideologia e na identidade. Ora se pode reivindicar uma brasilidade, ora se pode exaltar uma diferença em relação às outras regiões, dependendo do sujeito e do contexto em que se encontra. Pode-se fazer inclusive os dois ao mesmo tempo: “sou brasileiro, mas sou paranaense”, portanto, mais civilizado. Ao mesmo tempo que reivindica uma pertença, sinaliza uma diferença.

É isso que Wilson Martins vai fazer em sua obra, afirmando que existem vários tipos de brasilidade, não apenas a do Nordeste e do Rio de Janeiro, reivindicando uma forma diferente de ser brasileiro, que também seria legítima. Acusa Gilberto Freyre de querer forçar uma unidade nacional com esse tipo de brasileiro, mas faz o mesmo em relação ao Paraná. Força um tipo ideal de homem paranaense, branco, ordeiro, tímido, homem, sem levar em conta a multiplicidade da população em termos de gênero, raça, classe, sexualidade, procedência, etc. Ambas são identidades e culturas racializadas, de formas diferentes, com suas especificidades, mas que visam a imposição de uma “identidade colonizadora” e uma cultura unificada.

Para Hall, não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-las numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria essa identidade unificadora desse tipo? Que anula e subordina a diferença cultural?

O próprio autor responde defendendo que, uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural. A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta, isto é, pela supressão forçada da diferença cultural.

Segundo Hall, esses começos violentos que se colocam nas origens das nações modernas têm, primeiro, que ser “esquecidos”, antes que se comece a forjar a lealdade

com uma identidade nacional mais unificada, mais homogênea. As nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero, porém, as identidades nacionais são fortemente generificadas, com associações masculinas. As nações ocidentais modernas foram também os centros de impérios ou de esferas não imperiais de influência, exercendo uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados. As culturas nacionais são um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Muitas vezes representadas como a expressão da cultura subjacente de “um único povo”. (HALL, 2006).

Hall discute a questão da cultura principalmente em relação à diáspora africana, mas suas formulações podem aqui nos auxiliar para compreender a cultura dominante. Diz Hall: A cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, a cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (HALL, 2006).

Essa definição diz respeito às formas de resistência pela cultura, que descentra e dissemina a diferença cultural. Mas nos permite pensar também as forças dominantes de homogeneização cultural. Assim como as formas de resistência estão sempre em movimento, as de homogeneização também estão. Por isso vemos em vários momentos a cultura dominante ser produzida e reproduzida, assim como Nestor Vítor e Wilson Martins, em épocas diferentes, produziram ideologias de identidade cultural regional muito semelhantes, com Martins resgatando muito do que Vítor havia escrito. Podemos observar o resgate a essa tradição por meio da campanha para prefeitura de Rafael Greca em 2016, em que se afirmava “Volta Curitiba”. Mas volta para onde? A volta seria como uma redescoberta do homem paranaense de Nestor Vítor e Wilson Martins, época em que a sociedade era supostamente civilizada e ordeira, em contraposição às atuais demandas multiculturais da sociedade brasileira, exigindo reconhecimento e direitos às populações negras, indígenas, e às questões ligadas a gênero e identidade de gênero.

Para Hall, na identidade cultural há um contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical seria o que chamamos de “tradição”, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua “autenticidade”. Mas não deixa de ser um mito, com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significados às nossas vidas e dar sentido à nossa história. (HALL, 2006).

Talvez por isso que exista a tendência psicológica ao “tradicionalismo” de Mannheim. A tradição dá sentido à existência, e as mudanças e abalos nesses sentidos muitas vezes geram reações negativas para muitas pessoas, que podem ter o receio de ter sua identidade e seu sentido de vida postos à risca, com a possibilidade de se entrar em crise. Nesse sentido podemos ressaltar o conceito de identidade fragmentada de Stuart Hall, gerada por uma crise de identidade com a pós-modernidade, que pode, em muitos casos, ser frutífero para quem nunca se encaixou nos padrões dominantes e homogeneizantes de identidade, mas que também pode gerar frustração para quem se sentia confortável e pleno numa sociedade em que a identidade padrão imposta é justamente a identidade pela qual se identifica, podendo gerar assim um fator de conservadorismo. Como traz Mannheim, o conservadorismo sendo um tradicionalismo tornado consciente e reflexivo, em que muitos sujeitos passam a desenvolvê-lo teórica e politicamente, podendo ser inclusive articulado com as camadas de comunidades imaginadas de várias formas, resgatando tradições inventadas e narrativas de identidade cultural.

3.1. A QUESTÃO DA IDEOLOGIA

Hall comentando as contribuições de Althusser para o conceito de ideologia: o reconhecimento que há distintas contradições sociais cujas origens são também diversas, deve-se pensar então sobre a articulação entre as diversas contradições, sobre as distintas especificidades e durações pelas quais elas operam, sobre as diferentes modalidades nas quais funcionam; pensar a unidade com a diferença; a diferença em uma unidade complexa, sem que isso implique o privilégio da diferença em si. Diferente de Wilson Martins, que faz uso do privilégio da diferença para que a unidade do Paraná seja feita em torno de uma padrão eurocentrado.

Trazendo a contribuição de Derrida, Hall pensa no contínuo deslizamento do significante, uma contínua “deferência”, porém, também afirmando que sem algumas “fixações” arbitrárias, ou “articulação”, não existiria qualquer sentido ou significado. “O que é ideologia, senão precisamente a tarefa de fixar significados através do estabelecimento, por seleção e combinações, de uma cadeia de equivalências?” (HALL, 2006). Assim, podemos perceber que, entre Nestor Vítor e Wilson Martins, muitos significados são semelhantes, e muitos variam, dependendo do contexto relacional, tanto pela rede de relações que os envolvem, quanto pela cadeia de significados na produção da ideologia.

Para Hall, não há correspondência necessária entre um nível e outro da formação social. Não há lei que garanta que a ideologia de uma classe esteja gratuita e inequivocamente presente ou corresponda à posição que essa classe ocupa nas relações econômicas de produção capitalista. Por isso que vemos pessoas de uma classe com a ideologia que teoricamente seria correspondente a outra classe. Nessa linha de raciocínio, as estruturas exibem tendências, linhas de força, aberturas ou fechamentos, que constroem, modelam, canalizam. Mas não podem definir, no sentido de fixar absolutamente ou garantir. As práticas que articulam diferenças em uma vontade coletiva, que podem, a partir das relações das forças sociais, fazer uma ideologia de classe. (Idem). Como pudemos mostrar nessa pesquisa, a ideologia de um Paraná “europeu”, foi ativamente construída e articulada na prática, através de uma vontade de branqueamento do Brasil a partir da oligarquia do Império brasileiro, e o Paraná foi um dos estados escolhidos para representar uma europeidade. Desde as primeiras ações no sentido de se produzir uma ideologia e uma identidade para o estado, intelectuais foram financiados pela burguesia do mate e por governos da província/estado, famílias há tempos no poder, para produzir uma visão de mundo que legitimasse suas políticas e permanência no poder.

Para Hall, Althusser queria compreender porque todas as classes dominantes que conhecemos têm avançado em situações históricas concretas, através de uma variedade de ideologias, ou pela troca constante de ideologias. No caso do Paraná, podemos notar diferentes formas de se construir o “paranaense europeu”, em épocas diferentes, com discursos adaptados, mas com a mesma essência. O autor queria compreender também porque ocorrem lutas internas em todas as grandes formações políticas, em torno das “ideias” apropriadas pelas quais os interesses da classe dominante serão garantidos.

A função da ideologia, em “Aparelhos ideológicos de Estado”, então seria, ainda segundo Hall, reproduzir as relações sociais de produção, porém, cada vez mais nas formações sociais capitalistas, o trabalho não é reproduzido dentro das próprias relações sociais de produção, mas fora delas. É produzido no domínio da superestrutura; em instituições como a família e a Igreja. Instituições culturais como mídia, sindicatos, partidos, não são diretamente ligados à produção em si, mas exercem função crucial de “cultivar” um certo tipo de trabalho moral ou cultural, aquilo que o modo de produção capitalista requer. No caso, podemos pensar em termos de relações coloniais, já que não é apenas a questão do trabalho que está em jogo com ideologia do Paraná “europeu”.

As ideologias constituem estruturas de pensamento e avaliação do mundo, as “ideias” que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar nele e o que devem fazer. Para lidar com as ideias é necessário utilizá-las como eventos mentais de forma materialista: o lugar onde as ideias surgem, onde os eventos mentais são registrados ou concretizados enquanto fenômenos sociais: linguagem, comportamento, signos, representação. O registro material da ideologia, a modalidade de seu funcionamento. Hall discorda que as ideologias não são “ideias”, mas práticas. (Idem).

Em “A Favor de Marx”, Althusser afirma as ideologias “como sistemas de representação, compostas de conceitos, ideias, mitos ou imagens, nas quais os homens e as mulheres (acréscimo de Hall) vivem suas relações imaginárias com as reais condições de existência”. (Idem). Os sistemas de representação tem caráter essencialmente discursivo e semiótico, são sistemas de significado com os quais representamos o mundo.

Uma vez que não há práticas sociais fora do domínio do significado (semiótico) serão todas as práticas simplesmente discursos? Apesar do social nunca estar fora do semiótico, as ideias não flutuam no vazio, existem as práticas sociais. Cada prática social é constituída na interação entre significado e representação e pode, ela mesma, ser representada. Não existe prática social fora da ideologia, porém isso não significa que não há nada na prática social além do discurso. (Idem).

Os sistemas de representação são diversos em qualquer formação social, são plurais. “As ideologias não operam através de ideias isoladas, mas em cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas”. (HALL,2006). Para Hall, a noção de uma ideologia dominante ou de uma ideologia subordinada é uma forma inadequada de representar a complexa interação dos distintos discursos

ideológicos e formações em qualquer sociedade desenvolvida moderna. Nem campo de cadeias discursivas mutuamente exclusivas e internamente autossustentáveis. Se contestam através de um repertório comum de conceitos, rearticulando e desarticulando, em sistemas de diferença ou equivalência. (Idem).

Stuart Hall defende que ideologia são os sistemas de representação nos quais os homens e mulheres vivem. Não é possível pôr um fim à ideologia e simplesmente viver o real, pois a experiência é o produto de nossos códigos de inteligibilidade, de nossos esquemas de interpretação.

Para Hall, os sujeitos não são posicionados em relação ao campo da ideologias exclusivamente pela resolução de processos infantis inconscientes, também são posicionados pelas formações discursivas de formações sociais específicas, situam-se distintamente em relação à gama de locais sociais. Parece-me errôneo supor que o processo que permite ao indivíduo falar ou mesmo enunciar – a linguagem – é o mesmo que permite ao indivíduo enunciar a si mesmo, através de uma variedade de sistemas representacionais específicos em determinadas sociedades, como um ser que possui gênero, raça, é socialmente sexuado, etc. (Idem).

Parece-me aqui uma diferenciação entre socialização primária e socialização secundária, como no esquema de Berger e Luckman. A socialização primária vai fazer toda a diferença para a construção da ideologia dos sujeitos, mas não só. A partir do lugar social que o sujeito se desenvolve, os esquemas de interpretação podem ir se transformando e aprofundando, mas sempre com a linguagem com papel fundamental, para a formação de categorias de interpretação.

Porém, para Hall, o significado não é um reflexo transparente do mundo da linguagem. O mesmo termo pode ter conotações distintas, porque opera em diferentes “sistemas de diferenças e equivalências”, aí é que ele “significa” algo, não a correspondência fixa. Não existe um “eu” essencial, unitário (em termos de identidade), apenas o sujeito fragmentário e contraditório que me torno. O significado é, portanto, relacional dentro de um sistema ideológico de presenças e ausências. (Idem).

É aí que faz uma sinalização no campo ideológico, com os sistemas raciais e os sistemas de classe. Falando sobre o Caribe, afirma que no início da escravidão esses sistemas se sobrepunham um ao outro, mas que contemporaneamente não correspondem um ao outro perfeitamente. Existe um conjunto complexo de articulações entre os dois sistemas de discurso. A relação de equivalência entre eles não é fixa, mas tem se

alterado historicamente. Tampouco é “determinada” por uma causa única, mas resulta de uma “sobredeterminação”. (Idem).

Ao discorrer sobre suas experiências, Hall traz formulações importantes:

É possível, então, examinar o campo das relações sociais, na Jamaica e na Grã-Bretanha, em termos de um campo interdiscursivo gerado por pelo menos três contradições (classe, raça e gênero), cada qual com uma história diferente, um modo distinto de operação; cada um divide e classifica o mundo de formas diferentes. Seria então necessário, em qualquer formação social específica, analisar como a classe, a raça e o gênero são articulados um com o outro para estabelecer posições sociais condensadas. As posições sociais, pode-se dizer, são aqui sujeitas a uma ‘dupla articulação’. São, por definição, sobredeterminadas. Observar a superposição ou a ‘unidade’ (fusão) entre elas, isto é, as formas pelas quais conotam ou convocam umas às outras ao articularem as diferenças no campo ideológico, não previne os *efeitos específicos* de cada estrutura. Podemos pensar em situações políticas nas quais as alianças poderiam correr de diferentes formas, dependendo de quais das articulações em jogo se tornariam dominantes então. (HALL, 2006, p. 211).

Campo interdiscursivo gerado por pelo menos três contradições (classe, raça e gênero), cada qual com um história diferente, um modo distinto de operação; cada uma divide e classifica o mundo de formas diferentes. São posições sociais sobredeterminadas. No presente trabalho foram trabalhadas as questão de raça e classe, como campos sobredeterminados de uma mesma estrutura, advinda da colonização e escravidão.

Seguindo as formulações de Hall, o campo do ideológico possui seus próprios mecanismos; é um campo “relativamente autônomo” de constituição, controle e luta social. Não é independente, nem está livre dos determinismos.

Segundo Hall: “por ideologia eu compreendo os referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona.” (HALL, 2006). O problema da ideologia, portanto, concerne às formas pelas quais ideias diferentes tomam conta das mentes das massas e, por esse intermédio, se tornam uma “força material”.

Hall procura discutir ideologia também a partir das teorizações de Karl Marx, no sentido de tentar reconstruir o conceito. Faz a crítica de três premissas: 1) materialista: as ideias surgem das condições materiais e refletem as circunstâncias nas quais foram

geradas; 2) determinismo: as ideias são apenas efeitos dependentes de um nível determinante maior na formação social – o econômico, em última instância; 3) correspondências fixas entre dominância na esfera socioeconômica e no ideológico (posição de classe correspondendo às ideias). Hall reconhece que Marx estava a contestar o idealismo especulativo de sua época e combater as distorções do pensamento burguês, e assim faz sua revisão numa concepção linguística ou “discursiva” dessa ideologia.

Cada discurso nos situa como atores sociais e como membros de um grupo social em uma relação particular com o processo e prescreve para nós certas identidades sociais. Nos posicionam, pois as diferenças materiais influenciam na forma como agimos e na nossa definição da situação. Porém, as linhas de força tendenciais definem apenas o que já está dado, no terreno histórico. (HALL, 2006).

Em última instância, a relação entre o senso comum e o nível superior da filosofia seria garantido pela política. É aí que analisa a contribuição de Gramsci.

Para Gramsci, a função de uma crise econômica seria “criar um terreno mais favorável à disseminação de certos modos de pensamento e certas formas de postular e resolver questões que envolvam todo o desenvolvimento subsequente da vida nacional.” (GRAMSCI apud HALL, 2006, p. 338). A periodização das crises são aspecto chave da análise, pois “é precisamente o estudo desses ‘intervalos’ variados de frequência que nos possibilita reconstruir as relações, por um lado, entre a estrutura e a superestrutura e, por outro, entre o desenvolvimento de um movimento orgânico e o movimento conjuntural em uma estrutura.” (Idem).

Hall atenta para o conceito de “formação social”: sociedades complexamente estruturadas, compostas de relações econômicas, políticas e ideológicas, cujos níveis de articulação não se correspondem simplesmente ou “refletem” uns aos outros, mas são “sobredeterminantes” entre si. A análise seria da “passagem” do econômico, por toda a formação social, para as superestruturas. O processo de luta ideológica procura antes alcançar a efetiva ligação das ideias dominantes ao bloco histórico que detém o poder hegemônico em um dado período. Esse processo é o objeto do exercício. É o que buscamos fazer na análise das trajetórias e relações políticas e sociais de Nestor Vitor e Wilson Martins, intelectuais produtores teóricos de ideologia. E como elas foram difundidas pela sociedade.

É a análise do movimento das forças históricas – “as relações de força” – que constituem o terreno concreto da luta e do desenvolvimento político e social. Não é a

vitória total de um lado sobre o outro, é a análise de uma questão relacional, de um “equilíbrio instável”. (HALL, 2006).

Hall destaca três pontos da “hegemonia” de Gramsci: 1) “hegemonia” é um “momento” historicamente muito específico e temporário da vida de uma sociedade, em que as crises são o início de sua desintegração. 2) o caráter multidimensional que envolve diversas arenas da hegemonia. Necessário a conquista de um grau substancial de consentimento popular. 3) o que “lidera” em um período de hegemonia não é mais a “classe dominante” da linguagem tradicional, mas um bloco histórico. Dentro do bloco existem estratos das classes subalternas, firmados por meio de compromissos, muitas vezes com função subordinada, feitos através de “conquista” ou “aliança”. É, portanto, uma composição social complexa, não uma classe única e homogênea, mas sim um sistema de alianças. As formas concretas de luta social possuem um caráter social mais amplo. (Idem). A hegemonia não se dá apenas no campo econômico e administrativo, mas através de liderança cultural, moral, ética e intelectual, na qual temos os papéis de Nestor Vitor e Wilson Martins na construção da hegemonia do bloco histórico da classe dominante paranaense. O Estado tem função central na construção da hegemonia, como pudemos perceber nas políticas implementadas e no financiamento e distribuição da ideologia construída.

Gramsci ainda define ideologia como “uma concepção de mundo, qualquer filosofia, que se torne um movimento cultural, uma ‘religião’, uma ‘fé’, que produza um tipo de atividade ou vontade prática na qual está contida uma filosofia enquanto ‘premissa’ teórica”, e em termos de sua função social: “O problema é preservar a unidade ideológica de todo o bloco social que aquela ideologia aglutina e unifica.” (GRAMSCI apud. HALL, p. 356). Para Hall, “Gramsci *nunca* se preocupa apenas com a essência filosófica de uma ideologia; ele sempre aborda as ideologias *orgânicas*, que são orgânicas porque tocam o senso prático comum e cotidiano e ‘organizam as massas e criam o terreno sobre o qual os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, luta etc.” (Idem – grifos do autor).

Gramsci faz a distinção entre “filosofia” e “senso comum”. A ideologia é composta então de dois “níveis” distintos. A coerência de uma ideologia depende de sua elaboração filosófica especializada, que só pode garantir sua eficácia histórica orgânica quando entra, modifica e transforma a consciência prática cotidiana ou o pensamento popular das massas, chamado de “senso comum”. O “senso comum” não é coerente: é geralmente “desarticulado e episódico”, fragmentário e contraditório. Neles os traços e

“depósitos estratificados” de sistemas filosóficos mais coerentes se sedimentam com o tempo sem deixar qualquer inventário claro. Ele se representa como “a sabedoria tradicional ou a verdade dos séculos”, mas de fato, nada mais é que o produto da história, “parte do processo histórico”, terreno das concepções e categorias sobre o qual a consciência prática das massas realmente se forma. É o terreno já formado e não questionado sobre o qual as ideologias e filosofias mais coerentes devem disputar o domínio. (Idem).

A relação entre o senso comum e o nível máximo da filosofia é garantido pela “política”. As grandes agências nesse processo são as instituições culturais, educacionais e religiosas, a família e as associações voluntárias; mas também, os partidos políticos, que também são centros de formação ideológica e cultural. Para Gramsci, os intelectuais têm uma responsabilidade especial na circulação e no desenvolvimento da cultura e da ideologia. Para Hall, Gramsci recusa o sujeito ideológico unificado e predeterminado, reconhece a pluralidade dos eus e identidades que compõem o chamado “sujeito” do pensamento. A natureza multifacetada da consciência seria um fenômeno coletivo, consequência do relacionamento entre o “eu” e os discursos ideológicos que compõem o terreno cultural da sociedade. Por exemplo, muitas vezes há contradição entre a concepção de mundo que se manifesta, mesmo que momentaneamente, na ação, e aquelas concepções que são afirmadas verbalmente ou no pensamento. (Idem).

Para Gramsci, as ideias têm um centro de formação, de irradiação, de disseminação, de persuasão. Não nascem espontaneamente em cada cérebro individual. Existe a renovação crítica, pois ideologias não são transformadas pela substituição de uma concepção de mundo inteira, já formada, por outra, mas há um processo de desconstrução e reconstrução que opera no terreno da cultura. Assim como Mannheim acredita no estilo de pensamento, que tem uma intenção básica, e grupos sociais “portadores” desse estilo de pensamento, que está sempre em movimento, é dinâmico, e que existe para além dos indivíduos, no sentido de que determinado estilo de pensamento tem uma história, que precede o indivíduo e que vai existir depois dele. (MANNHEIM, 1986). Sendo a análise da significação o âmago da técnica, ou seja, análise das palavras utilizadas pelos diferentes grupos, indo de encontro com o pensamento de Hall nesse sentido, de significados não fixos, deslizantes, de forma relacional, com cadeias de equivalências que moldam uma ideologia, ou “estilo de pensamento”.

Alexandro Dantas Trindade vai pensar o Brasil-nação como uma ideologia, e a identidade nacional como representações. Uma das características mais marcantes é a visão paradisíaca construída para o Brasil – “gigante pela própria natureza”. E a parte do “mito” de um povo pacífico e ordeiro, avesso às revoluções. Essas noções são antigas e duram até a contemporaneidade, como características brasileiras pouco contestadas. Podemos observar aqui semelhanças muito próximas à ideologia construída para o Paraná, primeiramente com a questão da natureza, mais evidenciada por Nestor Vitor, pois escreve um livro de viagens, e a paisagem é admirada com requintes de vocabulário que permitem uma exaltação esteticamente inflada do Paraná. Do outro lado, vemos as semelhanças com Wilson Martins, que constrói o povo paranaense como um povo pacífico e ordeiro, avesso às revoluções. Dedicou um capítulo inteiro a descrever uma revolta de comerciantes, como que demonstrando ter sido aquela a única revolta paranaense da história. Ambos silenciam sobre o Contestado. De qualquer forma, o próprio tipo ideal de homem paranaense de Martins vai de encontro com essa ideia. Porém, essas semelhanças notadas, são, na realidade, por parte dos autores que escrevem sobre o Paraná, fatores de diferenciação do Paraná em relação ao restante do Brasil. A semelhança que buscam é com a Europa, tanto ao exaltar as paisagens quanto ao exaltar o caráter da população. Mas, paradoxalmente, vão de encontro à ideologia construída para o Brasil, pelo menos nesses dois caracteres. É um jogo de significados complexo, pois ambos buscam encaixar o regionalismo paranaense dentro do “ser” brasileiro. Vitor aponta para o surgimento de uma nova sub-raça loira de olhos azuis, enquanto que Martins defende várias formas de tipos brasileiros, mas sempre marcando a diferença do tipo brasileiro paranaense em relação aos tipos brasileiros do Nordeste e do Rio de Janeiro, lugares conhecidos pela presença e influência negra. É um jogo de presenças e ausências, como diz Stuart Hall, dentro de uma cadeia de equivalências.

3. 2. COLONIZAÇÃO

Por avaliar como das mais benéficas as influências dos imigrantes estrangeiros, Martins faz o elogio da colonização a todo momento em seu texto. Elogia, apoia e incentiva as políticas nesse sentido. Desde Zacarias de Góes e Vasconcelos, o primeiro presidente de província, passando pelo plano de Lamenha Lins, até seus amigos, o interventor Manoel Ribas e o governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Assume esse

lado politicamente, reclamando das promessas não cumpridas de alguns governos e tecendo grandes elogios às políticas de incentivo e facilitações para os imigrantes europeus. Nesse sentido, não adentra no campo de investigação que refere aos danos que estavam sendo causados no outro lado dessas políticas, principalmente no que diz respeito aos outros povos que habitavam a região do Paraná. Como destacamos de Hall, para se construir uma comunidade imaginada é necessário apagar o passado violento no qual se deu a colonização, criando uma história de origem baseada em outros interesses.

Para Walter D. Mignolo, essa “política de identidade” tem uma aparência “natural”, mas esconde uma matriz racial de poder, na qual vários mecanismos são lançados: pessoas, línguas, religiões, conhecimentos e regiões são racializados.

O controle da política de identidade reside, principalmente, na construção de uma identidade que não se parece como tal, mas como a aparência ‘natural’ do mundo. Ou seja, ser branco, heterossexual e do sexo masculino são as principais características de uma política de identidade que denota identidades tanto similar quanto opostas como essencialistas e fundamentalistas. No entanto, a política identitária dominante não se manifesta como tal, mas através de conceitos universais abstratos, como ciência, filosofia, cristianismo, liberalismo, marxismo, etc. (MIGNOLO, 2008, p.289).

Vemos que esses conceitos universais abstratos são fundamentais na construção da visão de mundo ocidental, muitas vezes considerados neutros. O positivismo, em voga na época de Nestor Vitor, acreditava na evolução da sociedade através da ciência. Analisando o próprio discurso do autor, percebe-se como são articulados esses conceitos à defesa do embranquecimento da população de forma fenotípica. A ideologia do Paraná europeu produz e reproduz essas ideias. Ao tempo que produz uma identidade própria, reproduz a lógica colonial epistêmica.

Para Mignolo, a lógica da colonialidade é a lógica da “expropriação massiva da terra (e hoje dos recursos naturais), a massiva exploração do trabalho (desde a escravidão aberta do século dezesseis até o século dezoito, para a escravidão disfarçada até o século XXI) e a dispensabilidade de vidas humanas desde a matança massiva de pessoas nos domínios Inca e Asteca até as mais de vinte milhões de pessoas de São Petersburgo à Ucrânia durante a 2ª Guerra Mundial.” (Idem, p.293). Para Mignolo, os critérios não mencionados para o valor das vidas humanas são um óbvio sinal de política escondida de identidade imperial, a partir de uma classificação racista.

Mignolo defende que, o fato de que a “filosofia” se tornou global não significa que também é “uni-versal”. Significa que o conceito grego de filosofia foi assimilado

pela *intelligentsia* ligada à expansão imperial/ colonial, aos fundamentos do capitalismo e da modernidade ocidental.

E ao que toca à quebra epistêmica, a consequência é o recolhimento do “nacionalismo”, ou seja, o idealismo do Estado da burguesia que conseguiu identificar o Estado com uma etnia, e, portanto, foi capaz de ser bem sucedido na fetichização do poder: se o Estado se identifica com uma nação, então não há diferença entre o poder do povo e o poder nas mãos de pessoas da mesma nação nas mãos daqueles que representam o Estado. Mais ainda, o povo e o Estado que o povo e seus representantes criaram todos operaram sob a mesma cosmologia: teoria política ocidental de Platão e Aristóteles a Maquiavel, Hobbes e Locke (MIGNOLO, p. 315).

Nesse sentido que anota a crítica à Hobsbawm: ao fazer uma crítica à barbárie ocidental, utilizando como horizonte o Iluminismo, “esqueceu” os africanos que tinham sido escravizados. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, apesar de ter influenciado abolições da escravidão em diversos países, não chegou ao continente africano, em que as independências das colônias foram acontecer apenas na década de 1970. Percebe-se uma disparidade entre discurso e ação, no sentido de que a ideologia do Iluminismo foi propagada, mas a democracia que viria junto não foi tão libertadora, mesmo nos países que ocorreram a abolição. Os conceitos de cosmopolitismo e universalismo foram utilizados para fazer valer a vontade de europeus e seus descendentes. Para Hall, o problema é justamente querer fazer o particular, universal. A colonização funcionou nessa via, pois impôs uma cultura, uma filosofia, um modo de vida como universais, mas que era particularidade de uma cultura europeia, e acabou passando por cima de diversos povos, culturas e etnias.

Nos discursos de Nestor Vitor e Wilson Martins vemos diversas referências ao caráter cosmopolita do Paraná, o seu universalismo, sendo “materializados” na ideia de que a população do Paraná seria essencialmente democrática em termos de etnia, pois nenhuma nacionalidade se sobrepuja à outra. Temos aí a influência dos ideais iluministas, inclusive no fato de que a grande variedade de etnias proclamadas por esses autores são todas europeias.

Essa naturalização da associação da cultura e filosofia europeias com o conceito de civilização gera o uso de hierarquias raciais, como é notado principalmente na obra de Wilson Martins, ao se referir a termos como “cabocização”, designando a culturas não-europeias que habitavam o Paraná como níveis inferiores de cultura. Vemos também outras designações, também na obra de Nestor Vitor, ao se referirem a outros povos como primitivos e menos civilizados. As vezes diminui a si mesmo e seu povo

quando compara “nós outros”, como menores em relação a “eles”, os europeus civilizados.

Aí é que entra a questão de “raça”. Para Hall, a categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto às encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão”. (HALL, 2006, p. 76). Ou seja, o racismo tem uma lógica própria, que tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. Esse “efeito de naturalização” parece transformar a diferença racial em um “fato” fixo e científico, que não responde à mudança ou à engenharia social reformista. (Idem).

O nível genético não é imediatamente visível, porém, nesse discurso, as diferenças genéticas (supostamente escondidas nas estruturas dos genes) são “materializadas” e podem ser “lidas” nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, o que permite seu funcionamento enquanto mecanismos de fechamento discursivo em situações cotidianas. (Idem).

Já a “etnicidade” gera um discurso em que a diferença se funda sob características culturais e religiosas, frequentemente se colocando como contraposição à raça. Mas isso é uma oposição binária simplista. A consequência do racismo biológico é dos que sofrem com isso serem vistos como mais preguiçosos ou com menos capacidade intelectual, enquanto que os estigmatizados pela etnia são vistos como culturalmente inferiores, mas também acabam sendo caracterizados em termos físicos, um referente biológico de forma mais indireta (por exemplo, estereótipos sexuais). A articulação da diferença com a natureza (o biológico e o genético) está presente no discurso da etnia, mas é deslocada pelo parentesco endógeno. Tanto o discurso da “raça” quanto o da “etnia” funcionam estabelecendo uma articulação discursiva ou uma “cadeia de equivalências” entre o registro sociocultural e o biológico, fazendo com que as diferenças em um sistema de significados sejam inferidas através de equivalentes em outra cadeia. Não constituem dois sistemas distintos, mas *dois registros do racismo*. Na maioria, estão em jogo simultaneamente. Racismo existe onde há uma associação dessas duas principais estratégias, cuja combinação peculiar depende da experiência, do momento histórico e da preferência individual. (HALL, 2006, p. 71, grifos meus).

3.3. FAMÍLIA E CLASSE

As análises dos dois primeiros capítulos, das trajetórias de Nestor Vítor e de Wilson Martins, nos permite fazer algumas constatações acerca desse fenômeno da ideologia de um Paraná “europeu”.

Primeiramente, verificamos as redes de relações sociais e políticas que envolvem esses dois sujeitos, e como isso influencia a ideologia construída. Nestor Vítor, membro de classe dominante histórica com o antepassado que migrou para o Brasil sendo um comerciante abastado, radicado em Paranaguá. Teve amizades com os grandes nomes intelectuais de sua época, como os membros do movimento simbolista, primeira geração que teve como tarefa construir a identidade paranaense. Amigo de Romário Martins, intelectual e articulador da cultura paranaense como um todo, presente na construção de várias instituições. Relacionado com a burguesia do mate, foi também financiado pelo governador para escrever sua obra. Já Wilson Martins, filho de um português com família em cargos estatais/burocráticos no estado de São Paulo, casa-se com Annie Schimdt, de uma família proveniente da burguesia imigrante, comerciantes com grandes negócios, como Armazém de Secos e Molhados e Alfaiataria, família influente pelo menos desde a virada para o século XX. Trabalhou no gabinete do Interventor Manoel Ribas, e era grande amigo pessoal do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, para o qual dedicou sua obra, e que organizou as comemorações do centenário da emancipação da província, promovendo a ideologia e identidade paranaense que estamos analisando. Ambos os governantes são provenientes de famílias tradicionais do poder no Paraná, assim como Carlos Cavalcanti de Albuquerque, financiador da obra de Nestor Vítor. Essas famílias tem seus troncos com raízes no período colonial, de capitães, povoadores, governantes, famílias poderosas que desde os primórdios do Paraná acumulam riqueza e poder, sendo europeus e seus descendentes, pessoas a quem foram concedidas sesmarias e que ainda detém o controle de muitas terras paranaenses.

Colonização, portanto, também é uma questão de classe, e “família” é um conceito-chave de análise dos donos do poder. A classe dominante tradicional histórica é composta de europeus brancos e seus descendentes, muitos deles misturados violentamente com o sangue ameríndio. Enquanto isso, com a escravização histórica de povos indígenas e africanos, e sua conseguinte não-reparação, vemos que, para além de uma “sobredeterminação” das estruturas de raça e de classe, temos uma mesma estrutura, que é ao mesmo tempo de raça, de classe e de gênero (gênero que não foi

contemplado nesse trabalho por falta do autor, mas que está totalmente entrelaçado com as questões de colonização e identidade).

Essas famílias também tem suas tradições passadas de geração em geração, o que nos leva a pensar: os discursos produzidos são realmente crenças ou propositadamente elaborados como forma de dominação? Pois essas famílias tem acesso ao capital educacional, com todas as condições de acesso ao conhecimento historicamente produzido. Provavelmente a crença na própria superioridade e distinção faça parte da própria legitimação para produzir esse conhecimento.

A análise de famílias tem muito o que contribuir para os estudos sobre o colonialismo, no sentido de se encontrar a continuidade dos sujeitos no poder desde os tempos coloniais, caracterizando uma falta de ruptura nesse sentido, levantando as questões: o que essa continuidade acarreta para as sociedades contemporâneas? Como lidar com os recortes simultâneos de classe, raça, gênero, nacionalidade, regionalismo, e muitas outras questões, como a de identidade? Qual é a luta política em torno dessas camadas de comunidades imaginadas e como fazer para termos uma sociedade mais inclusiva, que abarque a unidade na diferença?

4. CONCLUSÃO

Esse tipo de trabalho levanta várias questões que permeiam relações profundas de identificação e de sentido da vida para pessoas individuais e para coletividades no geral. Sentimentos envolvidos com tradição, com construções ideológicas que nos induzem a visões de mundo, formuladas por pessoas muito bem estudadas, financiadas por outras pessoas com interesses de poder. Questionamentos que não são novos, mas que em cada local e em cada período tem a sua especificidade. Uma teia emaranhada que os cientistas sociais tem a oportunidade de decifrar em fragmentos. E devem divulgá-lo, como contribuição pela oportunidade de estudo, e pela importância do assunto. O direito que os sujeitos tem de saber de onde vem as ideias que estão defendendo, de onde vem as ideias que estão pensando. Assim como os sujeitos tem as suas histórias, as ideias também tem as suas histórias. E esse presente trabalho é um fragmento que tem por objetivo elucidar um projeto de poder, excludente em sua essência. Nascido e criado no Paraná, não pude deixar de questionar o porquê de tantas pessoas se sentirem mal nesse local. Mesmo que a minha cor, gênero e posição social não me fizeram passar por esses sofrimentos diretamente.

É bom enfatizar que essa ideologia não é apenas um conjunto de ideias que paira no ar, mas que se materializa por ser uma ideologia de Estado, portanto, influenciadora de políticas públicas, que envolvem diretamente a organização social e material da sociedade. Por exemplo, temos a própria construção arquitetônica da cidade, como mencionados por Pedro Bodê e Marilene de Souza (MORAES e SOUZA, 1999) em artigo, e por Márcio de Oliveira (OLIVEIRA, 2005) em outro. Ambos destacam os pontos turísticos, monumentos e praças, que destacam o elemento branco, com seus personagens históricos, e invisibilizam a presença negra. Bodê e Souza, ainda em 1999, avaliam as políticas de Rafael Greca como uma continuidade em relação a Jaime Lerner, que lembrava intensamente a contribuição da colonização e imigração europeia para a formação de Curitiba. Greca, a partir da Fundação Cultural de Curitiba, inaugurou obras e monumentos relacionados às “etnias” (europeias). Financiou a Série Lições Curitibanas, em comemoração aos trezentos anos da cidade, com a mesma característica ideológica. Assim como a Coleção Farol do Saber.

Mas a questão não fica só a nível cultural/ideológico, pois essa desigualdade se constitui nos espaços ocupados da cidade de Curitiba. Vemos a diferença de quem ocupa historicamente o centro e os bairros mais abastados, e quem ocupa a periferia. A

arquitetura da cidade também segrega por espaços geográficos, estabelecendo quem deve ficar em qual lugar, a partir de uma matriz racial de poder, uma hierarquia racial que opera na sobredeterminação raça/classe.

Bode e Souza identificam três processos interdependentes e fundamentais a uma “produção da invisibilização”: concepção e configuração arquitetônica da cidade; discurso da *intelligentsia* e suas atualizações; projeto político-governamental. Orientados para a identidade “europeia de ser”. Há uma certa continuidade entre as tradições “inventadas” com o que foi produzido anteriormente pela *intelligentsia* local, fundamentada nas teorias eugenistas e branqueadoras, que tiveram como consequência o preconceito, a exclusão, a invisibilização, principalmente da população afro-descendente.

Essa *intelligentsia* foi justamente os autores que estudamos. Um grupo que elaborava um discurso sobre si mesmo, se encontravam em círculos sociais, em que um escrevia sobre o outro, se exaltavam. Se viam e se vendiam como os intelectuais, os poetas por excelência. Os círculos pessoais e os círculos intelectuais se retroalimentavam. Ainda mais quando se encontram em cargos de destaque na cultura, nas instituições, com apoio da classe dominante e do Estado, que os financiavam. Segundo Cordova, são relações de poder com imbricações na produção bibliográfica regional. Os discursos proferidos institucionalmente são discursos de autoridade, e o discurso só é autorizado e eficaz se for reconhecido como tal. (BOURDIEU apud. CORDOVA, 2016).

É interessante perceber como o discurso atual de Curitiba e do Paraná, é uma reinvenção da reinvenção da reinvenção. Num momento em que outras culturas reivindicam seu espaço no jogo de poder da sociedade, a campanha de Rafael Greca nas eleições de 2016 investiu nesse passado-no-presente que resgata uma tradição inventada. O “Volta Curitiba” foi uma campanha vitoriosa, pois contou também com todo o capital político de que dispõe Greca e sua família, a Macedo. Sem se aprofundar na análise dessa campanha, que não foi nosso objeto de estudo, mas traz questões pertinentes, podemos perceber que, pelo grande número de votos brancos e nulos, a sociedade curitibana não está plenamente satisfeita com a situação política, nem compra tão facilmente e conscientemente esse discurso conservador. Há uma disputa política/simbólica que envolve a conquista da hegemonia no “equilíbrio instável” das forças sociais, buscando ser o bloco no poder.

Rafael Greca de Macedo, quando fora prefeito de Curitiba na década de 1990, republica os livros de Wilson Martins e de Nestor Vitor. Na obra de Nestor Vitor, Wilson Martins é membro do conselho editorial. Na introdução de *A Terra do Futuro*, Greca de Macedo se orgulha de resgatar essa “obra rara paranista”, e destaca que “qualquer estratégia de futuro para o nosso Estado passa pelo conhecimento do passado.” (VÍTOR, 1996). Ainda recentemente, lançou o livro *Curitiba Luz dos Pinhais*, buscando resgatar o “homem paranaense” de Wilson Martins, que o fez buscando referências em paranistas, como Nestor Vitor. Mas, por que reforçar essa ideologia? O que os autores estudados ganham com isso, que capitais levam? Por que o bloco histórico no poder do Paraná insiste em financiá-la?

Há um diálogo entre Nestor Vitor e Wilson Martins, um discurso semelhante em contextos diferentes. O primeiro num contexto de “criação” de uma identidade regional para um estado recém-emancipado. O segundo num contexto de reforço da identidade regional, após uma ideologia nacional fortemente construída pelo Estado Novo, e com as comemorações do centenário da emancipação da província. Talvez a diferença mais marcante entre eles seja a presença do português, pois Vitor afirma essa presença, sendo ele mesmo descendente de luso-brasileiro, enquanto que Wilson Martins nega essa presença, mesmo sendo ele filho de português e amigo íntimo de membros da classe dominante tradicional histórica luso-brasileira. É provável que as relações pessoais possam tê-lo influenciado nessa construção, já que seu pai português fora envolvido com questões ilegais e desleixo familiar-conjugal, e sua esposa sendo membro de importante família da burguesia imigrante alemã. Ambos defendem e valorizam o branqueamento da população paranaense, Vitor em consonância com o projeto republicano de trabalho livre e civilização positivista, Martins em concordância com o projeto colonizador, que tem início nas origens da província, e que continuava pelo menos até o momento de sua obra, constituindo para ele também um processo de civilização. Este último enfatizando mais a questão da cultura por influência de Gilberto Freyre, mas os dois acabando misturando a questão biológica/fenotípica com a cultural, que para Hall, são dois processos do racismo. Negam a existência da escravidão, Vitor pelo silenciamento (este que havia sido abolicionista ativo) e Martins pela afirmação. O silenciamento é maior em torno do indígena, pois que a presença do negro é apresentada como característica negativa na mistura do fenótipo e na relação cultura/civilização. Sabemos agora que o discurso de “civilização” é uma forma de imposição da cultura europeia colonizadora, que se coloca a si mesma como hierarquicamente superior.

Nesse sentido, temos que o Paranismo, movimento político-cultural que enfatiza o sentimento de pertença ao Paraná, em consonância com o liberalismo (pelo menos até aqui), se mistura problemáticamente com questão raciais, em coerência com o projeto de branqueamento brasileiro, que utilizou o Paraná e outros estados do Sul como modelo de europeidade. Assim, Nestor Vítor, que participara do próprio contexto, Wilson Martins, que resgata muitos autores paranistas para construir sua obra, e políticos/ideólogos atuais, como Rafael Greca de Macedo, vendem uma ideologia completa. Ideologia essa que mistura o amor a esse solo com um projeto racial. Importante destacar que o “amor a esse solo”, na verdade é uma utilização do amor que muitas pessoas tem pelo Planeta Terra no lugar onde nasceu/cresceu, mas que ideologicamente foram induzidas a pensar nas fronteiras que sujeitos estabeleceram historicamente de forma violenta como disputas por poder, na forma de “comunidades imaginadas”. Também se utilizam das relações pessoais que as pessoas tem nos seus círculos sociais, muitas vezes relações de amizade/amor, para reforçar a ideologia em cima de um tipo de perfil que corresponderia às pessoas nascidas/criadas em determinada comunidade imaginada. Por exemplo, o “paranaense” é de determinado tipo, age de determinado jeito, tem determinado fenótipo (é aí que entra a questão racial na identidade). Aí que a questão da identidade se articula com a ideologia, como por exemplo o “tipo paranaense” idealizado por Wilson Martins, com base em construções paranistas como a de Nestor Vítor, e resgatadas recentemente por Rafael Greca. O círculo dessas relações pessoais tem um recorte de classe, raça e gênero.

O grande problema é o que essa construção do “tipo paranaense” acarreta para as pessoas que não compartilham desse perfil. Muitas pessoas não tem boas relações com a sociedade em geral devido às restrições de classe, racismo, preconceito de gênero, o que leva a uma exclusão social. Diversos constrangimentos são infringidos, restrições a acessos, a lugares de poder, violência de diversos tipos, falta de representatividade social, falta de apoio de instituições, contradição com o sentimento de pertença (nasceu no Paraná mas “não parece paranaense”). Pode gerar um sentimento de se sentir estrangeiro no próprio local de origem.

A ideia criada, grosso modo, diz assim: se você ama esse lugar, você ama do jeito que ele é, e ele é majoritariamente branco e foi construído por imigrantes europeus. Com essa ideologia, fica muito mais fácil exaltar e privilegiar políticas públicas que favoreçam essa parcela da população. A legitimidade foi construída, e o apoio dos setores ricos e poderosos é garantido, pois são parte dessa parcela da população.

Interessante lembrar que essa ideologia foi sendo construída a partir de uma série de coincidências históricas: lei do fim do tráfico de escravizados, emancipação do Paraná (como modelo de europeidade), abolicionismo (com a ida dos escravizados para São Paulo), políticas de imigração europeia, fortalecimento das teorias raciais, implantação da República (com as condições de cidadania hierarquizadas). Zacarias de Góes e Vasconcelos, foi nomeado o primeiro presidente da província, com o dever de tocar a política imigrantista. A própria classe dominante e seus ideólogos se denominavam e acreditavam ser os “continuadores dos europeus”.

Ideologia criada para abarcar um racismo que, à primeira vista, não é explícito. É um mito de uma história oficial.

Por isso podemos afirmar que há uma disputa pela memória, que é também uma disputa pela identidade. A forma como contamos a história vai influenciar em como as pessoas se enxergam a si mesmas, como a sociedade vai incluir ou excluir determinados grupos de pessoas. Em tempos de pós-verdade, essa disputa é um desafio, em particular para os cientistas sociais. Lutar contra o “apagamento” da memória é um dever fundamental contemporâneo. As ciências sociais vem cada vez mais trabalhando no sentido de se valorizar os saberes e culturas de outros povos, não em uma classificação hierárquica em escala de “civilização”, mas no reconhecimento da diferença, se aproximando ao conceito de Hall:

“o movimento do jogo que ‘produz’ (...) essas diferenças, esses efeitos de diferença. Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente ‘Outro’. É uma ‘onda’ de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas. *Différance* caracteriza um sistema em que ‘cada conceito(ou significado) está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro da qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos (significados) através de um jogo sistemático de diferenças. O significado aqui não possui origem nem destino final, não pode ser fixado, está sempre em processo e ‘posicionado’ ao longo de um espectro. Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinado em termos relacionais. As estratégias de *différance* não são capazes de inaugurar formas totalmente distintas de vida(não funcionam segundo a noção de uma ‘superação’ dialética totalizante). Não podem conservar intactas as formas antigas e tradicionais de vida [...] Essas estratégias surgem nos vazios e aporias, que constituem sítios potenciais de resistência, intervenção e tradução [...]. Culturalmente, não podem conter a maré da tecno-modernidade ocidentalizante, mas continuam a modular, desviar e ‘traduzir’ seus imperativos a partir da base[...]. O ‘local’ não possui um caráter estável ou trans-histórico. Ele resiste ao fluxo homogeneizante do universalismo com temporalidades distintas e conjunturais”. (HALL, 2006, p. 60).

Hall parece mais preocupado na articulação da “unidade na diferença”, diferentemente de Wilson Martins que, a mando do bloco histórico no poder, constrói a diferença no sentido de segregação em relação aos que não pertencem ao seu tipo “ideal”, constituindo assim o que Hall chamaria de “fechamento étnico”, algo que considera extremamente prejudicial, ao ir contra um projeto de sociedade “multicultural”. Já Walter Mignolo considera que o movimento decolonial está incorporado em etnias indígenas e na população afro-descendente, como se fora em seu DNA, constituindo uma resistência quase que natural à hegemonia ocidentalizante. Hall acredita num movimento de “tradução” cultural, no qual as populações subalternas mesclam o que vem da cultura homogeneizante ocidental com as culturas de seus locais de origem, resignificando palavras, conceitos, em um “deslizamento” do significante, em uma “hibridização” da cultura. Nota-se que o conceito de “híbrido” aqui é diferente em relação ao de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*.

Para Hall, uma sociedade multicultural sempre envolve mais que um grupo. Deve haver um referencial no qual os conflitos mais graves de perspectiva, crença ou interesse possam ser negociados, e ele não pode ser de um grupo, como ocorre no assimilacionismo eurocêntrico. Filosoficamente, a lógica da *différance* significa que o significado/ identidade de cada conceito é constituído em relação a todos os demais conceitos do sistema em cujos termos ele significa, ou seja, todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites – definindo o que são em relação ao que não são. Cada identidade, portanto, é radicalmente insuficiente em termo de seus “outros”: sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta. (HALL, 2006, p. 85). Para o autor, é preciso enfatizar o “agonístico”, que seria a democracia como luta contínua sem solução final. Não podemos simplesmente reafirmar a “democracia”. Mas a questão multicultural também sugere que o momento da “diferença” é essencial à definição de democracia como um espaço genuinamente heterogêneo. Deve-se tentar construir uma diversidade de novas esferas públicas nas quais todos os particulares serão transformados ao serem obrigados a negociar dentro de um horizonte mais amplo. É essencial que esse espaço permaneça heterogêneo e pluralístico e que os elementos de negociação dentro do mesmo retenham sua *différance*. (HALL, 2006).

Para Mignolo, a opção decolonial opera pelo mundo: línguas marginalizadas e denegridas, religiões e formas de pensar estão sendo re-inscritas em confrontação com as categorias de pensamento do Ocidente. O pensamento de fronteira é uma das

consequências e a saída para evitar tanto o fundamentalismo ocidental quanto o não-ocidental. Acredita numa rearticulação das nações indígenas e a recessão dos monotópicos forçando uma transformação radical da equação de uma Nação-um Estado. Defende os direitos epistêmicos das comunidades africanas e indígenas. Defende a “identidade em política”, que desliga-se da jaula de ferro dos “partidos políticos” como tem sido estabelecido pela teoria política moderna/colonial eurocentrada. Cita o exemplo de Evo Morales: a consciência entre os líderes e participantes de questões indígenas que clame por uma mobilização que determina que o poder não pode ser tomado, porque o poder não está no Estado, mas nas pessoas politicamente organizadas. (MIGNOLO, 2008).

Apesar de suas diferenças, a grosso modo, ambos parecem pensar em termos de democracias mais inclusivas, porém essas devem estar desvinculadas ao projeto de Estado-nação construídos pela ocidentalidade, e abarcar formas mais heterogêneas de se fazer política, com maior participação da diferença. Porém, esses projetos acabam esbarrando nas grandes oligarquias familiares, que, pelo menos no Paraná, fortalecem o conservadorismo e concentram riquezas e poder. Esse bloco histórico no poder tem o interesse de fortalecer essa ideologia do Paraná europeu, mesmo que em alguns momentos façam algumas concessões. Porque, no limite, a questão da terra também está em disputa.

O que Mignolo nos traz da experiência histórica dos ayllu, é que, para esse povo, a terra não pode ser possuída, apenas utilizada pela comunidade, a partir de um sistema comunitário que tem uma cosmovisão totalmente diferente da ocidental. E acaba entrando em contradição com a ideologia liberal, predominante no sistema de poder ocidental, por essa defender a propriedade privada como um direito inalienável quase sagrado. Como vimos na introdução, a terra é a questão primeira que envolve toda a classe dominante. O sistema colonial no Brasil se inicia pelas capitânicas hereditárias e, em seguida, pela doação de sesmarias. Porém, essas doações só eram feitas para pessoas que tivessem o capital suficiente (leia-se dinheiro e pessoas escravizadas), o que permitiu uma perpetuação no poder de grandes famílias que casavam entre si.

Por isso vemos as disputas pela terra como fundamentais na sociedade como um todo. As várias etnias indígenas que aqui habitavam e foram sendo mortas, hoje lutam para preservar o espaço que lhe restou, enquanto que os remanescentes de quilombolas lutam, entre outras coisas, para também poderem ter respeitados seus espaços de terra, após seus ancestrais terem sido tirados a força de suas terras natais e escravizados

durante séculos. A disputa político-econômica, portanto, está em concomitância com a disputa ideológica.

Mas, qual a razão das classes dominantes historicamente reforçarem essa ideologia do Paraná europeu suscetivamente? Permanecer no poder? Unificar as classes dominantes das cidades do Paraná? Assegurar a “comunidade imaginada” e suas fronteiras? Mas isso não dependeria da questão europeia/racial. Será que, com o contexto nacional de projeto de embranquecimento e do imaginário de que o europeu seria mais civilizado e superior, as elites paranaenses não queriam se afirmar perante as outras elites nacionais, se utilizando dessa ideologia? Ou será que o Paraná estava apenas aceitando o papel colocado a ele pelo Império Brasileiro? Ou será que é um puro racismo, em realmente acreditar que o europeu é superior e mais civilizado? Ou a questão da terra?

Acredito que esses fatores se somam nas explicações do porquê sustentar essa ideologia tantas vezes, numa interdependência das esferas, que envolvem, o político, o econômico, o militar, o cultural/ideológico, os cortes de raça, classe e gênero.

A partir disso, o primeiro passo seria ressignificar a identidade paranaense, abrangendo todas as culturas e povos que aqui habitam e habitavam, elucidando as iniciativas de resistência ao modelo colonizatório, seja no campo cultural (como capoeira, samba, religiões de matrizes africanas e indígenas, etc.), seja no campo político, seja em outras esferas. Muitos estudos nas Ciências Sociais estão atuando nesse sentido. Assim como Hall, o objetivo é desconstruir esse modelo eurocêntrico masculino hegemônico, observando a tradição menos como doutrina, mas como um repertório de significados, utilizando também a identidade aberta da contemporaneidade de forma política.

REFERÊNCIAS

- BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.
- BRAGA-PINTO, César. As Amizades Heteróclitas de Nestor Vitor: Cruz e Sousa e Lima Barreto. **Escritos**: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p.23-60, jan. 2010.
- BRESCIANI, Maria Stella M. **O Cidadão da República. Liberalismo versus Positivismo. Brasil:1870-1900**. Revista USP, São Paulo, No. 17: 122-135, Mar.-Abr.-Mai. 1993.
- CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David. O discurso regional de formação social e histórica paranaense**. Curitiba: Editora UFPR, 2016.
- CORRÊA, Amélia Siegel. **IMPrensa E POLÍTICA NO PARANÁ: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Deciso, UFPR, Curitiba: 2006.
- COSTA, Hilton. **A vida do senso comum: do racismo científico do pós-abolição ao dia-a-dia contemporâneo**. In: COSTA, HILTON; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da.. (Org.). *Notas de História e Cultura Afro-Brasileiras*. 1 ed. Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007, v. , p. 129-144.
- GOULART, Mônica H. H. S. **A Dança das Cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. 424p
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós – modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La. Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- HAYGERT, Aroldo Murá. **Vozes do Paraná 3**. Curitiba: Editora Esplendor, 2010.
- IANNI, Octavio. **As Metamorfoses do Escravo: Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- KUNHAVALIK, José Pedro. **Bento Munhoz da Rocha Neto: Trajetória política e gestão no governo do Paraná**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de; SALLES, Jefferson e KUNHAVALIK José Pedro. *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Curitiba: Editora Sesquicentenário. 2004. 421 p.

- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia Letras, 2012. 361 p.
- MANNHEIM, Karl. **O pensamento conservador**: Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Editora Hucitec. 1981. pp 77-131.
- MARTINS, Wilson. **A invenção do Paraná**: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos. Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1999.
- _____. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. Vol. 16. TA Queiroz, 1989.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade 34. 2008: 287-324.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de, MARCILENE, Garcia de Souza. **Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba**. *Revista de Sociologia e Política* 13. 1999: 7-16.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Vol. 4. Imprensa Paranaense, 1929.
- OLIVEIRA, Márcio. O “**Brasil diferente**” de Wilson Martins. *Caderno CRH* 18.44 (2005).
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001. 447p.
- _____; SALLES, Jefferson; KUNHAVALIK, José Pedro. **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2004.
- _____. **Na Teia do Nepotismo**. Sociologia Política das Relações de Parentesco e Poder Político no Brasil. 1. ed. Curitiba: Insight, 2012. 272p
- RIBEIRO, Luiz Carlos. **Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)**. *São Paulo*. p 264. 1985.
- SALLES, Jeferson de Oliveira. **A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950**: o Grupo Lupion. In: OLIVEIRA Ricardo Costa de; SALLES, Jefferson; KNHAVALIK, José Pedro. *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2004.
- SANTOS, Nestor Vítor dos. **A terra do futuro**: impressões do Paraná. Curitiba, Prefeitura Municipal de Curitiba. 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: companhia das Letras. 1993.

SILVA, Noemi Santos da. **O "Batismo da Instrução":** projetos e práticas de instrução formal de escravos ,libertos e ingênuos no Paraná provincial.. 2014. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Dehis, Ufpr, Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/09/NoemiDissert.pdf>>.

Acesso em: 27 abr. 2018.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **“QUESTÃO NACIONAL” E “QUESTÃO RACIAL” NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO.** Curitiba, *DECISO/UFPR, NEAB/UFPR* .2012.

VARGAS, Túlio, V. HOERNER JÚNIOR, W. Bóia. **Academia Paranaense de Letras: bibliografia.** Curitiba: Academia Paranaense de Letras. 2011.